



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
CURSO DE MESTRADO EM ADMINISTRAÇÃO**

LUIS ANTÔNIO SCHMITT PETERS

**GUERREIRO RAMOS E DÁDIVA:
EXPLORANDO CAMINHOS CRÍTICOS
EM ANÁLISE ORGANIZACIONAL**

Salvador

2005

LUIS ANTÔNIO SCHMITT PETERS

**GUERREIRO RAMOS E DÁDIVA:
EXPLORANDO CAMINHOS CRÍTICOS EM ANÁLISE
ORGANIZACIONAL**

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado Acadêmico da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração.

Orientador: Prof. Dr. Genauto Carvalho de França Filho

Salvador

2005

LUIS ANTÔNIO SCHMITT PETERS

**GUERREIRO RAMOS E DÁDIVA:
EXPLORANDO CAMINHOS CRÍTICOS EM
ANÁLISE ORGANIZACIONAL**

Dissertação aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Administração, Universidade Federal da Bahia, pela seguinte banca examinadora:

Genauto Carvalho de França Filho – Orientador _____

Doutor em Sociologia, Universidade de Paris VII.
Universidade Federal da Bahia – UFBA

Nilton Vasconcelos Júnior _____

Doutor em Administração – UFBA
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia 0 CEFET-Ba

Carlos Alex de Cantuária Cypriano

Doutor em Administração – UFBA
Centro Federal de Educação Tecnológica da Bahia – CEFET - Ba

Salvador, 22 de dezembro de 2005.

A

Dona Osmilda, minha mãe.

Ângela, que me acompanhou nessa jornada.

Luísa, Gabriel e Paulo, um pouco responsáveis por esta aventura.

AGRADECIMENTOS

Ao Banco Central do Brasil, por ter amparado este projeto;

Aos colegas de turma, jovens especiais em busca do seu caminho,

Ao grupo 1,39, Airton, Ludmila, Tatiana, André, Érica, Lys, Gildásio, Waldélio, Edimilson, Leo, Tacilla, Iracema, Mônica, Camille, Jeová e Rebeca pelas oportunidades de discussão e, mais do que isso pelas horas de convivência.

Aos companheiros do grupo MAUSS do Dendê, pelos valiosos estudos de Polanyi; espero ter retribuído na mesma proporção, deixando a mesma sensação de endividamento que sinto.

A Janaína, pelo apoio na atividade de docência.

Aos professores que constituíram a banca examinadora no processo seletivo para admissão ao mestrado acadêmico da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, professores Genauto, Tereza e Reginaldo, pela confiança depositada em um projeto de vida reelaborado após tantos anos de experiência profissional.

Aos professores do NPGA –UFBA.

Ao Professor Orientador, Doutor Genauto Carvalho de França Filho, e ao Orientador Técnico Josias Nunes Barreto.

Daci, Anaélia, André, e todo o pessoal da Secretaria, sempre disponíveis para a solução dos nossos problemas e dando a maior força.

Ao pessoal da Biblioteca, do Laboratório de Informática, da cantina, da limpeza e da jardinagem, sempre atentos à nossa presença.

A todos os que me ajudaram direta ou indiretamente a realizar e a concluir este trabalho.

Não vos inquieteis, pois, pelo dia de amanhã, porque o dia de amanhã cuidará de si mesmo (Mt. 6.34)

RESUMO

Este trabalho pretende examinar algumas dimensões em comum entre o modelo paraeconômico, proposto por Guerreiro Ramos, e o modelo constituído a partir da dádiva antropológica, apontada por Marcel Mauss. Pretende-se conduzir este exame mediante uma exploração teórica comparada dos seus principais conceitos e categorias. O objetivo é o de subsidiar análises organizacionais multidimensionais, no campo da Administração e da Teoria Organizacional, buscando o estabelecimento de uma aproximação entre tais modelos. O modelo paraeconômico tem por premissa a existência da racionalidade substantiva em oposição à racionalidade meramente instrumental, e propõe a delimitação de sistemas sociais segundo as suas finalidades, objetivos e características. A partir de polaridades entre a orientação individual ou coletiva e o grau de prescrição social são configurados tipos ideais (weberianos) dos sistemas sociais da paraeconomia. A paraeconomia propõe, ainda, políticas substantivas de adequada alocação de recursos para diversos sistemas de vida humana associada e organizações. O modelo baseado na dádiva antropológica, onde esse fenómeno é identificado como o elemento coesivo primário das sociedades humanas, tem como premissa e suporte conceitual de suas múltiplas e paradoxais configurações de sistemas sociais a tríade verbal dar – receber – retribuir, segundo o grau de obrigação ou liberdade e de interesse ou desinteresse na manutenção do laço social. Este constructo, por sua vez, dá base teórica a sistemas sociais orientados por múltiplas dimensões, onde o económico se acha entrelaçado e subordinado aos demais aspectos da vida social, como o político, o social, o religioso etc. A comparação dos fundamentos de cada modelo mostra que a razão incorpora elementos da dádiva, enquanto esta é capaz de demonstrar a racionalidade de ações aparentemente irracionais sob uma ótica do interesse económico, ou a irracionalidade efetiva de ações aparente e ou temporariamente racionais. Ambos os paradigmas procuram articular as tensões entre o nível individual e o nível coletivo, segundo variados graus de determinação pela estrutura ou norma social. A guisa de conclusão, procura-se discutir algumas implicações desses modelos para a análise organizacional.

Palavras-chave: Organização; Paraeconomia; Dádiva; Racionalidade

ABSTRACT

This work intends to examine some common dimensions that the paraeconomic model, proposed by Guerreiro Ramos, and the model constituted starting from the idea of the anthropological gift, pointed by Marcel Mauss, have in common. This exam is intended to be guided by a compared theoretical exploration of both theories' main concepts and categories. The objective of this work is to subsidize multidimensional analyses of organizations, in the field of the Organizational Theory and Administration, aiming for the establishment of a dialogue between such models. The paraeconomic model, which has as its premise the existence of the substantive rationality in opposition to the merely instrumental rationality, proposes the delimitation of social systems according to its purposes, objectives and characteristics. The paraeconomic model, starting from the polarities between the individual or collective orientation and the degree of social prescription, configures weberian ideal types of paraeconomic social systems. The paraeconomy also proposes more appropriate substantive policies concerning the allocation of resources for several systems of associated human life and organizations. The model based on the anthropological gift, where this phenomenon is identified as the primary cohesive element of the human societies, has as premise and as support of their multiple configurations and paradoxes of social systems the verbal triad to give – to receive – to retribute, according to the degree of obligation or freedom and of interest or indifference in the maintenance of the social bond. That paradigm gives theoretical support to social systems guided by multiple dimensions, where the economical aspect is embedded to the other aspects of the social life, such as the politician, the social, the religious, the esthetics etc. The comparison of the fundamentals of each model shows that the reason is filled with gift, while the latter is capable of demonstrating rationality in seemingly irrational actions under a perspective of the economical interest, or the irrationality in actions that appear to be rational. Both paradigms try to articulate tensions between the individual level and the collective dimension, according to the degrees of determination by the structure or social norm. Finally, this work attempts to discuss the implications of the models to organizational analysis.

Key-words : Organization; Paraeconomy; Gift.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - O paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos	40
Figura 2 - Possível variação do modelo paraeconômico	78
Figura 3 - Representação das pressões sobre a racionalidade substantiva	78
Figura 4 - Paraeconomia segundo a ética	79
Figura 5 - Teoria da Ação pela Dádiva.....	86
Figura 6 - Dádiva e Interesse	87
Figura 7 - Dádiva, Aliança e Rivalidade	89
Figura 8 - Dádiva e Simbolismo	89
Figura 9 - Dádiva e Quebra da sua Circulação	90

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Teoria da vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.29)	39
Quadro 2 - Sistemas sociais tipo-ideais no modelo paraeconômico.....	42
Quadro 3 - Dádiva e Interesse	88

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	12
1.1	CONTEXTO	12
1.2	PERGUNTA	20
1.3	AS HIPÓTESES/PRESSUPOSTOS	20
1.4	OBJETIVO GERAL.....	21
1.5	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	21
1.6	JUSTIFICATIVA DE RELEVÂNCIA	22
1.7	METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO.....	27
2	O MODELO PARAECONÔMICO	29
2.1	INTRODUÇÃO	29
2.2	DIMENSÕES E CATEGORIAS DO PARADIGMA.....	40
2.2.1	Isonomias	45
2.2.2	Fenonomias	45
2.2.3	Economias	46
2.2.4	Isolados	48
2.2.5	Anomias	49
2.2.6	Motins	49
2.3	DIMENSÕES DOS SISTEMAS SOCIAIS PARAECONÔMICOS	50
2.4	UMA DISCUSSÃO DO MODELO	54
2.4.1	Desenvolvimentos	54
2.4.2	Abordagens críticas de Andrews e de Ventriss e Candler.....	58
2.4.3	Algumas Reflexões Adicionais	74
3	A DÁDIVA	80
3.1	O FENÔMENO, O MODELO E O PARADIGMA.....	80
3.2	DIMENSÕES	84
4	EM BUSCA DE UM DIÁLOGO	91
4.1	O FATO ORGANIZACIONAL COMO FATO SOCIAL TOTAL (SERVA, 2001)....	91
4.2	OUTRAS DIMENSÕES	98
	REFERÊNCIAS.....	106
	ANEXO A.....	113
	Bibliografia - Produção de Guerreiro Ramos	113

1 INTRODUÇÃO

1.1 CONTEXTO

Em 1966, Alberto Guerreiro Ramos, sociólogo brasileiro que longamente se dedicou aos problemas da administração, principalmente do setor público, já alertava para uma confusão reinante no campo, a respeito do conceito de racionalidade (GR, 1966, p.56). Ele mostrava que a Administração, em particular, e a ciência social, em geral, restringia-se ao conceito de racionalidade do tipo instrumental, pela qual as ações visavam unicamente à adequação entre meios e fins. Com isso, a teoria praticamente abandonava a racionalidade baseada em valores (GR, 1966, p.65 e ss.).

Ele desenvolveu novamente tal crítica na sua obra, publicada em 1981 no Canadá, *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Permanecerá válida tal crítica nos dias de hoje, após tantas mudanças ocorridas nesse período?

BRONZO e GARCIA (2000, p.71ss.), avaliando a teoria organizacional, identificam três estágios ou visões epistemológicas básicas que sustentaram o campo da Administração ao longo do século de existência da disciplina: o da Administração Científica, o da Escola de Relações Humanas, e o Estruturalista. Embora tal caracterização seja baseada na “ciência normal”, cada uma dessas visões se desdobrou, em diversas épocas e contextos, em várias vertentes, caracterizando a fragmentação e a descontinuidade do campo multidisciplinar.

Na ótica do paradigma da Administração Científica, “a organização é observada como um sistema autônomo, centrado em sua eficiência interna e capaz de operar satisfatoriamente em limites bem específicos” (BRONZO e GARCIA, 2000, p.72). Na visão de Taylor, Fayol, Ford e outros, o problema é apenas de produção e organização racional do trabalho e o conflito é anomalia a ser tratada por meio de coordenação e integração (BRONZO e GARCIA, 2000, p.73).

A Escola de Relações Humanas (ERH) expande essa ótica, abordando as interações entre os indivíduos dentro das organizações e as bases concretas do poder a partir dos aspectos informais desses relacionamentos, de modo a favorecer a continuidade da perspectiva científica pela incorporação desse tipo de variáveis (BRONZO e GARCIA, 2000, p.73-74).

A corrente Estruturalista-Funcionalista surge inicialmente como uma derivação que procurou integrar os modelos antecedentes, mediante a abordagem sistêmica. Manteve e ampliou a racionalidade tipicamente instrumental-funcional da disciplina administrativa. Centrada na teoria sistêmica, numa abordagem formalista, analítica, incorporara às análises o relacionamento da organização com o seu ambiente. A organização é vista como um sistema aberto (BRONZO e GARCIA, 2000, p.74-75).

Bronzo e Garcia observam, contudo, que:

[...] ao longo do tempo e a partir de certas orientações epistemológicas, as teorizações formuladas no campo da Administração refletiram uma forma particular de observação dos fatos sociais na esfera da produção e do trabalho, carregada de valores e referências dominantes, com a subordinação da ciência aos movimentos mais amplos do capital e dos interesses dominantes. (BRONZO e GARCIA, 2000, p. 70).

Com base nessas constatações, referidos autores consideram que os efeitos do processo de mundialização aguardam novas análises e um novo paradigma para além do discurso reificante de uma seleção natural darwiniana, sendo necessário engendrar perspectiva

histórica, crítica, plural e dialética, e incorporar traços de racionalidade substantiva, para que não se limitem a legitimar posições dominantes inscritas nos espaços produtivos (BRONZO e GARCIA, 2000, p. 79, 86). Com este registro, já se antecipa um argumento a respeito da importância da exploração dos estudos críticos.

É inegável que, nos últimos 30 anos, sensíveis mudanças ocorreram nos âmbitos social, político, econômico e tecnológico das sociedades ocidentais e no mundo organizacional. Bronzo e Garcia abordaram essa questão, para contextualizar as suas análises e situar a problemática atual do campo da Administração. Clegg e Hardy (1999, p. 28ss), tratando também dessa problemática e introduzindo com esse texto a obra por eles organizada (*Handbook de Estudos Organizacionais*), mostram que, nesse período de mudanças na base, onde se pode destacar mudanças tais como a “implosão do comunismo”, “explosão do neoliberalismo” e “ditadura do mercado”, ocorreram novas abordagens e conceitos no campo da Administração e das Ciências Sociais. Clegg e Hardy indicam que nas abordagens funcionalistas, predominantes entre as teorias organizacionais, “o conceito-chave é o da organização como um ‘sistema’, em que é funcionalmente eficaz atingir metas explícitas formalmente definidas por intermédio da tomada de decisão racional”. Segundo tal visão, caberia à administração “definir e atingir essas metas”. Ao pesquisador incumbiria “coletar dados objetivos que indiquem como as funções organizacionais se distribuem em torno da orientação e manutenção das metas”. Entretanto, apontam também o surgimento de “um excesso de abordagens alternativas que [...] desafiam a supremacia do funcionalismo e da

ciência normal”¹ (CLEGG e HARDY, 1999, p. 28-29).

Nesse texto de introdução à obra por eles organizada, Clegg e Hardy citam como eventos relevantes no campo da teoria organizacional, contribuindo para as mudanças nele observadas, o livro de Karl Weick, de 1969, direcionado para “focar a atenção nos processos de organizar, em vez de em entidades chamadas organizações”, bem como de Braverman, de 1974, dirigido para o “processo do trabalho”. Guerreiro Ramos, igualmente, há muito já destacava tal orientação no artigo sobre *Modelos de homem e teoria administrativa*: (1984[1975]: “[aspectos do contexto organizacional recebem hoje atenção considerável:] agora o processo recebe maior atenção do que a estrutura; as tarefas do que as rotinas; estratégias *ad hoc* do que princípios e prescrições, assim como o que tem sido chamado de organizações em mudança, organizações não-hierárquicas e administração participativa” (GUERREIRO RAMOS, 1984, p.6).

Ainda segundo os organizadores do *Handbook*, o trabalho de Burrell e Morgan, de 1979, em *Sociological paradigms and organizational analysis*, surge como uma fonte de legitimação e de reconhecimento de outras linhas de pesquisa, não enquadráveis na corrente principal do funcionalismo – estruturalismo, não apenas para Clegg e Hardy (1999, p.29), mas também para Reed (1999), para Alvesson e Deetz (1999) e para Burrell (1999). Burrell enfatiza, contrariando as noções correntes de paradigmas propostas por Thomas Kuhn – à

¹ A expressão “ciência normal” é usada para denominar as linhas de pesquisa e de desenvolvimento dominantes no campo de conhecimento, de maior reconhecimento pela comunidade que participa desse campo. Esse domínio se dá não apenas no nível epistemológico. Por esse ângulo, se entende como válido um conjunto de premissas e métodos compatível com o tratamento dos fenômenos, dos conceitos e das qualidades descritivas, explicativas e preditivas das teorias. Ciência normal é, pois, a ciência praticada em conformidade com o paradigma dominante, segundo a conceituação de paradigma formulada por Thomas Kuhn (1970). Na sociologia do conhecimento, porém, demonstra-se que as concordâncias ao nível epistemológico também se dão em outros sentidos, constituindo comunidades políticas e de interesses onde tais perspectivas afetam a alocação de recursos e a distribuição de prestígio entre os pesquisadores. O artigo de Marsden e Townley aborda a “ciência normal” no campo organizacional (MARSDEN e TOWNLEY, 2001, p.37), à qual se opõe a “ciência organizacional contranormal” (MARSDEN e TOWNLEY, 2001, p.37).

Adiantando um comentário sobre a temática desta dissertação, vale registrar que Godbout aborda (e contesta) o “privilégio paradigmático” da teoria das escolhas racionais, pelo qual “esse paradigma é considerado como um postulado e de que se recorre espontaneamente a este esquema explicativo para elucidar o comportamento de um agente social...” (GODBOUT, 2002, p.64). Guerreiro Ramos faz a crítica da ciência social formal, que tem predominado no campo e poderia também ser chamada de ciência normal. Crítica adicionalmente a teoria da escolha pública, afim à teoria da escolha racional no campo da administração pública.

parte as imprecisões de que entende serem revestidas desde a origem –, que essa obra “argumenta que o estado normal da ciência organizacional é pluralístico” (BURRELL, 1999, p.448), sem que isso signifique ser ela “imatura”.

Clegg e Hardy (1999, p. 29-30) introduzem no texto as influências recebidas pela(s) teoria(s) das organizações, provenientes do campo mais amplo da teoria social, dedicando muitas linhas ao movimento do “pós-modernismo”, que inverte e desafia as premissas da “ciência normal” e do funcionalismo.

Reed (1999) aborda as correntes epistemológicas identificadas nos estudos organizacionais, fugindo ao padrão de apresentação de “escolas” administrativas segundo a linha temporal como era comum aos manuais de teoria geral da administração. Orienta sua análise segundo as visões das organizações de acordo com um critério de narrativas: a da racionalidade/ordem; a da integração/consenso; a do mercado/liberdade; a do poder/dominação; a do conhecimento/controlado; e a da justiça/participação.

Alvesson e Deetz (1999) ampliam a discussão a respeito da proliferação de abordagens, buscando diferenciar as teorias críticas e as pós-modernistas. Dentro da classificação desses autores, o modelo de Guerreiro Ramos estaria mais adequadamente situado entre as teorias críticas, que não rejeitam totalmente o conhecimento antecedente, mas, a partir da crítica elaborada, propõem novos modelos de análise ou caminhos alternativos. O modelo de Guerreiro Ramos, assim como o da dádiva, não ignora aspectos organizacionais questionados pelos pós-modernistas, eventualmente eles até incorporam algumas problemáticas abordadas, mas evitam a fragmentação, procuram lidar com a complexidade e os paradoxos, sem contudo sugerir uma desconstrução total.

Nesse contexto de contestabilidade das teorias organizacionais (REED, 1999) e de múltiplos paradigmas, pretende-se examinar dois modelos específicos de análise, que se poderiam classificar como integrantes da teoria crítica, pelos seus fundamentos de “dissenso”

das correntes teóricas hegemônicas e por um certo grau de normatividade e prescrição nelas admitidos – mas que podem trazer alguns elementos que seriam pós-modernistas. Ambos os modelos condenam as reduções feitas pelas teorias “normais”, e buscam agregar outras dimensões à análise organizacional, com vistas a um exame mais completo da realidade e a conferir embasamento a sistemas sociais com maior grau de justiça, distribuição e liberdade. Certamente não são as únicas propostas de abordagens multidimensionais, porém, em virtude de suas peculiaridades, são as que se deseja focalizar neste momento.

O primeiro modelo de que se tratará é o proposto por Guerreiro Ramos (1989 [1981]), cuja elaboração iniciara nos anos 1970, e que ele próprio designa como o “paradigma paraeconômico”, com o fim de constituir uma nova base teórica e epistemológica com vistas ao planejamento e à análise de organizações, e que tem como principais fundamentos a razão² e as teorias sociais substantivas.

O segundo modelo é aquele que procura explicar o fenômeno da organização social pela noção da dádiva maussiana, que reúne um conjunto de autores, integrados ao movimento de origem francesa denominado M.A.U.S.S. – Movimento AntiUtilitarista nas Ciências Sociais, surgido em 1981.

Guerreiro Ramos (1989), autor brasileiro de naturalidade baiana e que teve seus direitos políticos cassados em 1964, publicou o livro *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*, em 1981, em seu exílio nos Estados Unidos. Não pôde dar continuidade a esse trabalho, como esperava, por ter falecido antes, em 1982. Apesar da amplitude e profundidade teórica dessa obra, pode-se dizer que relativamente pouca pesquisa e divulgação foram feitas para aumentar a compreensão do fenômeno organizacional segundo a linha proposta pelo sociólogo brasileiro.

² Ao longo deste trabalho, usou-se o termo *razão* segundo o sentido substantivo, integral, como uma totalidade de dimensões, por considerar dispensável tal qualificação, já que o conceito não pode aqui ser entendido redutivamente à noção de “cálculo utilitário de conseqüências”. Usou-se a qualificação somente quando em referência a esse senso restrito.

A dádiva, como uma característica ou propriedade primária das relações humanas, capaz de manter a coesão social, foi primeiramente explicitada por Marcel Mauss, na primeira metade do século XX, em seu Ensaio sobre o Dom. A partir de 1981, o movimento antiutilitarista nas ciências sociais – MAUSS, na academia francesa, procura resgatar e explorar o campo paradigmático a ser constituído a partir das sementes por ele lançadas, que permaneceram até então em estado latente, no sentido de construir uma teoria social alternativa e integrativa, ao mesmo tempo sendo antiparadigmática. A dádiva moderna tem sido utilizada como fonte de inspiração, de embasamento para muitas iniciativas acadêmicas alternativas no campo da Administração, da Economia e outras (FRANÇA FILHO, 2003; FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999), ou mesmo de diálogos com linhas de pensamento anglo-saxão (MARTINS, 2002, p.7-15)

Trata-se de dois modelos distintos de análise, elaborados por diferentes autores em diferentes momentos e situações, sem qualquer ligação de cunho teórico, mas ambos buscando uma abordagem não redutiva do indivíduo em sociedade. Por trás e além da distinta linguagem usada por seus propositores, que aspectos poderiam ter em comum? Existe a possibilidade de que, por diferentes caminhos, cheguem a conclusões aproximadas? O desenvolvimento lógico obedece a critérios similares? Os conceitos fundamentais de um e de outro seriam mutuamente excludentes, independentes e ou complementares? A utilidade de cada modelo pode se beneficiar dos conceitos do outro? Que tipo de relação pode ser estabelecida entre a razão e a dádiva como elementos de fundação social? Quais as implicações desses modelos para as teorias organizacionais ou para a Administração?

Certamente que essas e muitas outras perguntas poderiam ser formuladas na problematização do objeto de estudo, e a pesquisa que se propõe aqui não pretende abordar a todas elas na amplitude e profundidade que se desejaria vê-las tratadas.

O trabalho ora delineado pretende apenas orientar uma pesquisa teórica exploratória sobre o grau de compatibilidade entre o modelo de planejamento e análise organizacional proposto por Guerreiro Ramos e a dádiva, vista esta como fenômeno, conceito e constructo teórico simultaneamente paradigmático e antiparadigmático, dentro dos limites propiciados por uma dissertação em nível de mestrado, buscando um diálogo que pode ser frutífero em face do desenvolvimento de novas pesquisas. Em verdade, já há uma integração parcial nos estudos de França Filho, de modo que a presente exploração não constitui propriamente uma inovação, porém, parece ainda ser necessário desenvolver mais alguns aspectos dessa interseção teórica, aprofundando a análise conceitual de cada modelo. Espera-se que esta análise possa se constituir em um avanço na teoria, ainda que pequena dimensão.

É interessante observar que os modelos pesquisados abordam e propiciam a discussão e o debate em relação às polaridades agente/estrutura, construtivismo/positivismo, local/global e individualismo/coletivismo, apontados por Reed (1999, p. 82-86) como linhas centrais da análise das estruturas narrativas dos estudos organizacionais. Guerreiro Ramos, no paradigma paraeconômico, já intenta oferecer novos caminhos epistemológicos à disciplina da teorização organizacional. O movimento MAUSSIANO, por seu turno, busca escapar às aporias do individualismo e do holismo metodológicos, fundamentando-se no fenômeno e no conceito da dádiva, procurando lidar com os paradoxos aí encontrados. Dessas proposições surge o que, inicialmente, se pretendia uma modesta pergunta, mas que se revelou em verdade uma imensidão de questões, com as quais se procurará lidar cautelosa e prudentemente, dentro de limites talvez estreitos, mas entendidos como adequados às suas pretensões finais.

1.2 PERGUNTA

O modelo delineado por Guerreiro Ramos com vistas à análise e ao planejamento substantivo de sistemas organizacionais apresenta quais afinidades com o modelo que tenta explicar o fenômeno da organização social pela categoria da dádiva maussiana?

Quais são os principais pontos de aproximação? Quais as principais diferenças?

Quais as dimensões comuns entre a paraeconomia e o sistema da dádiva?

Tais foram as questões orientadoras desta pesquisa.

1.3 AS HIPÓTESES/PRESSUPOSTOS

Partiu-se do pressuposto de que os modelos a serem examinados têm muitos aspectos em comum em razão da discussão antiutilitária a eles intrínseca e pelas abordagens adotadas, embora partam de categorias diferentes.

As principais categorias de representação do fenômeno organizacional, adotadas pelos modelos explorados na pesquisa, são, no mínimo, não contraditórias entre si, e apresentam tendências de convergência.

A categorização na escala de desinteresse – interesse, como uma das dimensões do modelo da dádiva, encontra correspondência na categorização da polaridade entre indivíduo – coletividade do modelo paraeconômico de Guerreiro Ramos.

A categorização na escala de liberdade – obrigação, como uma das dimensões do modelo da dádiva, encontra correspondência na categorização da polaridade entre ausência de normas – prescrição do modelo paraeconômico de Guerreiro Ramos.

Os conceitos de racionalidade substantiva e de dádiva, como atributo dos sujeitos e como elemento paradoxal fundante do social, respectivamente, estão relacionadas de uma forma que pode favorecer o diálogo entre os modelos, considerando que a racionalidade, para ser substantiva, pressupõe a dádiva e, por outro lado, a dádiva, em suas diversas manifestações paradigmáticas, deve incorporar a racionalidade substantiva para chegar a uma dimensão normativa.

1.4 OBJETIVO GERAL

O objetivo geral da pesquisa foi o de realizar uma pesquisa teórica exploratória para identificar aspectos de convergência entre os modelos organizacionais de Guerreiro Ramos e da dádiva.

Sem ter a pretensão de unificar os paradigmas enfocados, muito menos sugerir a possibilidade atual de que seja viável a qualquer paradigma assumir de tal forma a hegemonia que venha a dispensar todas as demais linhas de pesquisa, o que se pretende é tentar esclarecer alguns aspectos dos modelos em estudo, em uma base comparativa, e talvez estabelecer um diálogo entre essas correntes.

1.5 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

Revisar o modelo de Guerreiro Ramos, seus principais conceitos e categorias, procurando esclarecer alguns pontos obscuros identificados.

Revisar o modelo do M.A.U.S.S. / dádiva, seus principais conceitos e categorias, examinando a sua adequação como modelo de análise organizacional, num sentido amplo.

Comparar as principais dimensões, conceitos e categorias desses modelos.

1.6 JUSTIFICATIVA DE RELEVÂNCIA

A temática tratada apresenta relevância teórica e também prática. No campo da epistemologia, os modelos envolvem os temas centrais do atual debate das ciências sociais – como a polarização entre indivíduo e sociedade, micro/macro, individualismo/holismo, subjetivismo/objetivismo, ação/estrutura e os vários binômios que espelham as abordagens tendentes a uma, a outra ou à sua articulação (PETERS, 2002, p.1) – e procuram ampliar a capacidade teórica explicativa a respeito dos fenômenos observados. Os modelos, à parte as capacidades explicativas que cada qual apresenta mais, ou menos, desenvolvidas, aspiram a um grau normativo, de orientação de ações no sentido de tentar contrabalançar as tendências práticas e teóricas de reducionismo à racionalidade instrumental e a um utilitarismo ilimitado.

As mudanças notadas na relação entre a sociedade e o estado têm levado a (ou sido conduzidas por) um reposicionamento dos respectivos papéis. Com isto, constata-se que as organizações privadas de interesse público, como também as associações e cooperativas, vêm tendo uma crescente importância como elemento de mediação e de ação social. Com as alterações no conceito das funções do Estado, torna-se cada vez mais necessário uma atuação tripartite, Estado – Sociedade – Organizações da sociedade civil.

Para o Estado e suas organizações, é importante contar com fundamentos teóricos que extrapolem a noção do mercado e sua estrutura como determinante da conduta que leva ao desempenho dos agentes sociais, para formular políticas capazes de diminuir as desigualdades sociais. Como os paradigmas dominantes têm alto grau de prevalência na academia e na sociedade em geral, orientando a atuação dos agentes, parece importante

manter a pesquisa e aumentar o conhecimento de teorias organizacionais com poder de explicação dos fenômenos organizacionais não adequadamente esclarecidos pelas teorias existentes. Além das suas próprias organizações, o estado necessita lidar com um amplo espectro de grupos sociais e com as implicações das suas medidas para adequação de políticas.

A relevância do tema ainda pode ser atestada pela existência de pesquisas nas linhas dos modelos aqui tratados, podendo-se citar os trabalhos de Serva (1997), que inclusive defendeu tese de doutoramento buscando evidências empíricas da racionalidade substantiva na prática administrativa, bem como os estudos de França Filho (2004a,b, 2003a,b, 2002, 2001, 1999) e dos núcleos de pesquisa em poder local e em políticas públicas da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia, conectados a outros centros de estudos, como, para ficar apenas em um exemplo, a Universidade de Paris X e Conservatoire National des Arts e Métiers - CNAM. A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde Guerreiro Ramos atuou, também desenvolveu uma tradição nos estudos delimitativos propostos por Guerreiro Ramos.

Dada a crescente variedade de tipos de organizações, o planejamento e a análise organizacional deve adequar-se ao contexto em que isso se faça necessário, justificando a pesquisa dos paradigmas, tidos como alternativos e em desenvolvimento. Como dizem França Filho e Dzimira (1999, p.141), “a visibilidade de certos fenômenos organizacionais, marcados prioritariamente pelo registro da solidariedade, tem gerado, hoje, muitas interrogações no âmbito das ciências humanas no que diz respeito à forma de compreendê-los”. Sem o esclarecimento de várias dessas questões, torna-se difícil entender certas relações existentes no seio da sociedade, em vertentes mais específicas, como, por exemplo, interações de atividades econômicas institucionalizadas com grupos sociais delimitados, onde as lógicas prevalentes sejam diferenciadas.

E porque razão se deveria escolher especificamente os paradigmas paraeconômico e da dádiva e não outras abordagens multidimensionais? Com relação ao primeiro, é sabido que a sua formulação por Guerreiro Ramos objetivava propiciar à administração um novo campo epistemológico e um novo paradigma para o planejamento e análise de sistemas sociais substantivos. Ele dizia também: “Argumento, ainda, que o modelo de alocação de mão-de-obra e de recursos, implícito na teoria dominante de organização, não leva em conta as exigências ecológicas e não se vincula, portanto, ao estágio contemporâneo das capacidades de produção. Afirmo, finalmente, que a maneira pela qual é ensinado o modelo dominante é ilusória e desastrosa, porque não admite explicitamente sua limitada utilidade funcional” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.XI). Ele considera que “A procura da nova ciência das organizações vem ocorrendo desde algum tempo, constituindo um esforço gradativo, empreendido por grande número de estudiosos. Este livro aproveita muito da atividade criadora de tais especialistas, mas começa a moldá-la num corpo abrangente de conhecimentos” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.XIV).

O fato de Guerreiro Ramos ser um autor brasileiro, num terreno onde predomina a produção estrangeira, em especial de origem anglo-saxônica (RODRIGUES e CARRIERI, 2000; VERGARA, 2001), foi também um fator adicional para a escolha do modelo.

Há uma proposta de Azevedo e Albernaz (2004), de se resgatar a paraeconomia como “modelo e paradigma para a análise e a formulação de políticas públicas”. Esse fato é também ilustrativo da importância de Guerreiro Ramos, não apenas do ponto de vista do planejamento e análise organizacionais em níveis locais ou micro, mas também na exploração do modelo – como ressaltado por seu autor – no âmbito macro das políticas públicas. Suas propostas parecem apresentar-se em dois níveis: o microorganizacional, envolvendo o foco em organizações substantivas e respectivos processos, e o macro, englobando políticas e

gestão sociais, como derivações do problema de “administração da sociedade” (GUERREIRO RAMOS, 1984, p.10).

O paradigma da dádiva, que ao mesmo tempo se considera antiparadigmática, propõe-se a ser uma teoria capaz de explicar fenômenos dos quais não dão conta o individualismo e o holismo metodológicos (CAILLÉ, 2002, p.50-82). Assim como a paraeconomia, busca a multidimensionalidade do modelo, para abranger outras esferas de fatos sociais além da econômica, sem deixar de considerar os aspectos do interesse.

A importância desses modelos tem sido crescente, considerando que, em face do aumento da complexidade social nos tempos mais recentes, maior também tem sido a diversidade de situações em que se fazem necessárias novas abordagens explicativas, não apenas no campo extra-econômico, mas também nele. Os paradigmas suscitam fortemente questões ligadas à democracia, e vários aspectos de natureza ética, de significado, de confiança.

Talvez seja oportuno fazer referência a Sumantra Ghoshal (2005), guru da gestão internacional, que teve publicado póstumamente o artigo denominado *Bad Management Theories are destroying good practices*, onde considera que deficiências teóricas têm contribuído de forma acentuada para a ocorrência de muitos casos problemáticos em organizações de cunho econômico, especialmente de caráter ético, dadas as premissas simplificadoras assumidas pelas teorias atuais dominantes. Ghoshal demonstra de que forma se configura um processo de moldagem do tipo de profecias auto-realizáveis, onde, definido o modelo, ainda que teoricamente isento de qualquer valor em si mesmo, todas as ações são adotadas e direcionadas de maneira que, ainda que o modelo esteja incorreto, concretizam-se as previsões efetuadas. Mas as previsões se realizam em função das atitudes e decisões tomadas tendo por base o modelo, e não pela validade do modelo em si.

Ainda segundo Ghoshal, a premissa básica da racionalidade instrumental do paradigma do individualismo metodológico não é verdadeira, pois as pessoas têm relação com as demais, e desenvolvem sentimentos em relação a elas: desejam-lhes situações também boas. Para ele, as escolas de administração, ao propagarem teorias amorais, têm ativamente liberado os estudantes de qualquer senso moral.. Reconhece que tais teorias estão carregadas de ideologia. Fazer crer que o papel do administrador é o de simplesmente defender os interesses do acionista em contraposição aos empregados e aos clientes, presumindo que o bem maior será alcançado se cada um buscar a máxima utilidade para si, induz a situações de pura competição, contratualismo, assédio, injustiça.

Parece importante citar Ghoshal porque, tendo sido ele uma figura de destaque no seio das correntes hegemônicas, talvez suscite maior grau de debate. Guerreiro Ramos já falava da ingenuidade das atribuições do conhecimento administrativo. Alertava para as questões éticas e para a carga ideológica das teorias organizacionais há quase trinta anos, para o processo de empobrecimento da razão e sua redução à racionalidade instrumental, com efeitos danosos sobre os indivíduos e sobre uma enorme parte da sociedade. Contudo, relativamente pouco debate foi gerado, e poucos centros de estudo e pesquisa atentam para o desenvolvimento de alternativas teóricas substantivas. Talvez, afinal, seja melhor assim, porque geralmente o que se observa é a apropriação de fragmentos dessas teorias críticas e sua aplicação desvirtuada em favor das práticas negativas dominantes, como o próprio Guerreiro Ramos já denunciava ao criticar algumas correntes humanistas a serviço da ideologia de controle e dominação para maximização de resultados. Veja-se também como Guerreiro alertava para a capacidade preditiva das teorias formais: “[...] esse poder só existe na medida em que o círculo de causalidade, ligando o mercado e a conformidade de comportamento do indivíduo a esse mercado, permanece sem perturbação” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 38).

Deste modo, torna-se muito relevante o desenvolvimento dos modelos teóricos capazes de superar, principalmente, questões de unidimensionalidade, reveladas por Guerreiro Ramos, conducentes a situações como as relatadas pelo professor indiano-britânico. Esta dissertação é uma tentativa de aclarar alguns pontos dos modelos sob análise, buscando uma melhor compreensão das teorias propostas.

1.7 METODOLOGIA E DELIMITAÇÃO

Sendo a pesquisa realizada de cunho teórico e exploratório, a metodologia seguiu o procedimento corrente nessa modalidade, mediante a análise das principais obras pertinentes a cada um dos modelos estudados, buscando assim uma comparação sistemática dos principais aspectos dos modelos, com ênfase nas dimensões adotadas por cada qual.

Cabe antecipar a dificuldade encontrada em decorrência de serem modelos teóricos em desenvolvimento. No caso da paraeconomia encontrou-se alguma dificuldade adicional, tendo em conta que o seu autor morreu aproximadamente um ano depois da sua publicação em edição inglesa no Canadá, o que deixou algumas lacunas, as quais se procurou abordar e esclarecer ao longo da pesquisa, mas que limitaram a possibilidade de uma abordagem mais completa.

O foco do desenvolvimento da pesquisa se deu essencialmente nos conceitos e dimensões fundamentais dos modelos analisados. Assim, por exemplo, não houve uma preocupação de fazer um estudo a respeito da conceituação de razão ao longo da história da ciência e da humanidade, mas apenas buscou-se tratar da razão segundo a abordagem de Guerreiro Ramos para efeito de verificação de um possível relacionamento com a dádiva,

como um pressuposto do problema. O mesmo se procurou fazer em relação às dimensões principais em que os paradigmas são expressos.

O trabalho está organizado da seguinte forma. No capítulo 2 faz-se uma síntese do modelo paraeconômico elaborado por Guerreiro Ramos, tratando diretamente da representação gráfica por ele adotada. A partir dessa apresentação, resume-se as dimensões do modelo e também as categorias idealtípicas derivadas de possíveis combinações de características de cada dimensão, levando em conta que a categoria eleita por Guerreiro Ramos para nortear o paradigma é a racionalidade substantiva. Complementando essa síntese, procede-se da mesma forma relativamente aos aspectos que devem ser objeto da atenção do planejador e analista de sistemas sociais. Após essa síntese, procura-se debater duas abordagens críticas à paraeconomia, cuja relevância pareceu pertinente incorporar à apresentação do modelo, buscando esclarecer os principais tópicos questionados. Para completar, faz-se algumas reflexões adicionais em torno do modelo, buscando um aumento da sua compreensão, mediante uma tentativa de explorar algumas possibilidades de visões mais esclarecedoras do modelo. Essa exploração também se deu de forma restrita, buscando derivar relações úteis para a finalidade da pesquisa.

No capítulo seguinte, procura-se fazer igualmente uma síntese das principais dimensões e categorias envolvidas no paradigma da dádiva. Seguindo o mesmo critério do capítulo anterior, deu-se preferência às representações gráficas de autores da linha de pesquisa.

Passando à busca do diálogo entre as duas teorias, procura-se os pontos de interseção. Há dádiva em Guerreiro? Há razão na dádiva?

Nas conclusões, registra-se os resultados da pesquisa e possíveis conseqüências para o campo de conhecimento da teoria organizacional.

2 O MODELO PARAECONÔMICO

2.1 INTRODUÇÃO

Neste ponto, deve-se recapitular em que consiste o paradigma paraeconômico. Num primeiro momento, limita-se esta recapitulação à mera exposição de uma síntese do modelo apresentado por Guerreiro Ramos em *A nova ciência das organizações: uma reconceituação da riqueza das nações*. Posteriormente, buscar-se-á esclarecer alguns pontos que admitem uma exploração maior, consultando eventual argumentação por ele apresentada anteriormente no texto e agregando certas críticas do modelo. Posteriormente se faz a passagem para o paradigma da dádiva.

O paradigma é proposto após uma crítica da racionalidade instrumental – consistente na lógica que preside a ação social baseada nos meios para atingir um fim, onde esta finalidade se volta para a otimização da realização dos interesses próprios do agente – predominante na teoria administrativa e na ciência social. Com base em teorias de Max Weber, de Karl Mannheim, da Escola de Frankfurt (ADORNO e HORKHEIMER, MARCUSE, HABERMAS) e Eric Voegelin, Guerreiro Ramos considera haver um ponto de inflexão no conceito de razão em Hobbes, a partir de quando é reduzida a um “mero cálculo de conseqüências” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 2). A razão perde a sua qualidade clássica de ser inerente à psique humana, conferindo ao indivíduo a capacidade de refletir, julgar, decidir e agir em suas situações de vida, individual ou coletivamente, segundo noções

causalidades e também de bem e de mal, bom e mau, justiça e injustiça, virtude e vício, portanto em conexão com valores e ética.

Ao conceito reducionista da razão se soma a visão dos filósofos escoceses sobre as qualidades superiores do comércio e do mercado, movimentos estéticos (perspectivismo), modelos morais (maneirismo), mudanças econômicas (industrialização capitalista), sociais e cognitivas (GUERREIRO RAMOS, 1989, pp.31, 53, 57, 60, 86).

A unidimensionalidade apontada por Guerreiro Ramos decorre do grande esforço realizado pelo homem para implantar um modelo que fosse adequado ao modo de produção e consumo capitalistas (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.51). O principal requisito para essa disseminação estaria na redução da razão humana à racionalidade denominada de instrumental, funcional, utilitária ou técnica, caracterizada por ser “um mero cálculo de conseqüências”. O caráter redutor dessa categoria se dá em prejuízo da razão que é inerente ao ser humano: a racionalidade substantiva. Esta categoria aristotélica, atualizada e descrita em vários autores de diversas áreas (GUERREIRO RAMOS, 1989), faculta ao homem agir em conformidade com critérios que se pode dizer voltados para a auto-atualização humana, e não meramente dirigidos para interesses individuais econômicos e imediatistas, pautados em normas prescritas pelo sistema social dominante.

Em sua elaboração crítica, Guerreiro Ramos recorre às categorias de *Zweckrationalität* (racionalidade instrumental) e *Wertrationalität* (racionalidade substantiva)³, de Max Weber. Busca também trabalhos da Escola de Frankfurt e, no campo da história econômica, de Karl Polanyi. Cabe ainda o registro da crítica tanto às teorias individualistas quanto àquelas de caráter sociomórfico, onde se considera o homem socialmente determinado.

³ A racionalidade instrumental corresponde à lógica da ação voltada à realização dos meios para atingir fins de preferência do agente. A racionalidade substantiva, ou noética, ou de valor, corresponde a uma lógica orientadora da ação segundo valores éticos, de acordo com o senso comum, e independentemente de expectativas de sucesso.

Uma comparação entre teorias formais e substantivas é resumida por Guerreiro Ramos em uma tabela, reproduzida neste trabalho na tabela 1, adiante.

De acordo com Guerreiro Ramos, uma característica básica das sociedades industriais contemporâneas é a síndrome comportamentalista. A razão substantiva, residente na psique humana, é que habilita o homem a situar-se eticamente no mundo. Mas por conta da prevalência de uma racionalidade instrumental sobre uma de tipo substantiva, o homem perde grande parte da capacidade de agir e de atuar no mundo em que habita, existe e convive, para *comportar-se*, segundo prescrições exógenas internalizadas. Distingue: “a ação é própria de um agente que delibera sobre coisas porque está consciente de suas finalidades intrínsecas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.51); o comportamento “é desprovido de conteúdo ético de validade geral”, uma “conduta mecanomórfica”, “avaliado como funcional ou efetivo” e completamente incluído num “mundo determinado apenas por causas eficientes” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.51).

A síndrome comportamentalista decorre de uma assimilação cognitiva do “pensamento organizacional” e da teoria corrente, e constitui “a ofuscação do senso pessoal de critérios adequados de modo geral à conduta humana” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.52). Os “traços” dessa síndrome são: a) a fluidez da individualidade; b) o perspectivismo; c) o formalismo; e d) o operacionalismo.

A fluidez da individualidade é uma “síndrome psicológica das sociedades capitalistas” sendo Montaigne “um dos melhores exemplos da individualidade fluida”, com sua visão da natureza humana como inconstante e em contínua transição, de modo que “a avaliação das coisas não tem base permanente e que ‘nada é bom ou mau em si mesmo’”, “os valores não são perpétuos, imutáveis, e inequívocos”, “a natureza humana é fraca e inconstante” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.54). Assim, a fluidez permite a da prevalência da racionalidade instrumental, de modo que o indivíduo se torna um calculista, desconectado

da ordem ulterior do universo na qual se considerava inserido e à qual o homem sempre precisou recorrer para reconhecer os valores e propósitos inerentes à natureza e às coisas. Para Guerreiro Ramos a fluidez da individualidade é devida à forma de representação como a sociedade capitalista se legitima. Outras sociedades, anteriores ou não-ocidentais, tinham a noção de que havia uma ordem coerente no universo e que a natureza humana era parte dela. Já a sociedade moderna "não se reconhece como miniatura de um cosmos maior, mas como um contrato amplo entre seres humanos. Assim, a conduta humana se conforma a critérios utilitários que, a seu turno, estimulam a fluidez da individualidade" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.54). Guerreiro Ramos cita Hobbes para afirmar que, nessa sociedade, o bom e o mau são convenções, e a imparcialidade substitui a verdade. Assim, o bom cidadão obedece a prescrições externas, sendo incapaz de ação, apenas de comportamento, já que não delibera livremente. Haveria assim uma ϵ errônea, segundo o autor, na absoluta transitoriedade das coisas. Guerreiro Ramos cita Whitehead para explicar que não é concebível a mudança pela mudança, o fluxo do nada para o nada. A idéia de fluxo de Whitehead é de que o caráter da realidade é composto por organismos que permanecem através do fluxo das coisas. Assim, para mudar é preciso antes ser. Para Guerreiro Ramos, a origem dessa noção generalizada de transitoriedade está em parte na ciência a partir do século XVII, que vê o universo como partículas em movimento. Por outro lado, essa noção seria também fruto da "interiorização acrítica, pelo indivíduo, da auto-representação da sociedade moderna" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.56). Isso levaria a uma busca pessoal da satisfação de uma sucessão de desejos, a qual seria vã e geraria uma forma de individualidade que acaba, segundo o autor, em narcisismo.

Guerreiro Ramos exemplifica o perspectivismo inicialmente na pintura, desde o seu surgimento, e que passa a retratar uma visão do pintor e não a própria natureza. "Subsequentemente, na esteira da revolução comercial e industrial, a perspectiva deveria

tornar-se, cada vez mais, uma categoria sistemática de trabalho artístico, assim como uma característica da conduta humana em geral” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 57). Cita Maquiavel para exemplificar o perspectivismo: o príncipe precisa ter a visão do alto para baixo, e de baixo para o alto, para saber como agir, desfazendo-se dos princípios éticos para poder perseguir os interesses pessoais, reduzindo a prudência a um mero cálculo de interesses.

O formalismo se refere à "observância das regras que substitui a preocupação pelos padrões éticos substantivos" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.59), fundamentando-se na aparência e dissociando-se do bem comum. O sujeito do formalismo "não é uma individualidade consistente, mas uma criatura fluida, pronta a desempenhar papéis convenientes" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.60). Guerreiro Ramos analisa autores como Adam Smith, Castiglione e Aristóteles para explicar que, nas sociedades modernas, "o homem não age, propriamente, mas comporta-se, isto é, é inclinado a conformar-se com as regras eventuais de aprovação social" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.62).

O operacionalismo se refere à posição de que apenas as normas inerentes ao método de uma ciência natural de características matemáticas são adequadas para a validação e a verificação do conhecimento, negando a "existência de diversos tipos de conhecimento (tal como o metafísico, o ético, o físico), cada um dos quais requerendo normas específicas de verificação" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.62). Para Guerreiro Ramos, o operacionalismo é uma característica da síndrome comportamentalista, permeado de uma orientação controladora do mundo e de uma recusa de reconhecer às causas finais qualquer papel na explicação do mundo físico e social. Nessa linha, segundo Guerreiro Ramos, autores operacionalistas como Hobbes ainda têm muita influência na teoria das organizações e, por outro lado, há uma forte visão do mundo como um encadeamento de causas e conseqüências. Esse tipo de visão, segundo o autor, limita a criatividade e a liberdade de ação no mundo.

Guerreiro Ramos afirma que os traços básicos da síndrome comportamentalista - a fluidez da individualidade, o perspectivismo, o formalismo e o operacionalismo - "são o credo não enunciado de instituições e organizações que funcionam na sociedade centrada no mercado" (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.67), e que a teoria administrativa existente, por estar ela mesma submissa a esses mesmos traços básicos, não poderá ajudar o ser humano a superar essa situação.

Nas organizações econômicas, a prática instrumental e a teoria restrita, realimentando-se mutuamente, produzem conceitos errôneos, que reforçam o fenômeno mais geral da síndrome comportamentalista. Uma das características das teorias organizacionais, indicada por Guerreiro Ramos, decorre de que, por falta de um esclarecimento epistemológico sobre os seus propósitos, objetivos ou missão, flutuam numa incerteza ou insegurança sobre os seus reais deveres, buscando em outros campos os elementos que corrijam os rumos da produtividade sob a ótica restrita organizacional. Nesse afã, ocorre uma deslocação inapropriada de conceitos, que, na maior parte das vezes, apenas contribui para uma legitimação da mundialização da lógica dos mercados "livres" e sua incorporação a todos os tipos de organização. A organização econômica, ou aquela de prevalência da racionalidade funcional, para Guerreiro Ramos não se constitui no ambiente adequado para a auto-atualização do homem. Disso resulta que as tentativas nesse sentido podem converter-se em meios de manipulação para obter os comportamentos desejados. É o que ocorre, muitas vezes, em situações de empresas que se dizem "autênticas", ou que procuram "combater" a "alienação", ou que dizem ser "saudáveis".

Em associação com o uso inapropriado de conceitos, observa-se a utilização de uma comunicação regida por critérios instrumentais, o que Guerreiro Ramos chama de "política cognitiva". Esta consiste no uso consciente ou inconsciente de uma linguagem

distorcida, cuja finalidade é levar as pessoas a interpretar a realidade em termos adequados aos interesses dos agentes diretos e/ou indiretos de tal distorção.

Guerreiro Ramos distingue os problemas humanos como de natureza material, que são ligados à sobrevivência, ou então de natureza simbólica, ligados ao sentido de sua existência. Ressalta a permanente tensão entre os pólos de racionalidade, que o planejador de sistemas sociais substantivos deve considerar. A importância da interação simbólica nos sistemas sociais não pode ser relegada a um plano secundário, pois traz uma nova dimensão às teorias das organizações..

Os sistemas que evitam considerações substantivas distorcem as linguagens e conceitos através dos quais a realidade é apreendida. A organização econômica de mercado, não pode ser considerada um paradigma a partir do qual as outras organizações serão estudadas. A sociedade de mercado não existe desde sempre, e as organizações econômicas constituem uma peculiaridade histórica. Citando Marcel Mauss, Guerreiro Ramos (1989: p.123) afirma que as sociedades ocidentais são responsáveis por transformar apenas recentemente o homem em um animal econômico, criatura que age com o *ethos* utilitário. E esse homem surge subordinando o *zoon politikon* aristotélico – ser político dotado da razão substantiva.

O paradigma paraeconômico, ao contrário da visão de uma sociedade centrada no mercado, advoga uma sociedade suficientemente diversificada para permitir que seus membros cuidem de tópicos substantivos de vida. A paraeconomia pode ser entendida também como proporcionadora da estrutura de uma teoria política substantiva de alocação de recursos e de relacionamentos funcionais entre enclaves sociais, necessários à estimulação qualitativa da vida social dos cidadãos.

A elaboração do paradigma paraeconômico multidimensional dá-se esquematicamente em dois eixos: num, situa-se a orientação pelo individual ou

coletivo/comunitário. No outro, situa-se a orientação pelas normas sociais. O ponto central é o de equilíbrio onde todas as dimensões são adequadamente combinadas, como adiante será verificado.

Numa sociedade multicêntrica, com cenários sociais distintos do mercado, estão envolvidos não apenas o planejamento e implantação de um novo tipo de Estado, mas também iniciativas partidas dos cidadãos. Normativamente, Guerreiro Ramos expressa que “a lei dos requisitos adequados estabelece que a variedade de sistemas sociais é qualificação essencial de qualquer sociedade sensível às necessidades básicas de atualização de seus membros, e que cada um desses sistemas sociais determina seus próprios requisitos de planejamento” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 156).

Além de considerar a permanente tensão existente entre as racionalidades instrumental e substantiva, os planejadores de sistemas sociais devem atentar, em conjunto com os seus clientes, para as seguintes dimensões: tecnologia, tamanho, cognição, espaço e tempo.

Espaço e tempo estão mutuamente imbricados. Ao contrário da concepção serialista do tempo na ciência normal – que leva a considerar povos e nações em meros estágios de desenvolvimento desenhados pela história das nações dominantes – o paradigma paraeconômico deve considerar o policronismo da existência, o tempo convival, o tempo de eventos críticos (*kairos*), e o tempo errante.

No que concerne à cognição, Guerreiro Ramos destaca que a abrangência total do sistema de mercado, envolvendo continuamente os indivíduos em seus padrões cognitivos intrínsecos, pode invalidá-los para a ação como membros eficientes de fenomenias ou isonomias, por isso no planejamento de tais sistemas deveria ser feito um esforço para proporcionar aos indivíduos condições adequadas a seus específicos e dominantes interesses cognitivos.

Guerreiro Ramos adverte que não se considera formalmente como fatores contributivos da riqueza nacional aquilo que resulta da iniciativa de membros de uma unidade doméstica, pois ao computar a riqueza da nação, registra-se apenas aquilo que é vendido ou comprado. Nestas sociedades o mercado, normalmente, não considera, em larga medida, aquilo que as pessoas necessitam e apenas sabe o que as pessoas são levadas a comprar; o indivíduo é caracterizado como um detentor de emprego e como um comprador insaciável; e a mensuração da eficácia das organizações e das instituições é estabelecida através da contribuição direta para a maximização das atividades do mercado.

Guerreiro Ramos destaca também que as políticas alocativas do governo têm sido incapazes de ultrapassar o círculo vicioso do sistema de mercado, para tirar vantagem das possibilidades existentes de construção de uma variedade de ambientes produtivos que não dispõem de dinheiro. Para tornarem reais essas possibilidades, ele entende que os indivíduos, as instituições e os governos precisam livrar-se dos antolhos conceptuais inerentes aos modelos alocativos centrados no mercado.

Diferentemente dos modelos centrados no mercado, o paradigma paraeconômico envolve uma concepção de produção e consumo que leva em conta, de maneira formal, tanto atividades remuneradas, quanto não remuneradas. Tal paradigma parte dos seguintes pressupostos: o mercado deve ser politicamente regulado e delimitado e a qualidade da vida social de uma nação resulta das atividades produtivas. Estas não devem ser analisadas do ponto de vista do mercado; a natureza do homem atualiza-se através de várias atividades, entre as quais estão aquelas requeridas pela sua condição incidental de detentor do emprego e a atualização humana é inversamente proporcional ao consumo individual de produtos e artigos de mercado, e mais particularmente, ao tempo exigido por esse tipo de consumo; e, por fim, o desenvolvimento de adequadas organizações e instituições, em geral, é avaliado do

ponto de vista de sua contribuição direta ou indireta para o fortalecimento do senso de comunidade do indivíduo.

A administração de freios ao funcionamento do sistema visa, segundo Guerreiro Ramos, a preservação, tanto da sanidade ecológica do planeta, quanto da saúde psicológica da humanidade. Ainda segundo o acadêmico brasileiro, nada menos que uma revolução organizacional de alcance mundial faz-se necessária, para sustar a deterioração física do planeta e das condições humanas em toda a parte.

Vale ressaltar que nenhuma diretriz operacional para o planejamento, a implementação e a manutenção e articulação dos variados e complementares sistemas sociais foi apresentada por Guerreiro Ramos, pois o mesmo entende que primeiro o homem deveria ser libertado de sua escravização psicológica à mentalidade de mercado.

Entretanto, oferece ele critérios de discernimento que podem ser usados na verificação de teorias, quanto ao atendimento de requisitos substantivos da ciência. Uma vez que a ciência social normal e a teoria administrativa, quando examinados em suas premissas, caracterizam-se pela ingenuidade e carga ideológica, torna-se importante oferecer elementos capazes de distinguir os procedimentos e concepções que tenderão a superar essa ingenuidade e ideologia. Sintetiza ele um quadro comparativo, que ora se reproduz na tabela 1 a seguir.

Formal		Associada	
I.	Os critérios para ordenação das associações humanas são dados socialmente.	I.	Os critérios para a ordenação das associações humanas são racionais, isto é, evidentes por si mesmos ao senso comum individual, independentemente de qualquer processo particular de socialização.
II.	Uma condição fundamental da ordem social é que a economia se transforme num sistema auto-regulado.	II.	Uma condição fundamental da ordem social é a regulação política da economia.
III.	O estudo científico das associações humanas é livre do conceito de valor: há uma dicotomia entre valores e fatos; em teoria, tende a produzir uma análise defectiva	III.	O estudo científico das associações humanas é normativo: a dicotomia entre valores e fatos é falsa.
IV.	O sentido da história pode ser captado pelo conhecimento, que se revela através de uma série de determinados estados empírico-temporais.	IV.	A história torna-se significativa para o homem através do método paradigmático de auto- interpretação da comunidade organizada. Seu sentido não pode ser captado por categorias serialistas de pensamento.
V.	A ciência natural fornece o paradigma teórico para a correta focalização de todos os assuntos e questões suscitados pela realidade.	V.	O estudo científico adequado das associações humanas é um tipo de investigação em si mesmo, distinto da ciência dos fenômenos naturais, e mais abrangente que esta.

Quadro 1 Teoria da vida humana associada (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.29)

A importância desse quadro comparativo entre abordagens não pode ser minimizada. Com ele, Guerreiro Ramos não propõe a eliminação da ciência formal, mas demonstra que seu campo de domínio de validade é limitado às condições históricas de

surgimento da atual configuração global, onde há o predomínio da racionalidade instrumental. Guerreiro Ramos entende que a teoria econômica substantiva, fundada por Karl Polanyi, é apenas subsidiária à análise que realiza (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.27), pois não é restrita ao campo econômico, mas às teorias de vida humana associada. Pode-se deduzir que se referem a teorias envolvendo fatos sociais totais, envolvendo as dimensões econômicas, políticas, sociais, estéticas etc.

2.2 DIMENSÕES E CATEGORIAS DO PARADIGMA

O modelo paraeconômico esboçado por Guerreiro Ramos (GUERREIRO RAMOS, 1989: p.141) recebeu a representação gráfica reproduzida na figura 1. A seguir faz-se um resumo das dimensões e das categorias de sistemas sociais considerados a partir desse paradigma. Na seqüência introduz-se uma discussão sobre o modelo, aprofundando algo mais certos aspectos do modelo.

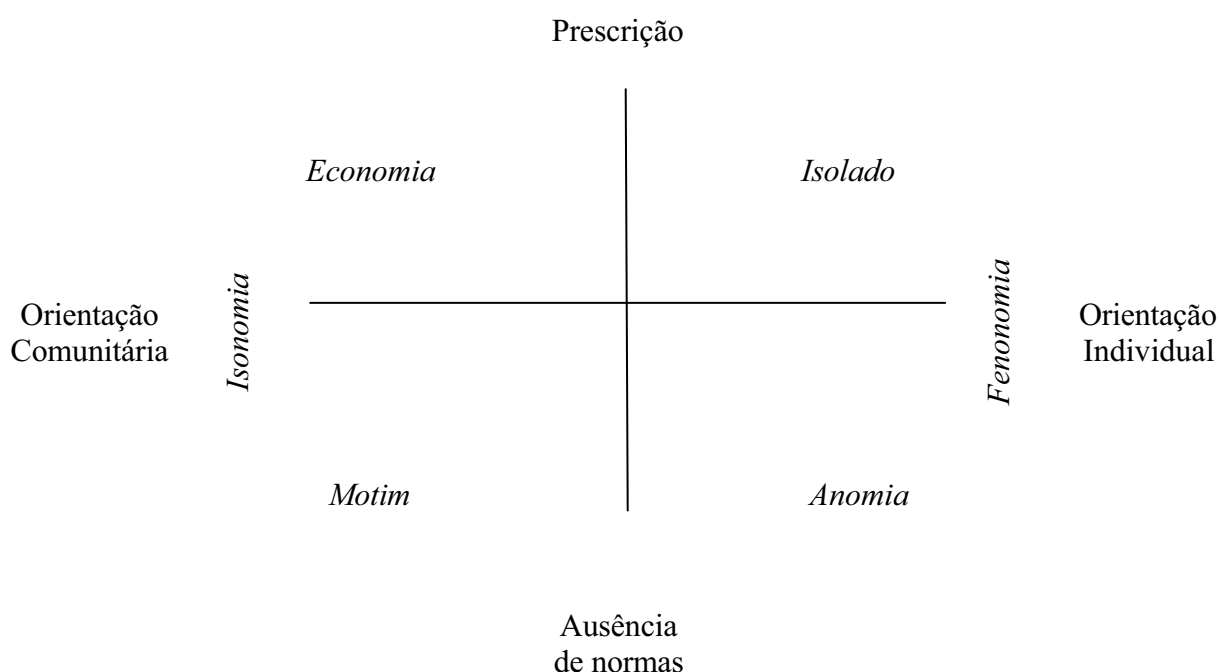


Figura 1 – O paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos

Cabe reiterar que Guerreiro Ramos apresentou o paradigma paraeconômico segundo um enfoque normativo.

A dimensão horizontal traduz a possibilidade de sistemas sociais orientados para o indivíduo ou para a coletividade. Nessa dimensão, “há lugares para a atualização individual livre de prescrições impostas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 140). Considerando que os tipos isonomias e fenonomias – adiante se esclarecem tais termos – se situam nesse eixo, e, por suas respectivas conceituações, decorre que não há necessariamente conflito ou oposição social nesse plano, que é, então, o plano da razão substantiva, não dominada pelo sistema de mercado.

A dimensão vertical representa o grau de prescrição do sistema e de sua estrutura sobre os grupos ou indivíduos sistemas. Pode também corresponder aos tipos weberianos de racionalidade dominante, como se tentará demonstrar.

Adotadas tais dimensões, derivam do modelo tipos de sistemas sociais, que são a isonomia e a fenonomia, a partir do plano horizontal, e a anomia, o motim, a economia e o isolado, pela combinação entre aquele e o grau de prescrição representado verticalmente.

Sua caracterização pode ser sintetizada na tabela 2.

Com esse modelo, Guerreiro Ramos busca passar do paradigma unidimensional de mercado, que constitui o modelo *normal* nos campos das ciências sociais, para um modelo multidimensional e multicêntrico no qual o mercado é apenas uma parte, limitada e regulada, dentro da totalidade social.

São assim construídos tipos categóricos ideais a partir das dimensões adotadas. Tendo como referencial os sistemas possibilitadores da atualização dos indivíduos, livremente de prescrições impostas exogenamente, podem ser eles orientados tanto para a ação individual em ambientes mais restritos quanto para a ação coletiva dos indivíduos em comunidades, tendo como orientação ética a razão substantiva.

A variedade de ambientes é um pressuposto do modelo. O ambiente econômico de mercado é apenas um ambiente entre vários possíveis. Nesses ambientes extra-mercado o indivíduo pode escolher agir de uma forma ou de outra, manter atividades pessoais ou em grupos. A variedade de ambientes oferece oportunidades ao indivíduo de se relacionar com o mercado sem ter de conformar-se e nele estar inteira e completamente, segundo a realidade social dominada pelo mercado. Permite-lhe, mesmo, *criar* “uma porção de ambientes sociais que diferem uns dos outros, em sua natureza” e deles participar (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 142).

Tipo	Orientação Coletiva	Prescrição Social/ Conformidade	Espaço Social característico	Racionalidade
Isonomia	Alta	<i>Equilíbrio dinâmico</i>	<i>Pólis</i> Comunidade	<i>Substantiva</i>
Economia	Alta	Alta	Mercado/Estado	<i>Funcional</i>
Motim	Alta	Baixa	Margem/Grupos amotinados	
Fenonomia	Baixa	<i>Equilíbrio dinâmico</i>	Ateliê Inovador	<i>Substantiva</i>
Isolado	Baixa	Alta	Unidimensional de mercado	<i>Funcional</i>
Anomia	Baixa	Baixa	Margem	

Quadro 2 Tipos ideais de sistemas sociais no modelo paraeconômico

Para Guerreiro Ramos, a “maximização de utilidade é incidental, nos sistemas que visam a atualização pessoal e, conversamente, a atualização pessoal é incidental naqueles que visam a maximização de utilidade” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 142), sendo difícil e raro integrar atualização pessoal e maximização de utilidade num mesmo ambiente social. Segundo ele, “A afirmação inadequada de que o *interesse pelas pessoas* pode ser harmonizado com o *interesse pela produção de mercadorias* só se justifica à base de uma abordagem unidimensional da organização” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 143; grifos

acrescentados), como ocorre em alguns segmentos do campo administrativo, na teoria e na prática.

Assim, o modelo reconhece que o indivíduo não se limita a ser aquele cumpridor de regras impostas pela organização econômica, apresentando muitas outras facetas cujo atendimento não se pode dar nesse âmbito, sendo necessário oferecer outros ambientes organizacionais que permitam a expressão de singularidades (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.143). Em lugar do homem econômico, do homem administrativo ou organizacional, Guerreiro Ramos tem em mente o homem parentético (GUERREIRO RAMOS, 1984). O homem parentético é aquele que, assumindo uma “atitude crítica[,] suspende ou coloca entre parênteses a crença no mundo comum, permitindo ao indivíduo alcançar um nível de pensamento conceitual e, portanto, de liberdade” (GUERREIRO RAMOS, 1984, p.8). Esse homem parentético “está eticamente comprometido com valores que conduzem ao primado da razão (no sentido noético)⁴ na vida social e particular” (GUERREIRO RAMOS, 1984, p.8-9).

Relativamente ao problema da preponderância da racionalidade funcional na modernidade, Guerreiro Ramos estabelece a seguinte relação: “Quanto maior é o caráter econômico do trabalho, menos oportunidade de atualização pessoal é oferecida aos que o executam pelas respectivas prescrições operacionais” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.143). Deste modo, as “escolhas” do indivíduo são restringidas pelas prescrições operacionais derivadas dos objetivos a alcançar. Caracteristicamente, no campo econômico e administrativo, as teorias e práticas dominantes tendem a se disseminar e expandir de tal forma que os espaços para a atualização humana têm se reduzido drasticamente, tornando o sistema social, como um todo, cada vez mais prescritivo e ameaçador da individualidade. É

⁴ Segundo Rezende (1983, p.94) o sentido noético corresponde à esfera do *nous*, da intuição, entendida pelos clássicos gregos como a parte da razão proveniente de uma ordem cósmica ou ulterior, e que só pode ser apreendido por um esforço noético ou substantivo. A outra dimensão da razão era a esfera do *logos*, que seria correspondente à racionalidade funcional (REZENDE, 1983, p.95).

por essa razão que Guerreiro Ramos enquadra as *economias* no quadrante de alta prescrição, embora, comumente, se considere o mercado como fonte de liberdade humana.

A dimensão da prescrição, portanto, representa o processo retratado por Guerreiro Ramos referente à crescente operacionalização da vida humana segundo as teorias e práticas de ordem econômica e administrativa, que tendem a reduzir a racionalidade substantiva dos indivíduos⁵. Segundo deflui da exposição de Guerreiro Ramos, a crescente disseminação do caráter econômico das organizações pelos sistemas sociais (com finalidades de lucro e acumulação) e a adoção de regras de otimização de procedimentos operacionais prescritivos, representa um aumento das pressões prescritivas pelas economias, que redundam no “comportamento econômico” ou no “comportamento administrativo”, resultante de um processo de superorganização social, causador da síndrome comportamentalista. A polaridade contrária da prescrição é a sua ausência, é quando o sistema social se fragmenta e os indivíduos e grupos deixam de observar as normas sociais, ou por incapacidade de cumpri-las, ou por afronta.

Com essa ligeira explicação das dimensões adotadas por Guerreiro Ramos – que são por ele explicadas de forma mais extensa do que aqui, onde se procura resumir ao máximo a exposição dos conceitos envolvidos e apenas na medida entendida necessária ao objetivo do trabalho – pode-se abordar, também ligeiramente, os tipos ideais delineados a partir dessa orientação teórica.

⁵ Atualmente, em vista da absorção da “atualização” humana por organizações econômicas (FREITAS, 2002) e pelo mercado através da mídia, essa “emancipação para a autenticidade” tornou-se ela própria uma prescrição, uma “demanda institucional pela auto-realização”, segundo Charles Taylor, capaz de gerar severa depressão (HONNETH, 2004).

2.2.1 Isonomias

Como deriva da própria acepção do termo, a isonomia se refere a contextos em que há igualdade entre os membros. Guerreiro Ramos cita a *polis* aristotélica – “uma associação de iguais” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.150) – como o exemplo típico de isonomia, e apresenta as seguintes características que delineiam esta categoria:

- a) tem por objetivo essencial a atualização de seus membros, ou seja, a realização das potencialidades das identidades individuais, livremente de normas, que, quando existem, são definidas por consenso;
- b) as pessoas realizam atividades autogrificantes, e interagem por “um tipo generoso de relacionamento social, no qual **dão e recebem**” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.150; grifo acrescentado), não havendo uma recompensa pela ação a não ser a sua própria realização;
- c) os modos de deliberação coletiva não se dão de modo hierarquizado entre as pessoas deliberantes, sendo a liderança atribuída e assumida de acordo com o contexto de adequação dos problemas e das habilidades;
- d) pressupõe a existência de relações sociais primárias.

2.2.2 Fenonomias

Reproduzindo a definição de Guerreiro Ramos, a fenonomia “é um sistema social, de caráter esporádico ou mais ou menos estável, iniciado e dirigido por um indivíduo ou por um pequeno grupo, e que permite a seus membros o máximo de opção pessoal e um mínimo de subordinação a prescrições operacionais formais” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 152). É o espaço social adequado à criatividade, para dar vazão às necessidades de expressão da atividade criativa – “em grego, *phaineim* significa mostrar” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.

152). As prescrições decorrem da própria atividade. Contudo, as fenomenias não são dirigidas por critérios econômicos ou de mercado, mas pela realização automotivada das obras criativas, destinadas à partilha social. Deve ser notado que as atividades fenonômicas não implicam em isolamento: “Embora interessado em sua própria singularidade, o membro da fenomenia tem consciência social. Na verdade, sua opção não significa o abandono da sociedade como um todo, mas visa tornar outros indivíduos sensíveis quanto a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou de apreciar” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 152).

2.2.3 Economias

A definição deste idealtipo leva a dizer que “uma economia é um contexto organizacional altamente ordenado, estabelecido para a produção de bens e/ou para a prestação de serviços...” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.148).

Em geral, a organização deste tipo apresenta as seguintes características:

- a) presta os serviços a clientes, com pouca ou nenhuma influência na realização de suas atividades;
- b) a sobrevivência da organização depende da eficiência produtiva, que pode ser objetivamente avaliada pelos lucros;
- c) apresenta tamanho grande e alta complexidade;
- d) os participantes são “detentores de emprego” e assim avaliados, sendo a sua admissão e dispensa baseada nas qualificações técnicas (ou seja, segundo critérios burocráticos no sentido weberiano).
- e) A informação tem circulação diferenciada conforme os níveis da estrutura.

Guerreiro Ramos cita como economias os “monopólios, firmas competidoras, organizações de fins não-lucrativos e agências” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 148). Considera relevante distinguir as agências das demais entidades segundo a forma de obtenção de recursos, pois enquanto aquelas obtêm receitas com base na produção unitária as agências trabalham com orçamento composto em parte por alocação de verbas e por financiamentos diretos.

Guerreiro Ramos conceitua as “economias de caráter isonômico” como “certos tipos de cooperativas e de empresas em que a administração e a propriedade são coletivas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.159).

Nas Economias, tidas como detentoras de alto grau de liberdade social pelo fato de existirem transações comerciais de mercado onde a impessoalidade é a característica mais destacada e onde o vínculo social é mantido apenas na esfera mercadológica, Guerreiro Ramos chama a atenção para algo que é aparentemente paradoxal sob essa visão mais disseminada. É o fato de que há um alto grau de prescrição nas economias. Na realidade, ele apenas assevera esse alto grau de prescrição segundo a racionalidade instrumental, sem se ater a esse problema de liberdade. A explicação que se encontrou neste trabalho é no sentido de que os indivíduos e instituições precisam conformar-se aos requisitos estabelecidos em função do mercado e das necessidades de produção, distribuição, realização e consumo. Eles gozam de liberdade dentro do mercado, liberdade econômica, liberdade social em relação ao outro, mas ao mesmo tempo sofrem o constrangimento das estruturas mercadológicas, não gozando, porém, de liberdade na esfera noética, substantiva.

2.2.4 Isolados

O Isolado não constitui propriamente sistema social. mas corresponde aos indivíduos que, embora seguidores das normas sociais, não se relacionam socialmente em termos de produção pessoal ou de interação substantiva. Podem participar e participam da produção econômica organizada, mas isolam-se quando se trata de agir um pouco além do que prescreve a norma social. Pode existir interação econômica, mas quando se trata de interação na esfera política, social, participação em diferentes organizações, etc., sua atividade é mínima em termos substantivos. Pela finalidade do modelo, esses sistemas sociais também deveriam ser delimitados com vistas à proteção do sujeito contra o alargamento do mercado, ou seja, que as prescrições, principalmente, talvez, em termos de consumo ou de inserção individual além dos limites “autodeterminados”, não venham a transformar tais pessoas em anômicos, alienados mentais, já que emocionalmente talvez já o sejam.

Um possível tipo isolado encontra uma descrição marcante no artigo de Cherques, *O Golem laborioso*, como se deduz a partir do seguinte trecho (CHERQUES, 2002, p.150):

É muito raro que os trabalhadores-robô mantenham relações sociais com alguém de fora do trabalho. Tendem a uma vida restrita à vida na organização, a pensar o grupo familiar e as relações pessoais como uma extensão da empresa. Vivem em uma prisão, a jaula de ferro weberiana, que é a objetivação da cultura material, do “mercado”, e do seu “poder inexorável. [...] Mas o trabalhador robotizado não sofre com a prisão de ferro porque não a enxerga. Simplesmente a integra.

Segundo pesquisa desse mesmo autor por ele citada, entre um quarto e um quinto dos trabalhadores apresenta tal quadro de isolamento social, embora participantes das relações de trabalho (CHERQUES, 2002, p.150).

O isolado se distingue das pessoas nas fenomenias, cujas atividades são-lhes satisfatórias em si mesmas segundo valores autodeterminados, porque as crenças e comportamentos do tipo isolado são desenvolvidos em conformidade com a instrumentalidade do sistema no sentido habermasiano. Enquanto o integrante de fenomenias age, em todas as

esferas de vida, o isolado se comporta, na esfera organizacional e também nas demais esferas de sua vida.

2.2.5 Anomias

As anomias compreendem indivíduos que, além de não interagirem substantivamente, não conseguem se comportar e agem contrariamente às prescrições sociais, intencionalmente ou não. Pode-se dizer que tais indivíduos agem sob uma racionalidade determinada por suas próprias crenças e valores, consciente ou inconscientemente, em confronto com as crenças e valores socialmente legitimadas. A anomia é um afastamento do sistema social. Pode dar-se de modo simples ou conflituoso. Sua categorização pode depender da posição do observador. Embora usado o termo por Guerreiro Ramos para expressar situações em que “a vida pessoal e social desaparece” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 146), o modelo paraeconômico usa o conceito no sentido de identificar um tipo de “indivíduos desprovidos de normas orientadoras, que não têm o senso de relacionamento com outros indivíduos” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 147). Assim, o conceito não tem a mesma noção de normalidade e moralidade sociais definida por Durkheim, que Guerreiro Ramos considera como supersocializada (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 149), ou socialmente determinada em detrimento da razão substantiva do indivíduo.

2.2.6 Motins

O Motim corresponde a uma desobediência coletiva das normas. Como categoria idealtípica, Guerreiro Ramos a define como “coletividades desprovidas de normas, a cujos membros falta o senso de ordem social” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 147).

Adicionalmente, “Pode acontecer que uma sociedade se torne passível de perturbação pelos *motins*, quando perde para seus membros, a representatividade e o significado” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.147). Deste modo, mesmo não tendo sido aventada a hipótese por Guerreiro Ramos, a categoria pode prestar-se a explicar, além de *gangues*, as revoluções e até mesmo as guerras entre nações, desde que se admita uma socialidade e lealdade às normas internas ao grupo, que se opõem às prescrições da escala sistêmica que o inclui. É também, portanto, baseada nas crenças e valores internos ao grupo, compartilhados restritivamente apenas entre si, em contraposição às categorias sociais hegemônicas. Decorre daí que os choques e confrontos podem afetar as estruturas existentes e gerar mudanças sociais significativas.

Embora Guerreiro Ramos tenha sido explicitamente prescritivo, normativo em sua proposição, tal modelo pode apresentar poder explicativo.

O Nazismo, p.ex., poderia ser classificado como um motim, se adotada uma escala mais ampla. Motivado por crenças e valores arraigados e altamente prescritivos em seu interior, quando considerado em relação ao sistema maior onde se insere, representa uma confrontação coletiva com as normas mais gerais.

2.3 DIMENSÕES DOS SISTEMAS SOCIAIS PARAECONÔMICOS

Num segundo nível de análise e planejamento de sistemas sociais, Guerreiro Ramos propõe ao administrador dimensões a serem consideradas nessa tarefa, de modo a possibilitar a oportunidade de desenvolvimento de sistemas sociais substantivos.

As dimensões a serem consideradas na tarefa de delinear sistemas sociais substantivos, extraídas de teorias e práticas dispersas em diversas abordagens, são a

tecnologia, o tamanho, a cognição, o espaço e o tempo. Na apresentação dessas dimensões, Guerreiro Ramos oferece uma série de fontes e autores que podem constituir uma bibliografia básica para a formação do planejador de sistemas sociais.

Com referência à tecnologia, Guerreiro Ramos afirma o reconhecimento, de modo geral, “que a tecnologia é uma parte essencial da estrutura de apoio de qualquer sistema social, e existe no conjunto de normas operacionais e de instrumentos através dos quais se consegue que as coisas sejam feitas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.157). A análise de tecnologia deve verificar se ela propicia ou dificulta a consecução de sua meta, já existindo uma bem desenvolvida habilidade para buscar a “harmonia entre a tecnologia de um sistema social e os objetivos específicos do sistema” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.157), na teoria convencional da organização, na abordagem dos sistemas sócio-técnicos e seus autores⁶.

Já com relação ao tamanho dos sistemas sociais, a abordagem teórica da questão tem sido relativamente escassa. Contra a tendência da época, de considerar favorável o máximo crescimento na busca da eficiência, Guerreiro Ramos associa tamanho e resistência da organização. Para sistemas sociais substantivos, afirma que “*a capacidade de um cenário social para fazer face e para corresponder, eficazmente, às necessidades de seus membros exige limites mínimos ou máximos a seu tamanho*” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 159, grifos do original), sem que se trate no entanto do tamanho ótimo na forma conceituada na firma. Contudo, “*nenhuma norma geral pode ser formulada para determinar, com precisão, antecipadamente, o limite de tamanho de um cenário social; a questão do tamanho constitui sempre um problema concreto, a ser resolvido mediante investigação ad hoc, no próprio contexto*” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 159, grifos do original). Para ele, deve-se ainda considerar que “*a intensidade das relações diretas entre os membros de um cenário social tende a declinar na proporção direta do aumento de seu tamanho*” (GUERREIRO RAMOS,

⁶ SPINK (2001), em artigo mais recente na RAE, sugere uma retomada desses estudos.

1989, p.159, grifos do original), sendo que esse tipo de relacionamento é um requisito para os sistemas substantivos.

Isonomias, portanto, tipicamente apresentam dimensão moderada em tamanho. Fenomias são compostas por grupos pequenos. Economias teriam tendência a crescer, em função da divisão do trabalho, especialização e impessoalidade. As sociedades de massa favoreceriam a anomia, em virtude da predominância dos relacionamentos funcionais, e os ambientes pequenos são mais capazes de possibilitar tratamentos adequados dos indivíduos anômicos.

Sobre a dimensão da cognição nos sistemas sociais, Guerreiro Ramos cita a abordagem de Georges Gurvitch, mas vale-se da idéia de Habermas de que os sistemas cognitivos podem ser classificados segundo o seu interesse dominante. Quando o interesse é a produção, o sistema é funcional; quando o interesse é o controle do ambiente, o sistema é político, e assim por diante. Guerreiro Ramos indica que, “Misturados de várias maneiras, esses sistemas podem existir simultaneamente num único cenário social, mas o sistema cognitivo político, nas isonomias, o sistema cognitivo personalístico, nas fenomias e, finalmente, o sistema cognitivo deformado é bem característico dos indivíduos e/ou grupos anômicos” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.161). Mostra ele que “Há concretamente, sistemas sociais em que mais de um tipo de sistema cognitivo assume, paralelamente, o caráter dominante. Esse é, por exemplo, o caso das economias de natureza isonômica e de muitas instituições educacionais em que a informação pessoal e o fomento do bem, na sociedade, se revestem de fundamental importância” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.161). Sobre este tópico, a abordagem substantiva deveria buscar “proporcionar aos indivíduos condições adequadas a seus específicos e dominantes interesses cognitivos” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.161).

Sobre a dimensão do espaço dos sistemas sociais, Guerreiro Ramos busca demonstrar seus efeitos sobre os mesmos e faz uma extensa abordagem de autores que tratam do espaço de forma substantiva. Cita principalmente Hall e Steele. Guerreiro Ramos afirma que “exigências específicas de dimensões espaciais são inerentes a cada tipo de cenário social” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.163), e tais autores fornecem elementos substantivos para o tratamento do espaço. Variações dessa dimensão seriam os espaços determinados, semideterminados e falsamente determinados, segundo as impressões de movimento sugeridos pelos seus diversos elementos (estruturas, paredes removíveis, móveis etc.). Distingue também entre espaços sócio-aproximadores e sócio-afastadores. Como regra geral, a variedade é necessária, para atender às necessidades segundo variados momentos dos indivíduos, momentos de maior convivência exigem espaços sócio-aproximadores, mas esses mesmos indivíduos necessitam também de desfrutar momentos de recolhimento e reflexão. Uma implicação da ampliação do problema do espaço na esfera organizacional – classicamente mais associado a problemas de layout e conexos com a produção econômica – é de que sua consideração não é mais limitada a esse enfoque produtivo, mas se amplia em termos conceituais para dimensões substantivas e para a interação com outras disciplinas, como a geografia, o planejamento urbano etc.

A dimensão do tempo recebe de Guerreiro Ramos um tratamento valioso. Aponta ele que o tempo considerado na teoria da organização tem sido apenas vista pelo seu aspecto cronológico para fins econômicos, tornando-se também uma mercadoria. Uma teoria substantiva não pode se limitar a essa concepção mecanicista do tempo newtoniano. Nos sistemas sociais, Guerreiro Ramos recupera os estudos de Gurvitch sobre o tempo social. Gurvitch demonstra “que o tempo das organizações formais não é idêntico ao tempo característico dos sistemas sociais em que prevalecem a intimidade e uma intensa reciprocidade interpessoal” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.167). Para os fins da

paraeconomia, Guerreiro propõe considerar o tempo serial, linear ou seqüencial, segundo o registro do *cronos*, o tempo cronológico ao qual costumam se restringir as abordagens atuais, e que orientam o tipo economia de sistema social; o tempo convivial, característico da isonomia, que orienta uma interação substantiva entre as pessoas; o tempo de salto – leap time – o tempo do *kairos*, da oportunidade e do acontecimento, da criatividade, seria típico das fenomenias; e o tempo errante, que embora seja mais do tipo anômico, pode por vezes ser um tempo necessário ao processo de auto-atualização.

A abordagem de Guerreiro Ramos se mostra muito atualizada, inclusive com os conceitos de tempo que têm orientado as ciências naturais (OLIVEIRA, Luiz A., 2003). Vergara e Milani (2005) apresentaram artigo recente apresentando dimensões do tempo como importantes categorias da análise organizacional, mas não se valem dos *insights* de Guerreiro Ramos.

2.4 UMA DISCUSSÃO DO MODELO

Parece cabível, neste ponto, exercitar primeiramente uma reflexão sobre o paradigma paraeconômico.

2.4.1 Desenvolvimentos

Após a morte de Guerreiro Ramos em 1982, algumas discussões foram realizadas sobre a sua obra, inclusive o paradigma paraeconômico. Assim, a Revista de Administração Pública, da Fundação Getúlio Vargas, publicou no primeiro número de 1983 (v.17), alguns dos artigos de Guerreiro Ramos, bem como de outros autores a respeito da obra e da vida do

sociólogo baiano. Num outro número desse mesmo ano, a revista apresentou o registro de apresentações e palestras realizadas no Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra (RAP, v.17, n.2, abr.-jun., 1983). Tratou-se de uma merecida e oportuna homenagem, além de buscar o esclarecimento e a continuidade das idéias de Guerreiro Ramos.

Outro trabalho de vulto foi realizado por Lúcia Lippi de Oliveira, que publicou *A sociologia do Guerreiro* pela Editora da UFRJ (Universidade Federal do Rio de Janeiro), em 1995 (OLIVEIRA, 1995). Da mesma autora, foi publicado na RAP de setembro de 1997 (OLIVEIRA, 1997). Tais obras são relevantes para a compreensão do contexto da produção acadêmica de Guerreiro Ramos, principalmente pelas características de “mulato baiano”, de autodidata, envolvido em polêmicas intelectuais.

Em virtude da existência dessas fontes de informações para o contexto de vida e obra de Guerreiro, deixar-se-á de apresentar tais aspectos, concentrando a atenção nas questões teóricas.

Uma investigação sistemática, com base em conceitos formulados por Guerreiro Ramos, foi realizada por *Maurício Serva* de Oliveira, cuja tese de doutoramento pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo, da Fundação Getúlio Vargas, intitulada *Racionalidade e Organizações: o Fenômeno das Organizações Substantivas* (SERVA, 1996), demonstrou a presença da racionalidade substantiva mesmo em organizações do tipo economia.

Um novo conjunto de matérias especiais foi publicado pela RAP em 1997 (v.31, n. 5), onde, além do já citado artigo de Oliveira, vale a pena consultar o escrito de Lustosa da Costa (COSTA, 1997). Mas um artigo fundamental para a presente pesquisa, mais uma vez da autoria de Serva, foi publicado nessa revista em 2001, buscando demonstrar que o fato organizacional pode também ser visto como um fenômeno social total. Deste modo, estabelece uma aproximação entre um dos pilares do paradigma paraeconômico, e uma das

bases do paradigma da dádiva. Esse artigo merecerá uma abordagem mais detalhada no capítulo referente à análise das possíveis interseções dos modelos.

Trata-se, na verdade, de um número reduzido de pesquisas, considerando a importância dos temas suscitados por Guerreiro Ramos, mesmo se se levar em conta a produção de trabalhos nessa linha pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pela Universidade Federal da Bahia (UFBA), e a apresentação de uma pequena quantidade de trabalhos referenciando-o de forma regular nos encontros anuais promovidos pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (ANPAD).

Talvez, em parte, isso seja uma decorrência do caráter crítico, contestador, desafiador, provocativo, da obra guerreiriana, fora das correntes teóricas dominantes (OLIVEIRA, 1997, p. 9-10), mas também não fragmentário como a linha pós-moderna, segundo a classificação de Alvesson e Deetz (1999, p.234), que leva Andrews a considerá-lo mais próximo dos teóricos críticos (2000, p.2). Em parte, também, pode estar relacionado ao próprio Guerreiro Ramos, pelo seu modo especial e característico de se expressar, e que talvez reflita sua maior proximidade com autores europeus, pelo menos em sua formação. Ele registra seus pensamentos e idéias como se o leitor dispusesse de conhecimentos equivalentes aos seus, uma expectativa de difícil concretização, mesmo na realidade acadêmica.

Por exemplo, Ramon M. Garcia (GARCIA, 1983b, p.128), falando dos aspectos perlocucionários⁷ da obra de Guerreiro Ramos, cita o caso da redução sociológica, que é uma atitude de assimilação crítica da teoria estrangeira, muito mais do que uma proposta de reducionismo sociológico, ao qual acreditava referir-se antes de se esclarecer sobre o conteúdo do conceito guerreiriano. Segundo Garcia, “Guerreiro diz, com freqüência coisas

⁷ Segundo Garcia, fazendo referência a J.L.Austin e a J.R.Searle, trata-se do terceiro momento articulado no discurso, sendo o primeiro o “ato locucionário ou proposicional, o ato de dizer”, o segundo o ato ilocucionário, o que se faz ao dizer, e o terceiro o ato perlocucionário, ligado à reação ao ato de dizer e expressar o dito (GARCIA, 1983b, p.128).

que estão ali tão embutidas, que necessitam sempre ser desveladas, através de um esforço de interpretação hermenêutica” (GARCIA, 1983b, p.21).

Um segundo exemplo, de caráter irônico e cruel ou frustrante, pode ser encontrado no relato de Ventriss e Candler (2005, p.352), a respeito da manifestação de um avaliador de um artigo submetido por Guerreiro Ramos à publicação:

O material é realmente uma artilharia pesada; e penso que seria valioso apenas para poucas pessoas, interessadas em examinar em profundidade a lógica do argumento de delimitação de [Guerreiro] Ramos. Minha opinião é de que não muita gente tem esse interesse. Passei com dificuldade por todo o manuscrito e estou francamente assombrado por sua bagagem acadêmica. Há muito que não cheguei a ler e nada sei a respeito, de modo que simplesmente tenho de aceitar seus argumentos em confiança. Penso que sou algo melhor preparado do que a maioria dos leitores deste [periódico]; chego à relutante conclusão de que a matéria não deve ser continuada. (*apud* VENTRISS; CANDLER, 2005, P. 352).⁸

Havendo-se feito alusão ao artigo de onde foi extraída essa citação, cabe fazer referência a duas críticas mais recentes da obra de Guerreiro Ramos. A já citada recuperação de Guerreiro Ramos por Ventriss e Candler, publicada em 2005, e também a crítica mais aprofundada de Christina Andrews, de 2000, às quais se terá oportunidade de retornar.

Mas como se verifica por esse exemplo patético, a amplitude do conhecimento na obra de Guerreiro Ramos, como a dos grandes clássicos das ciências sociais, é muito vasta, fato que reflete parcialmente a complexidade de sua abordagem multidimensional. Complexidade essa que não é uma tarefa fácil entender, embora, aparentemente, haja trechos muito claramente apresentados pelo Acadêmico. Acresce que Guerreiro Ramos não teve tempo de expor completamente suas idéias, em vista de sua morte prematura. Em razão dessa incompletude de exposição e da falta de um debate à altura, é possível perceber alguns vazios de argumentação e atalhos (VENTRISS e CANDLER, 2005, p.356) que podem dificultar ao leitor a perfeita apreensão de detalhes do conteúdo e as respectivas implicações para o modelo

⁸ Tradução deste autor. No original: “The material is really heavy stuff; and I think it would be valuable to only a handful of people, interested in examining in profundity the logic of [Guerreiro] Ramos’ delimitation argument. My guess is that not many people have that interest. I have waded through the whole manuscript and am frankly overwhelmed by his scholarship. There is so much that I have not read and do not know anything about that I simply have to take his arguments on faith. Since I think I am somewhat better prepared than most readers of [this journal] I come to the reluctant conclusion that the matter should not be pursued”.

como um todo integrado. Crê-se ser essa a razão que leva o famoso geógrafo Milton Santos a considerar *A Nova Ciência*, na intervenção realizada no Simpósio já citado, como uma obra ao mesmo tempo “profunda e aberta, complexa e simples, difícil e acessível”, que comporta muitas leituras e “exige dos seus leitores um enorme esforço de atenção” (SANTOS, 1983, p.118 e 120).

2.4.2 Abordagens críticas de Andrews e de Ventriss e Candler

Conquanto não seja o objetivo primordial deste trabalho o exame de abordagens críticas específicas aos paradigmas sob foco, acredita-se que a relevância dos questionamentos de Andrews (2000) e de Ventriss e Candler (2005) ao paradigma paraeconômico merecem consideração neste espaço. Ainda que de forma sucinta, será dado um tratamento resumido a este tópico, tendo em vista que essas análises podem auxiliar na iluminação de pontos obscuros do modelo teórico esboçado por Guerreiro Ramos.

Resumidamente, para Christina Andrews o modelo teórico de Guerreiro Ramos, para fins comparativos, poderia ser tipificado como guardando afinidade com Husserl, que lhe seria o “filósofo favorito”; guardaria afiliação teórica com a fenomenologia transcendental; situar-se-ia, epistemologicamente, na ordem da Teoria Pura; seu modelo teria a orientação para a auto-atualização individual; e o papel das organizações públicas seria o de estar a serviço da razão substantiva. Tais críticas, embora efetivamente relevantes, são passíveis de contestação, pelo menos em grande parte.

Cabe observar, como ressaltado por ele próprio, que o paradigma paraeconômico ainda se achava como um esboço, destinado a amplificação e detalhamento posterior. Assim, já no prefácio, a paraeconomia é qualificada de um arcabouço conceitual para uma nova ciência organizacional: ‘Neste livro, apresento o arcabouço conceitual de uma nova ciência

das organizações”. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.XI). Também na introdução do paradigma proposto, fala em apenas *delinear* o modelo:

Neste capítulo, começarei a delinear um modelo multidimensional, para a análise e a formulação dos sistemas sociais, no qual o mercado é considerado um enclave social legítimo e necessário, mas limitado e regulado, modelo que reflete aquilo que chamo de paradigma paraeconômico. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.140).

Conquanto esse trecho se refira ao capítulo específico (o 7º) e os capítulos seguintes (8 a 10) contenham um desenvolvimento de aspectos inerentes ao modelo, estas passagens ao final demonstram o caráter preliminar do mesmo:

No entanto, esse esforço crítico ainda não resultou numa alternativa para o modelo de ciência política convencional. Acho que o paradigma paraeconômico é, pelo menos, um amplo e incipiente arcabouço teórico dessa alternativa. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.182).

E mais uma vez:

Este livro nada mais é do que uma enunciação teórica preliminar da nova ciência das organizações. Como tal, estabelece uma agenda de pesquisa. Muito resta ainda a ser feito, para transformar a *nova ciência* num instrumento de reconstrução social. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.197).

Assim, portanto, vê-se que a teoria almejada não chegou a tomar corpo, apenas delineou caminhos de pesquisa e sistematização de uma disciplina do conhecimento. Lamentavelmente, seu autor não pôde dar continuidade ao seu desenvolvimento ⁹.

Em vista dessas razões de Guerreiro Ramos, não obstante a relevância das críticas de Andrews, parece precipitado ao autor desta dissertação o abandono do modelo paraeconômico, em favor do modelo habermasiano, como poderia alguém menos conhecedor daquele interpretar a partir do artigo crítico. Como a própria realização deste trabalho denota, entende-se que o modelo de Guerreiro mereceria mais comentadores e a realização de um trabalho mais abrangente de exploração do modelo em sua totalidade, acompanhado de um

⁹ Como já registrado, Guerreiro Ramos faleceu em 1982, nos Estados Unidos.

detalhamento dos seus diversos elementos. A “tradução” do texto para um nível de graduação já seria uma grandiosa tarefa

Com relação ao filósofo favorito do autor, por exemplo, pode-se discordar da conclusão de Andrews. Guerreiro Ramos parece apresentar, na verdade, grande familiaridade com vários filósofos, transitando entre os pensamentos de muitos deles, sem contudo recair num ecletismo que invalide suas conclusões já de princípio. Segundo Garcia (1983b, p.131), apesar da influência da fenomenologia no trabalho de Guerreiro Ramos, não se poderia afirmar ser ele adepto incondicional dessa vertente, e uma das principais influências do teórico seria Ortega Y Gasset, no que tange à sua noção de “campo prático”. Segundo Garcia (1983, p.22), Guerreiro se vale da idéia de visão de mundo de Dilthey “para mostrar que os fatos que se oferecem aos homens não são um mero fato bruto [...] são impregnados de significados, de sentido” (GARCIA, 1983, p.22). Ainda para Garcia, “quando Guerreiro cita Husserl, ele o faz segundo certas restrições. Ele não está endossando Husserl por inteiro. Ele está tirando de Husserl aquilo que há de melhor, sem prejuízo de sua própria estrutura básica de pensamento” (GARCIA, 1983, p.24). O que dizer a respeito quando Guerreiro conclui seu artigo sobre Modelos de homem e teoria administrativa (1984[1975]): “a organização tradicional está agora encontrando seu momento da verdade. Sua sedução está desaparecendo. **O campo agora é propício à obra de Kant, à revolução copernicana**” (GUERREIRO RAMOS, 1984, p.11, grifos acrescentados). Como se vê, Guerreiro Ramos clama pela razão pura e prática kantiana, o que se mostra como mais um indicador para invalidar a afirmação de Andrews (2000) da filiação de Guerreiro a Husserl e à fenomenologia transcendental.

Ventriss e Candler, e também França, por outro lado, asseveram a afinidade de Guerreiro com Hannah Arendt na conceituação de comportamento e ação (VENTRISS e CANDLER, 2005, p. 354-355; FRANÇA, 2003, p.40). Ventriss e Candler mostram mais pontos de afinidade, na questão da pluralidade, na identificação de Hobbes como um ponto de

inflexão do conceito de razão, na crítica à ciência social moderna e até no uso de terminologia de origem grega, como em isonomia:

What is so striking about this view is its similarity to Hannah Arendt's (1958) theoretical analysis of the deterioration of the public realm in contemporary society. Guerreiro Ramos appropriates Arendt's distinction between behavior and action, her stress on plurality, her acknowledgement of Hobbes's break with classical reason, her critique of modern social science, and even her Greek terminology (such as "isonomy"). (VENTRISS e CANDLER, 2005, p.354-5).

Eliana Guerreiro Ramos do Nascimento (1983, p.144) comenta a influência de Berdyaev no pensamento de seu pai, explicando:

O tema principal de Berdyaev é a confusão moderna entre os conceitos da individualidade e personalidade. Ele ressalta o fato de que o ser humano é personalidade por espírito. Nesse sentido, personalidade não é uma relação, mas sim a constante num fluxo, a unidade no pluralismo, enquanto o indivíduo é temporário, espacial, porque é uma parte da sociedade, uma parte do mundo. (NASCIMENTO, 1983, p.145).

Abrindo um parênteses ao tema do “filósofo predileto” de Guerreiro Ramos, pode-se ver nessa transcrição que a crítica de Andrews a respeito da carga de transcendência em Guerreiro Ramos parece se confirmar. Contudo, essa constatação isolada não parece ser suficiente para desvinculá-lo do terreno prático, como adiante se vê. Mas, retornando aos filósofos consultados por Guerreiro, é evidente que Bergson (também da linha fenomenológica, é certo) é extensivamente considerado na dimensão do tempo. Também Whitehead, relativamente a fluidez e perduração, merece certo destaque concedido pelo próprio eminente brasileiro. Guerreiro Ramos tinha em grande consideração a Max Weber, como fica evidente em várias de suas obras e na sua produção acadêmica. Deste modo, parece não ser indiscutível a preferência absoluta de Guerreiro Ramos pela metodologia ou pela filosofia fenomenológica, enquanto os filósofos favoritos de Habermas seriam Kant, Marx, Hegel e Austin.

A respeito da transcendência fenomenológica em Guerreiro Ramos, tentar-se-á mais adiante esclarecer alguns tópicos recorrendo a conceitos da abordagem junguiana.

Sobre a razão, Guerreiro Ramos diz em certa passagem:

No sentido antigo, como será mostrado, a razão era entendida como força ativa na psique humana que habilita o indivíduo a distinguir entre o bem e o mal, entre o conhecimento falso e o verdadeiro e, assim, a ordenar a sua vida pessoal e social. Mais ainda, a vida da razão na psique humana era encarada como uma realidade que resistia à sua própria redução a um fenômeno histórico ou social. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 2-3).

Mas Guerreiro Ramos parece efetivamente resistir, com Voegelin, à eliminação da alma na razão (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.20-21). Neste ponto, parece haver a concepção de que a razão tem como requisito a experiência, a vivência, não pura, mas crítica, o que torna impossível encontrar na história, na sociedade, ou na natureza, a “solução da tensão (*metaxy*) constitutiva da condição humana” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.20; p.194-5). Assim, “Uma vez que a razão implica a consciência dessa tensão, razão [funcional], no sentido moderno, é um termo errôneo” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.20). Por isso, “a racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral...” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.21). Se a ciência está baseada na razão, “A razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar sua vida pessoal e social” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 21). Ademais, “Uma descoberta fundamental, resultante da herança de ensinamentos dos pensadores clássicos, é a de que *é o debate racional, no sentido substantivo, que constitui a essência da forma política de vida, e também o requisito essencial para o suporte de qualquer bem regulada vida humana associada, em seu conjunto*” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.27, grifos adicionados). Como é visto um pouco adiante, Guerreiro Ramos tem plena consciência do processo dialético do fato social. Em conseqüência, embora ele considere a razão o requisito para a atualização humana, uma qualidade da psique, não poderia ele negar o próprio fato social sobre o qual pretende construir uma teoria. Deste modo, uma interpretação diferente de Andrews se faz necessária, se se quiser dar continuidade ao estudo do paradigma

paraeconômico. Conquanto Guerreiro Ramos não entre em detalhe nessa articulação entre a psique e o fato social, e embora considere que a razão só pode ser mediada pelo indivíduo e não pelo social (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.19 e p.31), parece ao autor deste trabalho que o significado de seu pensamento (de Guerreiro) trabalha em termos de *oportunidade*, o conceito weberiano, para pleitear que o caráter coercitivo não venha a ser o impeditivo da possibilidade de atualização do indivíduo.

Não há aqui a intenção de aprofundar o questionamento do conceito de razão, além do que seja necessário para o objetivo desta pesquisa. Porém, Guerreiro Ramos considera a razão como em grande parte um *a priori*, na esteira kantiana, ao imputar-lhe ser atributo da psique humana:

A racionalidade substantiva sustenta que o lugar adequado à razão é a psique humana. Nessa conformidade, a psique humana deve ser considerada o ponto de referência para a ordenação da vida social, tanto quanto para a conceituação da ciência social em geral, da qual o estudo sistemático da organização constitui domínio particular. (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.23)

Guerreiro Ramos conhece a razão como um atributo da psique humana. O que quer ele dizer com psique humana? Essa é uma dimensão individual, já que ele insiste em enfatizar que somente o indivíduo, e não a sociedade nem a natureza, é capaz de fazer a mediação da razão que, segundo Habermas (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.11), desde Kant, teria interesse em encarnar-se na vida social?

Mesmo com as críticas que faz às concepções de razão na prática não significa que tivesse em conta unicamente a teoria pura a partir da origem transcendente da razão, totalmente imune à prática, como deflui da interpretação de Andrews. Ainda que *A Nova Ciência* aparentemente esteja no patamar de teoria pura, a obra de Guerreiro Ramos não é desvinculada da práxis. Rezende, como conhecedor dessa obra, recorre a George Lukács, pelo livro *Methodish Zür Organisationsfrage*, e o seu conceito de organização: “a organização é a forma da mediação entre a teoria e a práxis” (*apud* REZENDE, 1983, p.94). Então completa:

“É somente a partir da questão organizacional que se torna possível criticar a teoria do ponto de vista da práxis.” (REZENDE, 1983, p.94). E acrescenta:

Tenho absoluta convicção de que esta era uma idéia esposada implícita e explicitamente por Guerreiro Ramos. Era a partir da práxis, da consciência de que as transformações no universo da práxis ditavam um redimensionamento, uma reestruturação dos arcabouços conceituais que categorizavam essa mesma práxis que Guerreiro Ramos focou [...] seu último trabalho na organização. (REZENDE, 1983, p.94).

Em reforço do argumento a respeito dessa tentativa do sociólogo de vincular a teoria à prática, tem-se que, segundo ainda Rezende, “Guerreiro dizia sempre que a palavra vem depois do fato” (REZENDE, 1983, p.95), donde se pode deduzir analogicamente que a teoria vem do processo dialético prático. Guerreiro Ramos elaborou a crítica à teoria organizacional a partir de uma práxis observada em diversas comunidades (REZENDE, 1983, p.95). Mas não seria necessário recorrer a Resende para fazer observação nesse sentido, pois a bibliografia recomendada, especialmente nos capítulos 7 a 10, demonstra que a tentativa de construção do modelo teórico se faz a partir de muitas experiências, concretizadas em especial nos Estados Unidos. De acordo com Resende, “não está contida no pensamento de Guerreiro uma hierarquização: nem o domínio econômico-social prevalece sobre o domínio do político-social, nem vice-versa. O que existe [...] é uma interação absoluta entre essas diferentes dimensões da vida humana: a política, a cultural, a social e a econômica (REZENDE, 1983, p.95). Portanto, embora no texto de *A Nova Ciência* haja de fato algumas lacunas de expressão de articulações, entre indivíduo e sociedade, ou entre teoria e prática, pode-se ter como certo que esse não é um aspecto menosprezado por Guerreiro Ramos, mas, com certeza, objeto de sua preocupação.

Deseja-se ressaltar que Guerreiro Ramos adotou propositadamente uma postura normativa, provavelmente preocupado com as tendências que observava direta e indiretamente. Assim como Marcel Mauss, que escreveu um tratado de etnologia sem ter exercido trabalhos de campo em sociedades “primitivas” e elaborou o conceito da dádiva a

partir de observações indiretas, Guerreiro Ramos também extraiu sua proposta paradigmática da realidade. Quando ele tipifica isonomias, por exemplo, o faz com base em organizações observadas ou referidas, mas com a preocupação de oferecer um arcabouço teórico e sistemático, legitimador de iniciativas práticas existentes. O que pode explicar essas lacunas é uma provável relegação desse ponto relativo à práxis, porque a práxis era, em geral, preexistente à formulação da teoria, a uma etapa futura de pesquisas complementares, que, afinal, não pôde viver.

A presente argumentação torna-se ainda mais plausível quando se recorre a outras obras de Guerreiro Ramos. Na sua proposta de uma sociologia da administração, publicada em primeira edição em 1966 (GUERREIRO RAMOS, 1966), e em segunda edição em 1983, sob o título de “Administração e contexto brasileiro”, afirmava:

A definição [de fato administrativo] sublinha o dinamismo do fato administrativo. À diferença de certos fatos, objetos de estudos em outras sociologias especiais, que se oferecem ao observador em modalidades quase estáticas ou restritamente dinâmicas, e de modo transcendente aos seus agentes, **o fato administrativo está em permanente atualização, por força do desempenho consciente e ininterrupto dos agentes que constituem dele elemento capital**. Sem a atividade dos agentes, só restam do fato administrativo elementos materiais e estatutos mortos. Os sufixos das palavras “administração” e “administrativo” estão a indicar que se referem essencialmente a manifestações em hábito, e secundariamente em ato. Das palavras “direito” e “jurídico”, “arte” e “artístico”, por exemplo, não se pode dizer o mesmo. A administração é essencialmente administração em hábito, e secundariamente em ato. Por isso, a decisão a compõe, como se verá mais adiante. Não obstante, o complexo de elementos e de relações a que se reporta a definição condiciona a ação dos agentes. Se esse condicionamento não fosse assinalado, a definição seria falha quanto ao requisito de dialeticidade. (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.11, negrito adicionado)¹⁰.

Guerreiro Ramos considerava que “O estudo científico do fato e do sistema administrativo é necessariamente **pluridimensional**.” (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.5, negrito adicionado). Sendo pluridimensional, como poderia ser seu estudo posterior teoria pura e esquecer da prática? Talvez o argumento fique ainda mais claro a partir das seguintes afirmações de Guerreiro Ramos, que em nenhum momento são negadas no paradigma

¹⁰ No capítulo referente à tentativa de diálogo entre os paradigmas usa-se o conceito de fato organizacional, elaborado por SERVA (2001) a partir do fato administrativo introduzido por Guerreiro, para buscar uma conexão entre os modelos, pelas definições de fato social total e destes.

paraeconômico, e também amenizam a dicotomia entre razão prática e razão pura, indivíduo e sociedade, questionada por Andrews (2000, p. 5):

A Durkheim, em tal modo de ver, escapa a visão das **relações dialéticas entre o indivíduo e a sociedade, dois aspectos inseparáveis de uma mesma totalidade, ou de um mesmo processo de totalização. Um e outro não constituem realidade cindidas, hipostáticas, mas se implicam reciprocamente. No *Nós* coletivo, está imanente o *Eu* individual, que não nasce e se desenvolve, sem aquele plural. No *Eu* individual, está imanente o *Nós* coletivo, que careceria de dinamismo e aptidão autocriadora e autotransformadora, sem as consciências individuais.** 76 A sociologia não é uma ciência a uma dimensão, mas essencialmente uma teoria científica das camadas em profundidade dos fenômenos sociais. Porque assim entendemos, procuramos discernir no fato administrativo essas camadas em profundidade. Todavia, algo residual daquela primeira característica, formulada por Durkheim, permanece válido, isto é, os fatos sociais não são observáveis mediante a simples introspecção, ou a sua redução à psicologia dos indivíduos. Em outras palavras, o critério científico adequado ao estudo dos fatos sociais é inerente a eles próprios. Ora, *o fato administrativo, tal como foi analiticamente exposto anteriormente, é um fato social. Entre outros motivos porque a sua explicação só pode ser obtida à luz de critérios imanentes ao fato social*, como o demonstram todas as análises que se encontram nesta obra. (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.39-40, itálico do original, negrito adicionado)

O comentário de Guerreiro Ramos à abordagem do conflito indivíduo-sociedade por parte de Gurvitch também deixa claro que o modelo paraeconômico não defende qualquer tipo de atitude solipsista, mas apenas reconhece a necessidade humana de alternância de momentos de solidão e momentos de interação mais intensa ou simplesmente convívio (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.164ss. e 169), na sua exposição sobre as dimensões de espaço e tempo. Assim escreve na nota:

76) Vide a crítica insuperável da “coisificação” social no tópico, “*Lê Pretendu Conflit entre Individu et Société*”, que se encontra em Gurvitch, [*La vocation actuelle de la sociologie*, Presses Universitaires de France, Paris, 1950,] p.25-31. Aí diz Gurvitch: “Parte-se, por exemplo, da expressão exterior e material da sociedade e se a compara com a vida psíquica do homem; ou, mais particularmente, parte-se do aspecto cristalizado da sociedade, dos costumes, dos ritos, das práticas e dos modelos, e se lhes opõe o indivíduo em efervescência criadora, que inova, inventa e cria. Assim, negligencia-se o fato de que o indivíduo pode ser, de seu lado, não dominado por seus próprios hábitos, suas próprias práticas, seus modelos e símbolos cristalizados, quanto a sociedade aos seus. Aparece então claramente que o conflito que se imagina entre o indivíduo e a sociedade se reduz a uma oposição entre níveis em profundidade, oposição que se pode observar tanto na vida social quanto na vida individual” (*Vocation*, p. 29). Nesta mesma ordem de idéias, consulte também de Gurvitch [...].(GUERREIRO RAMOS, 1966, p.40, nota 76)

Abordou-se essa conceituação de Guerreiro Ramos sobre o fato administrativo como fato social para tentar demonstrar a vinculação do paradigma paraeconômico à práxis,

de cuja ausência na *Nova Ciência*, de uma forma destacada, Andrews (2000) conclui ser esse um modelo puramente teórico.

Voltando ao problema da razão e da racionalidade, suscitado por essa autora, verifica-se que Guerreiro Ramos, na *Nova Ciência*, deixa de apresentar o conceito de modo a destacá-lo no texto, apresentando-o apenas em fragmentos, em distintas partes, de forma muito ampla, ou como elaborações de outros autores, aos quais formula críticas variadas. Com isso, gera dúvida no leitor sobre qual seria, afinal, o seu entendimento de razão e racionalidade. Na verdade, toda a obra é sobre razão e racionalidade da ciência e das teorias de vida humana associada, dificultando uma extração suficientemente sintética para facilitar a sua compreensão. Pelos indícios coletados, parece razoável admitir que, em princípio, a concepção de Guerreiro Ramos se filiaria às definições expostas por ele mesmo na obra de 1966 (GUERREIRO RAMOS, 1966). Assim, embora admitindo que ele pudesse ter restrições ou ampliações dos conceitos, examina-se a seguir o que consta naquele livro.

Segundo ele, a primeira distinção entre racionalidades é feita por Weber, apontando a ação social polarizada entre valores e fins, segundo a racionalidade de sua motivação ou intencionalidade (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.51). Cabe destacar, já que Andrews (2000) suscita o problema, que a conduta por valor é “heróica ou polêmica, que testemunha fé ou crença num valor ético, religioso, estético, ou de outra natureza, e sua racionalidade decorre apenas de que é orientada por um critério transcendente. A ação racional no tocante a fins é sistemática, consciente, calculada, atenta ao imperativo de adequar condições e meios a fins deliberadamente elegidos” (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.51).

Uma segunda abordagem citada por Guerreiro Ramos é a de Mannheim, que introduziu os termos funcional e substancial. O primeiro refere-se ao atingimento de um objetivo predeterminado. Nesse conceito não importam os meios, mas buscar o objetivo, suspendendo o questionamento ético das ações empreendidas e até mesmo do objetivo a

atingir. Com relação ao segundo, Guerreiro Ramos parece recepcionar a definição de Mannheim, como se verifica neste trecho:

Diz-se que é substancialmente racional todo ato intrinsecamente inteligente, que se baseia num conhecimento lúcido e autônomo de relações entre fatos. É um ato que atesta a transcendência do ser humano, sua qualidade de criatura dotada de razão. Aqui, a razão, que preside o ato, não é a sua integração positiva numa série sistemática de outros atos, mas o seu teor mesmo de acurácia intelectual. Esse é um ato de domínio de impulsos, sentimentos, emoções, preconceitos, e de outros fatores que perturbam a visão e o entendimento inteligente da realidade. De ordinário, a racionalidade substancial é estreitamente relacionada com a preocupação em resguardar a liberdade. A irracionalidade substancial deriva de impulsos, explosões emotivas, superstições, quimeras e preconceitos e, assim, caracteriza o indivíduo intelectualmente inferior ou degradado. A natureza dessa irracionalidade se esclarece quando se considera que um ato inteligente pode ser funcionalmente irracional desde que entre em choque com um objetivo predeterminado” (GUERREIRO RAMOS, 1966, p. 52).

Acrescenta os aportes de Voegelin, que faz distinção entre racionalidades pragmática e noética, as quais seriam correspondentes aos tipos de Weber e de Mannheim. Para um esclarecimento do diagrama paraeconômico apresentado anteriormente, convém considerar o registro de Guerreiro Ramos a respeito da qualidade de uma sociedade segundo o grau de prevalência da razão noética para “assumir o caráter de força criadora e exercer influência sobre a vida humana” (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.53). Na paraeconomia, esse tipo de qualidade é que serviria para aferir a riqueza de uma nação ou sociedade, e não a sua quantidade de recursos, podendo então caracterizar a existência de isonomias e fenomenias na composição da sociedade, cuja qualificação melhor seria quanto mais tivesse em seu seio tais tipos ideais.

Com tantas evidências de que Guerreiro Ramos tinha em consideração séria os problemas de teoria e prática e sua visão de que a atualização do indivíduo se dá em sociedade, porque Guerreiro enfatizaria de tal forma o problema mecanomórfico ou sociomórfico, deixando a impressão da oposição inconciliável entre o indivíduo e a sociedade, como Andrews registra (ANDREWS, 2000, p.6)? Neste trabalho, só se pode concluir que a sua preocupação era muito grande com as tendências de expansão dos mercados e das teorias legitimadoras da sociedade centrada no mercado, que requeriam um alerta vigoroso e um

debate intenso. E não sem fundamento, como demonstra a farta literatura crítica atual, dos quais são representantes autores estrangeiros como Aktouf, Chanlat, Enriquez, Parker e muitos outros, e vários brasileiros, dos quais cita-se Ana Paula Paes de Paula e Maria Ester de Freitas, apenas a título exemplificativo.

Veja-se a forma em que Andrews coloca sua visão da obra de Guerreiro nesse particular:

According to his view, the individual is the holder of substantive reason and society is the entity that perverts it. If one takes Guerreiro Ramos's point-of-view, individuality appears to be an *a priori* condition in the psyche of human beings, struggling to affirm itself *vis-à-vis* society. Jung [...] argues that individuation corresponds to a differentiation process of the individual ego from the collective unconscious. [...]. Therefore, not even from the psychological point-of-view can individuality be regarded as coming into being independently from the social world. (ANDREWS, 2000, p.7).

Já se viu que Guerreiro Ramos não considera a oposição entre indivíduo e sociedade nesses termos, embora se possa ser induzido a essa leitura. Uma primeira ressalva reside na interpretação de que a razão resida no indivíduo. Para Guerreiro Ramos, a razão se encontra *na psique humana*, não no indivíduo. O indivíduo é o *mediador* da razão, e a encarna agindo racionalmente. Mas esse acesso do indivíduo à razão está sendo impedido por uma conformação social que lhe exige cada vez mais uma prática social reduzida à racionalidade instrumental, nos termos das escolhas racionais. Exatamente a individuação, o processo de diferenciação do coletivo, é que está em perigo, pela confusão de tal processo de atualização com a pura defesa de interesses individuais. Nem mesmo as fenomias, onde a individualidade é mais acentuada em termos produtivos, implicam oposição nesses termos: “Embora interessado em sua própria singularidade, o membro da fenomia tem consciência social. Na verdade, sua opção não significa o abandono da sociedade como um todo, mas visa tornar outros indivíduos sensíveis quanto a possíveis experiências que são capazes de partilhar ou de apreciar.” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.152). Nas anomias, os indivíduos não se mostram capazes de por si de atenderem às prescrições da racionalidade instrumental nem da racionalidade substantiva, e os isolados somente atendem à racionalidade instrumental. Nas

economias, onde prevalece a racionalidade instrumental, não há ambientes propícios à atualização dos indivíduos pela racionalidade substantiva, relação esta à qual se deve reservar um espaço, mas não todo o espaço social. Uma outra asserção de Guerreiro Ramos é que a atualização do sujeito não se concretizará se for imposta ou sugerida coletivamente, mas é um processo individual. O sujeito se atualiza *na* sociedade, mas não *pela* sociedade, dominada pelo mercado ou pelo holismo, e a expansão de qualquer deles recomendaria a sua delimitação para proteger os sistemas substantivos. Vale citar novamente Honneth (2001) sobre os problemas que vêm sendo encontrados na clínica psicológica em virtude das pressões sociais organizadas ou institucionalizadas para a realização pessoal.

De certo modo, já havia a consideração de Guerreiro Ramos de que a Administração estava, predominantemente, a serviço de um projeto de abrangência “total” do mercado, pois trata o fato administrativo como o mais impositivo dos fatos sociais:

Esta [a coerção social] é tipicamente uma questão que se elucida à luz do que Gurvitch chama de dialética da ambigüidade e da reciprocidade de perspectivas (esta última dialética formulada por Theodoro Litt). Ora, *os fatos administrativos satisfazem o requisito que Durkheim sintetiza com o termo coerção. Eles se incluem entre os mais impositivos dos fatos sociais. Ninguém logra furtar-se ao alcance de sua força coercitiva. São, pois, fatos sociais.* (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.41).

Guerreiro Ramos admitia a validade *localizada* da teoria administrativa científica de Taylor e Gulick, ou seja, no domínio da racionalidade instrumental.

Passando a outro tópico remarcado por Andrews (2000), deve-se ter presente que a emancipação de que trata Guerreiro Ramos é qualificada e não se confunde com o tipo de humanismo que ele mesmo critica e que Burrell (2001) considera como excludente do caráter crítico de uma argumentação. Recorrendo ao conceito de individuação formulado por Carl G. Jung, talvez se possa elucidar e melhorar a nossa noção das pretensões de Guerreiro Ramos quando faz referência a atualização (Aristóteles), esclarecimento, emancipação, auto-atualização etc. Diz Jung:

O papel de individuação desempenha um papel não pequeno em nossa psicologia. A individuação, em geral, é o processo de formação e particularização do ser

individual e, em especial, é o desenvolvimento do indivíduo psicológico como ser distinto do conjunto, da psicologia coletiva. É portanto um *processo de diferenciação* que objetiva o desenvolvimento da personalidade individual. É uma necessidade natural; e uma coibição dela por meio de regulamentos, preponderante ou até exclusivamente de ordem coletiva, traria prejuízos para a atividade vital do indivíduo. A individualidade já é dada física e fisiologicamente e daí decorre sua manifestação psicológica correspondente. Colocar-lhe sérios obstáculos significa uma deformação artificial. É óbvio que um grupo social constituído de indivíduos deformados não pode ser uma instituição saudável e capaz de sobreviver por muito tempo, pois só a sociedade que consegue preservar sua coesão interna e seus valores coletivos, num máximo de liberdade do indivíduo, tem direito à vitalidade duradoura. Uma vez que o indivíduo não é um ser único mas pressupõe também um relacionamento coletivo para sua existência, também o processo de individuação não leva ao *isolamento*, mas um relacionamento coletivo mais intenso e abrangente. (JUNG, 1991, p.427).

Por essa definição, parece que o conceito de atualização de Guerreiro Ramos encontra correspondência no que Jung conceituou como individuação, pois a psique individual (o ego, a consciência e o inconsciente individual) é a única capaz de mediar, nos níveis conscientes e inconscientes, as relações com a coletividade. Além disso, as coletividades são capazes de colocar “sérios obstáculos” ao processo, pela prescrição excessiva e deformada, tornando-se, a própria coletividade, também deformada. No mesmo conceito, surge a questão da transcendência. Para Jung, a psique humana detém uma função transcendente, à qual se vincula intimamente o processo da individuação. Para Guerreiro Ramos, a razão tem também uma origem transcendente (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.65) que a situa na psique humana, e que é acessada pelo indivíduo (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.16). Por sua vez, diz Jung textualmente:

O processo psicológico da individuação está intimamente vinculado à assim chamada *função transcendente*, porque ela traça as linhas de desenvolvimento individual que não poderiam ser adquiridas pelos caminhos prescritos pelas normas coletivas (v. símbolo).

[...]

A individuação está sempre em maior ou menor oposição à norma coletiva, pois é separação e diferenciação do geral e formação do peculiar, não uma peculiaridade *procurada*, mas que já se encontra fundamentada *a priori* na disposição natural do sujeito. Esta oposição, no entanto, é aparente; exame mais acurado mostra que o ponto de vista individual não está orientado *contra* a norma coletiva, mas de *outro modo*. Também o caminho individual não pode ser propriamente uma oposição à norma coletiva pois, em última análise, a oposição só poderia ser uma *norma* antagônica. E o caminho individual jamais é uma norma. ... (JUNG, 1991, p.427).

Parece que esta conceituação é compatível com o paradigma paraeconômico, apesar de ser parte de uma outra disciplina. Mas desde que Guerreiro Ramos aponta a psique humana como a sede da razão, parece legítimo recorrer a essa definição, de modo a *articular* melhor a compreensão que se tem do paradigma da vida humana associada. Como apontado por Andrews (2000), a paraeconomia teria algo de transcendente. Exatamente por essa característica, elegeu-se o conceito junguiano como o elemento de articulação, de preferência a Freud, por exemplo, porque este restringe a libido aos seus aspectos sexuais, enquanto Jung procura analisar a totalidade da psique incorporando a função transcendente como a função integradora das demais funções integrantes da psique, que são o pensamento, o sentimento, a intuição e a sensação. Essa característica particular tornaria essa abordagem mais compatível com a paraeconomia.

E já que se adentrou no terreno da psique, talvez seja cabível e conveniente fazer alguns acréscimos ao conceito de razão e racionalidade em Guerreiro Ramos. Recorrendo novamente a Jung, distingue ele 4 funções psíquicas:

Por função psicológica entendo uma certa forma psíquica de atividade que, em princípio, permanece idêntica sob condições diversas. Sob o ponto de vista energético, a função é uma forma de manifestação da *libido*, que, sob condições diversas, permanece, em princípio, idêntica a si mesma; [...] Distingo ao todo quatro funções básicas: duas racionais e duas irracionais, respectivamente o pensamento e o sentimento, a sensação e a intuição. Não posso indicar um motivo *a priori* porque considero estas quatro como funções básicas. Só posso dizer que foi fruto de longos anos de experiência. Distingo essas funções entre si porque não podem ser reduzidas umas às outras. [...]

Jung considera que a atitude racional de generalização da valoração objetiva é uma obra da história humana e não do sujeito singular (JUNG, 1991, p.437). Isto aparentemente entraria em conflito com as críticas de Guerreiro Ramos à atribuição da razão à história. Contudo, trata-se de contextos distintos, que não invalida o recurso que ora se faz ao modelo junguiano da psique, com a finalidade de amplificar a compreensão de razão e racionalidade no modelo paraeconômico. É que, *se a razão é capacidade de julgamento pelo indivíduo, não pode ser ela restrita à dimensão intelectual para ser substantiva*. Para deter

esta qualidade, a razão precisa ser integrada e integrativa. Na concepção junguiana, a função *sentimento* é também racional, ou seja, integra a capacidade de julgamento do indivíduo em sua relação com o mundo e com a sociedade. Na *Nova Ciência*, não há um desenvolvimento explícito de um conceito simples de razão, mas também não há um rigor no uso do termo sentimento. Mas, se o indivíduo é o mediador entre a razão da psique humana e a vida humana associada, e se a função sentimento é uma função racional da psique humana, então *o sentimento não pode ser excluído da racionalidade substantiva*, como consta da definição de Guerreiro Ramos, transcrita anteriormente. Além disso, não é ignorado o papel da intuição, como função não-racional, no processo de mediação da razão situada na psique humana. E também é importante fisar que nem a atualização individual em Guerreiro Ramos, nem a individuação em Jung, são processos da felicidade nos termos atuais. Ao contrário, o processo pode ser psiquicamente doloroso, embora recompensador pelo encontro de sentido e significado.

Uma vantagem desta interpretação estaria em tentar esclarecer o modelo paraeconômico em suas implicações, com vistas a incorporar o que é reclamado por Paula (2001), no sentido da necessidade de conciliar razão e sensibilidade. Ademais, a se considerar correta a afinidade de Guerreiro Ramos ao pensamento de Arendt, como assegurado por Ventriss e Candler (2005), ficaria mais uma vez esclarecida a visão dialética da paraeconomia na relação entre o indivíduo e a sociedade, pelos dizeres de Hannah Arendt “No homem, a alteridade, que ele tem em comum com tudo que existe, e a distinção, que ele partilha com tudo que vive, tornam-se singularidade, e a pluralidade humana é a paradoxal pluralidade de seres singulares”. (*apud* PAULA, 2001). Ao lançar no plano horizontal as isonomias e fenomenias, Guerreiro Ramos admite um processo (implícito) de articulação entre o indivíduo e a sociedade.

Fechando o parênteses, recapitula-se: a crítica de Andrews (2000) julga o modelo paraeconômico ao nível da teoria pura, fundado em um conceito transcendente de razão, que opõe o indivíduo e a coletividade, constituindo esta um obstáculo *a priori* para a emancipação humana. Argumentou-se que a eventual falta de esclarecimentos do último livro de Guerreiro Ramos sobre tais questões específicas parece não invalidar o modelo paraeconômico para a continuidade de pesquisas nessa teoria organizacional, pois a questão da práxis faz parte das preocupações de Guerreiro Ramos, que elaborou o modelo a partir de percepções da realidade; que a característica de transcendência da razão na paraeconomia tem justificativas na constituição da psique humana, segundo Jung, mas nem por isto perderá a sua qualidade de científica (a paraeconomia), nem de praticidade, para uma teoria da vida humana associada. E, finalmente, que a emancipação supostamente sugerida por Guerreiro Ramos poderia ser compreendida segundo conceitos provenientes da psicologia, especificamente a individuação, como orientadora das pretensões do modelo.

2.4.3 Algumas Reflexões Adicionais

Curiosamente, embora Guerreiro Ramos inicie sua obra pela crítica da razão contemporânea, a razão não aparece explicitamente nesse modelo, mas apenas na descrição da dimensão horizontal. Serva, posteriormente, desenvolve uma escala representativa dessa tensão permanente (SERVA, 1993). Todavia, pela forma em que o modelo é desenvolvido, pode-se estabelecer uma correlação entre o grau de prescrição e os tipos de racionalidade da ação weberiana.

Assim, a racionalidade utilitarista, voltada para a maximização de utilidade individual, corresponde a um alto grau de prescrição. Isso decorre de que o cálculo induz a comportamentos determinados segundo estritos esquemas cognitivos desenvolvidos visando

especificamente a otimização. Ainda que os estados finais dos sistemas não sejam previsíveis, o comportamento é determinado pelos cálculos. Portanto o sistema torna-se prescritivo, em função das estruturas vigentes e dos métodos de cálculo com alto grau de institucionalização nos mercados. Então, se é permitido a Guerreiro Ramos construir o modelo em termos do grau de prescrição dos “mercados livres” sobre os comportamentos individuais, também se pode identificar nesses meios a predominância da racionalidade instrumental.

Na outra polaridade, estendendo os limites além da racionalidade substantiva, encontra-se a dimensão da racionalidade baseada em crenças e valores, segundo a conceituação de Weber. É a *wertrationalität*, onde não há consideração às conseqüências advindas da ação racional. Embora a ação tenha uma racionalidade, esta se dá em relação às crenças e valores. É o caso das ideologias que não medem conseqüências na busca de um resultado desejado e desconsideram inclusive qualquer aspecto ético que não os próprios valores.

Nesta proposição, está-se considerando a interpretação de Freund (1970).

Para Weber, as ações humanas, em particular as ações políticas, sempre apresentam conseqüências, “umas previsíveis e outras imprevisíveis” (FREUND, 1970, p.29). A complexidade do real faz com que surja o paradoxo das conseqüências, quando se observa a oposição entre o resultado e a intenção inicial, que “se complica, outrossim, com a repercussão incontável e indefinida dos atos uns sobre os outros, de sorte que ninguém tem condições de prever quando nem como se completará uma ação empreendida” (FREUND: 1970, p.29).

O paradoxo das conseqüências tem relação com a ética da convicção e a ética da responsabilidade. Pela primeira, o indivíduo se pauta pelos princípios em si mesmos, pelo que entende como seu dever, independentemente das conseqüências. Pela segunda, a pessoa se

guia pela avaliação dos meios para atingir um fim. O primeiro corresponderia ao tipo racional por valor, em oposição ao tipo racional por finalidade. O homem sábio necessita de ambas em equilíbrio para situar-se no mundo. Segundo Freund (1970, p. 28),

“Esta distinção das duas morais, por mais típica que seja do ponto de vista teórico, não exclui, entretanto, a possibilidade de se agir com convicção e com o sentido da responsabilidade no devotamento a uma causa. Weber vê mesmo nesta união a característica do homem “autêntico”. (FREUND, 1970, p.28).

Sendo assim, este autor se atreve, dentre os outros atrevimentos cometidos na boa intenção de tentar tornar mais claras várias questões da paraeconomia, propor a possibilidade de representar o seu diagrama substituindo as dimensões originais do paradigma por dimensões que são correspondentes àquelas, tentando abrir caminho para outras possibilidades esclarecedoras nesse caminho. A correspondência é fornecida pelo próprio Guerreiro Ramos, que diz:

É legítimo considerar [...] implícitas, respectivamente, na racionalidade referida a fins e na racionalidade referida a valores, a ética da responsabilidade e a ética do valor absoluto. [...] Desde a perspectiva desta última [a ética finalística], a primeira [a ética da convicção] é sempre irracional [...] No entanto, [...] parece admitir que as duas éticas possam coexistir ...

[...] nenhum indivíduo organiza a sua conduta sob a espécie exclusiva de nenhuma das duas éticas. Por isso, absoluta racionalização com relação a valores é também um caso limite (GUERREIRO RAMOS, 1966, p. 57-58).

Embora Guerreiro Ramos considere a racionalidade substantiva correspondente à ética de valores de Weber, Freund alega que Weber considerava a união das duas éticas idealtípicas como a condição mais equilibrada, mais racional, a posição do homem “autêntico”, a que deveria ser perseguida (como se pode deduzir, tendo em conta que Weber pregava o afastamento dos valores por parte do cientista).

Deste modo, a polaridade contrária à racionalidade instrumental pode ser considerada a racionalidade ligada à ética do valor absoluto, que aqui se chamou de uma racionalidade ingênua ou ideológica, onde ou não se tem noção das relações de causalidade racional entre eventos e ações sociais, ou se confronta ideologicamente a sociedade, de modo a poder comportar as categorias de motim e anomia. É o que se mostra na figura 2, onde se

acrescenta a indicação de uma zona de racionalidade substantiva, na qual se mesclam valores e julgamentos de conseqüências. Embora Guerreiro Ramos tendesse a enfatizar apenas os valores, ele não considerou possibilidades de valores ideológicos absolutos conduzirem a ações, digamos, terroristas, por exemplo, onde a motivação pelo valor não mede conseqüências. Em verdade, parece que os extremos absolutos se encontram, invertendo as posições: valores absolutos se transformam em fins aos quais se buscam os meios para atingi-los e se avaliam as conseqüências “expectadas” (o terrorista que se arma de bombas – os meios – para atingir indiretamente os grupos contrários e chegar aos fins de demonstrar seu valores absolutos); pelo outro lado, a extrema racionalidade instrumental que se torna uma ideologia a ser imposta as todas as sociedades e grupos existentes na face da terra que possam integrar para contribuir para o processo de lucro e acumulação. Enquanto isso, a racionalidade substantiva fica cada vez mais esprimida entre essas polaridades.

Na figura 2, repete-se o diagrama paraeconômico, apenas procurando evidenciar a razão substantiva, que não aparece no diagrama original, e alterando a dimensão vertical. Em lugar da prescrição social, põe-se a racionalidade. Embora discutível tal representação, entende-se que ela pode contribuir para a compreensão e esclarecimento do modelo, conforme a argumentação antecedente. As figuras 3 e 4 são outras variações esclarecedoras sobre o paradigma paraeconômico, procurando indicar as pressões da sociedade centrada no mercado sobre a racionalidade substantiva.

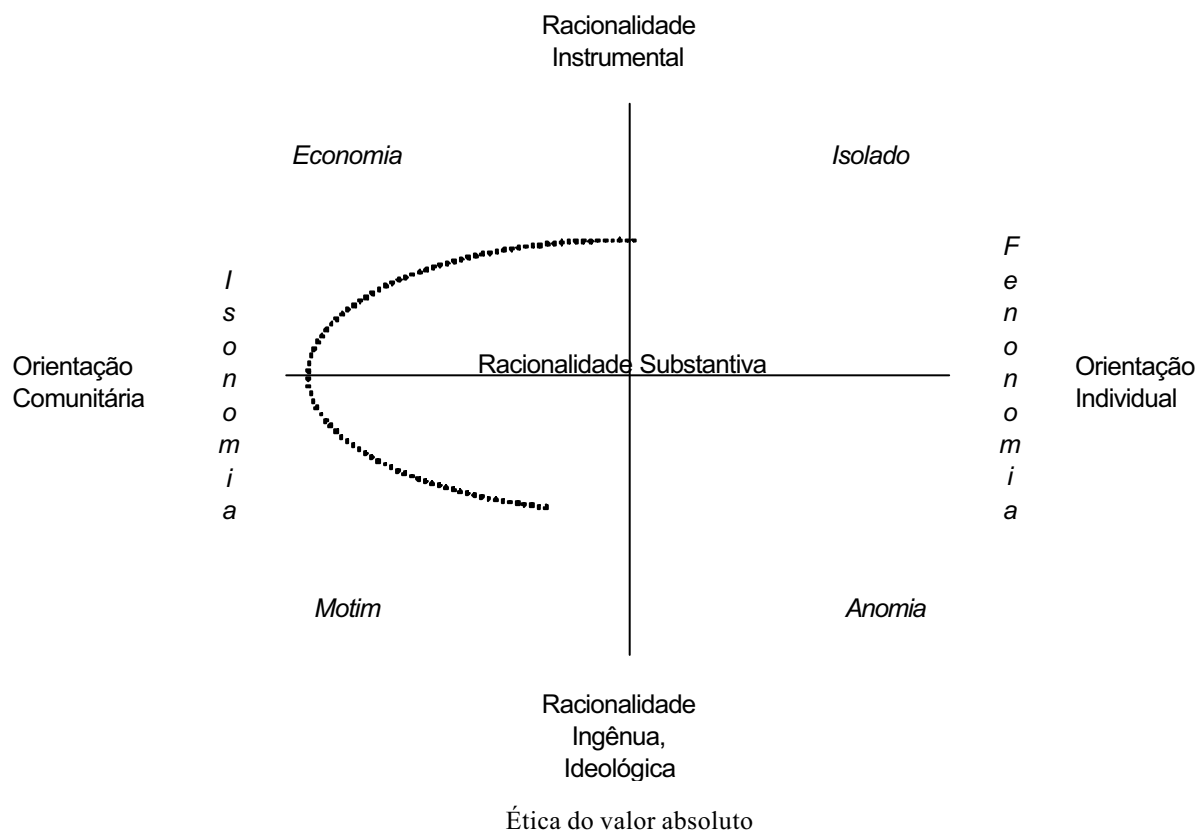


Figura 2 Possível variação do modelo paraeconômico

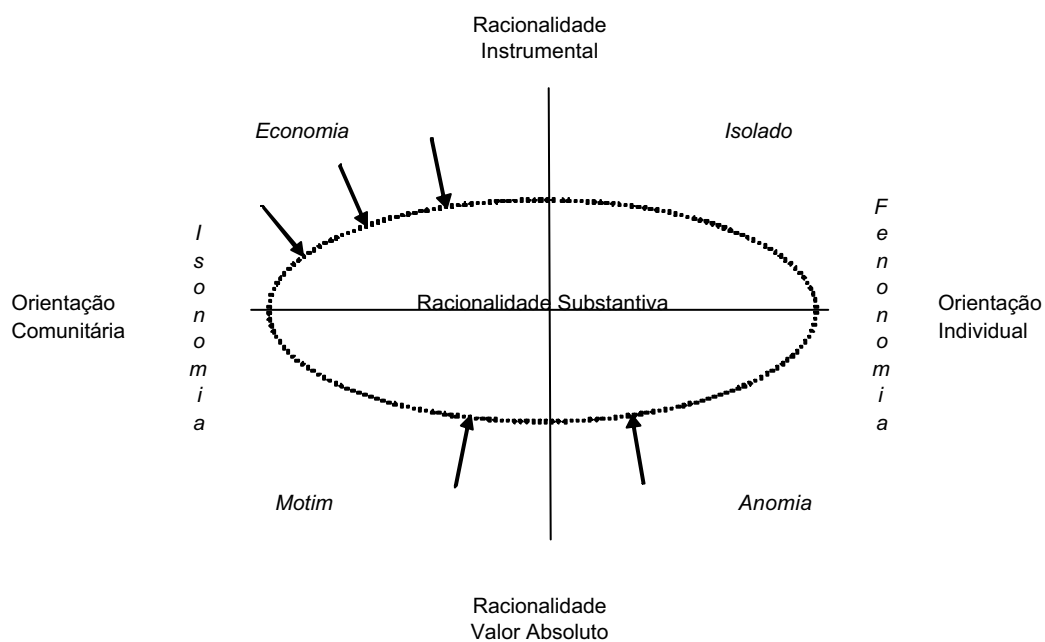


Figura 3 Representação das pressões sobre a racionalidade substantiva

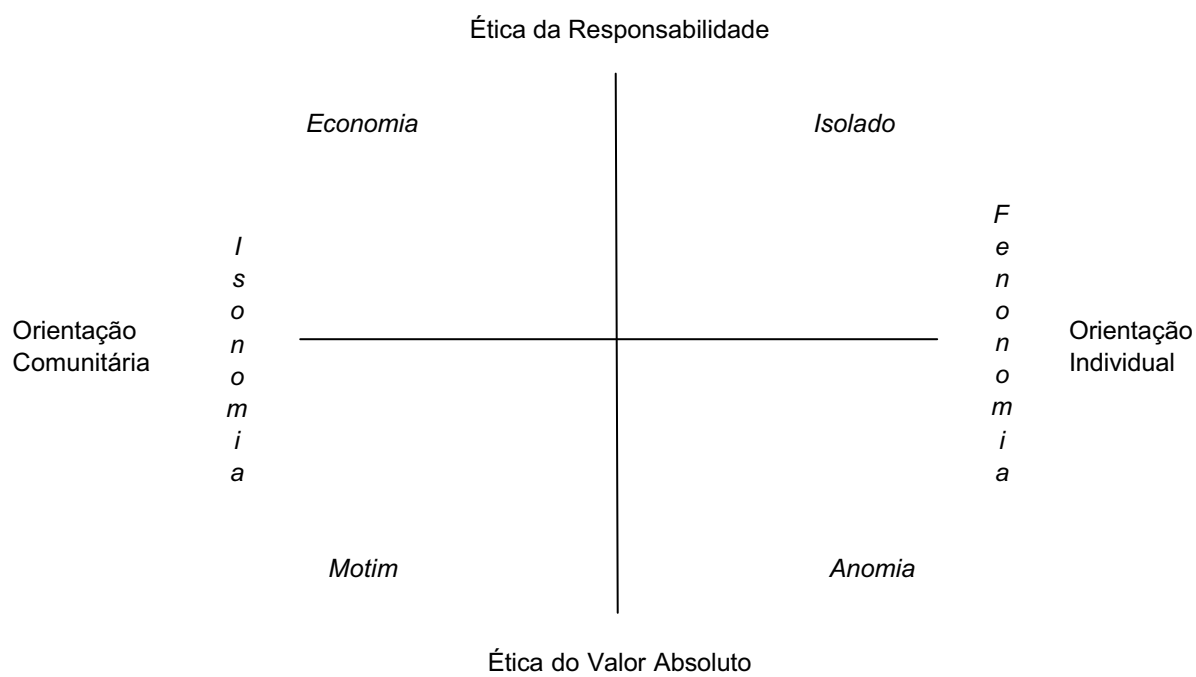


Figura 4 Paraeconomia segundo a ética

3 A DÁDIVA

A dádiva antropológica é uma formulação de Marcel Mauss a partir das descrições etnológicas, principalmente de Malinowski. Ele observa que existe em certas sociedades um sistema de obrigações onde a ação social tende a reforçar o vínculo, mas que permite rompê-lo. Esse sistema de obrigações se vale da estruturação das ações de dar, receber e retribuir. Essa norma obrigatória permite contudo aos envolvidos agirem em seu campo segundo ela, criando ou mantendo alianças, ou rompendo relações até uma possibilidade de conflito.

3.1 O FENÔMENO, O MODELO E O PARADIGMA

A dádiva, como uma característica das relações humanas capaz de manter a coesão social, foi primeiramente explicitada por Marcel Mauss, na primeira metade do século XX, em seu *Ensaio sobre o Dom*. O fenômeno da dádiva, portanto, foi primeiramente explicitado por Mauss, a partir de estudos etnográficos com relatos de rituais e procedimentos de sociedades arcaicas, dando assim início à construção do correspondente conceito. Ao iniciar seu trabalho, ele intentava estudar os sistemas de obrigações e prestações nessas sociedades, para efeitos comparativos.

Examinando os relatos de etnólogos a respeito de diversas sociedades, em regiões distantes entre si e sem qualquer possibilidade de comunicação, constatou ele que os sistemas de obrigações nessas sociedades se baseava no que ele chamou de dádiva, por envolver aspectos paradoxais de uma certa obrigação de dar livre ou espontaneamente, de receber e de retribuir os dons, de modo a estabelecer e a manter relações de aliança. Ante tal diversidade de ocorrência do fenômeno, ele propõe a hipótese de que esse sistema de obrigações possa ter um caráter universal. Sua dificuldade foi verificar que as sociedades ocidentais buscavam suprimir a dádiva, constituindo seus sistemas de obrigações com base na troca e na equivalência e nos contratos.

A partir do início dos anos 1980, o movimento antiutilitarista nas ciências sociais – MAUSS, na academia francesa, procura resgatar e explorar o campo paradigmático a ser constituído a partir das sementes por ele lançadas, que permaneceram até então em estado latente. Vale ressaltar que mesmo para Caillé (2002, p.81), um dos expoentes do grupo de estudos, o paradigma do Dom, na verdade, é antiparadigmático por não pré-conceber respostas, mas sim incitar o questionamento. Esta seria a razão da dificuldade de conceituá-lo precisamente.

O paradigma da dádiva pretende superar a dicotomia vigente nas ciências sociais, entre os paradigmas do individualismo e do holismo metodológicos. As correntes paradigmáticas predominantes são particularistas: o holismo somente conhece a ação tradicional, e o individualismo somente conhece a ação instrumental - *zweckrational*.

O paradigma holista pressupõe a coerção. É como se se fosse obrigado a viver segundo os moldes ditados pela sociedade. Já no paradigma do individualismo, o homem caracteriza-se basicamente pelo “interesse” puro. Vale ressaltar que Godbout (1998) enxerga o interesse por parte do indivíduo, porém critica o paradigma do individualismo por reduzir este interesse a bens de consumo, além de colocar-se como neutro. Ele critica também a “lei

da equivalência” que suprime as obrigações futuras, pois é justamente a assimetria na troca que origina e fortalece o laço social. Outro ponto contraditório desse paradigma individualista é a negação de outras dimensões da escolha, como a emoção, sendo que na realidade concreta “cada decisão é uma aventura e uma surpresa” (GOUDBOUT, 1998, p.42). Já em relação ao paradigma holista, que tende a submeter os interesses individuais às normas e valores da sociedade, a crítica é exatamente a negação dos interesses individuais.

Nenhum dos dois paradigmas predominantes das ciências sociais dá conta da dádiva. Isto fica claro com o exemplo utilizado por Caillé sobre o dilema dos prisioneiros. Ele mostra que o dom, a confiança, a não traição seriam as formas mais racionais para se chegar à melhor solução para ambos os lados. Nas palavras do autor “a busca do interesse racional [“egoísta”] pode ser para si mesmo o seu pior inimigo” (CAILLÉ, 2002:54) . O autor ressalta que no Dom não há garantia de retorno, porém cria-se um endividamento mútuo positivo, e completa afirmando que “na situação de confiança mútua os rendimentos são mais que proporcionais e todo mundo sai ganhando” (CAILLÉ, 2002, p.55).

O terceiro paradigma está centrado nas relações humanas, caracterizadas, conduzidas, mediadas, traduzidas, ou até simbolizadas, por um tipo de vínculo ordenador chamado de “dom” ou “dádiva”, e que envolve três ações (individuais - relacionais) conjuntas: dar – receber – retribuir. Num sentido prático, a dádiva é toda circulação de bens ou serviços que se dá sem a garantia de um retorno e que é feita em nome do vínculo social. Ela pode ser entendida como um elemento organizador da convivência e da coesão social, pois pode selar as alianças e a paz, ou a violência e a guerra, de acordo com os conteúdos que transmita, dado o seu caráter de reciprocidade implícito mas passível de rompimento.

Para Durkheim (2003, p. 33), os fatos sociais são originados por uma obrigação de fazer, explícita ou implícita. A dádiva guarda em si esse caráter de obrigatoriedade, mas ao mesmo tempo confere a liberdade ao indivíduo para agir na situação específica de acordo com

esse princípio, ou não. A dádiva obrigatória é de qualidade inferior (GODBOUT, 1998, p.44), e a espontaneidade lhe confere um valor maior, pois é uma manifestação do interesse ou desinteresse pelo outro em relação com aquele que se expressa simbolicamente. A dádiva é a gênese do vínculo social e da aliança. "O símbolo maussiano do símbolo não é a palavra ou o fonema, é a dádiva." (Tarot, *apud* CAILLÉ: 9). A dádiva é, pois, também um símbolo, donde pode advir certa dificuldade em sua apreensão e compreensão do seu significado geral, uma vez que o conteúdo comunicado tem nuances únicas a cada vez que se realiza, nunca repetidas.

O paradigma do Dom se estabelece em quatro dimensões. No primeiro eixo, estão a obrigação e a liberdade, sendo esta a dimensão prescritiva do paradigma. No outro eixo, está a dicotomia interesse – desinteresse, ou interesse – amância¹¹. Caillé vai fundamentar o conceito do Dom, postulando que a ação e a relação social possuem todas estas dimensões. Ele valoriza esta pluralidade e argumenta que há uma submissão das dimensões do interesse e obrigação à da amância e liberdade. Além disso, afirma que os princípios do Mercado e do Estado (o interesse e a coerção respectivamente) estão presentes no paradigma do Dom, porém de forma equilibrada. Diz também que por ser antiutilitarista não significa que o Dom explique os fatos baseado apenas no desinteresse (como caridade).

Godbout (1998, p.44) define: “de modo negativo, entende-se por dádiva tudo o que circula na sociedade que não está ligado nem ao Mercado, nem ao Estado (redistribuição), nem à violência física. De modo mais positivo, é o que circula em prol do ou em nome do laço social”.

Godbout afirma que existe na sociedade moderna, assim como na antiga ou tradicional, uma forma de circulação de bens que difere intrinsecamente da forma analisada pelos economistas. Afirma também que a importância das associações baseadas no princípio

¹¹ Amância é utilizada como uma dimensão análoga à vivência, uma qualidade substantiva ou categoria que espelha uma incondicionalidade da ação individual ou coletiva.

da dádiva, chamadas nos EUA de organismos comunitários, é cada vez maior e ressalta que muitas dessas associações, como por exemplo os sindicatos, foram criadas para combater as conseqüências negativas do mercado ou do Estado. Os critérios usados pelo autor para classificar tais associações como organismos baseados no princípio da dádiva são os seguintes: a não remuneração dos seus membros, a auto-atribuição de funções sociais e a abertura ao exterior.

De acordo com a tipologia desenvolvida por Godbout, existem duas categorias ou modelos de associações baseadas no princípio da dádiva, são elas: os organismos baseados na beneficência, que prestam livremente um serviço sem reciprocidade; e os organismos de ajuda mútua, baseados na reciprocidade não restrita, generalizada e/ou aberta.

Para exemplificar os organismos de ajuda mútua baseados na reciprocidade, Godbout explana sobre o sistema de dádiva presente nos Alcoólicos Anônimos (A.A.). Os A.A. são caracterizados como uma organização comunitária não religiosa “moderna”, devido a liberdade dos membros, e tradicional, devido a não distinção entre produtor e usuário, e conseqüentemente, a inexistência do intermediário. As organizações beneficentes também possuem essas características, porém diferem das organizações de ajuda mútua no que se refere a reciprocidade, requerida nestas mas dispensada naquelas.

3.1 DIMENSÕES

Com o mesmo espírito de dar uma representação visual gráfica ao modelo da dádiva, apresenta-se a seguir uma série de diagramas representativos¹² de ângulos de entrada no paradigma. O principal deles é o das dimensões do interesse-desinteresse e da liberdade-

¹² Sylvain Dzimira, em palestra realizada em julho de 1997 na UFBA (DZIMIRA, 2003), apresentou em forma gráfica os aspectos essenciais do paradigma da dádiva. O autor desta dissertação se vale dos diagramas objeto da exposição para reproduzi-los nas ilustrações que se seguem

obrigação. A dádiva é livre e desinteressada, mas é ao mesmo tempo interessada e há uma certa obrigatoriedade de participar do seu circuito na construção dos vínculos sociais. A dádiva também tem por característica a unilateralidade que nega a reciprocidade que no entanto a integra (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p.157), uma dimensão temporal, (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p.157-8 e 178), uma incondicionalidade condicional, já que a falta de reciprocidade pode afetar o laço (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p.157-9). Sendo simbólica, a dádiva não tem por parâmetro a equivalência, ao contrário da troca mercantil (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p.159).

Na figura 5 consta a representação inicial, das dimensões do interesse e do desinteresse, da obrigação e da liberdade. O individualismo metodológico desconhece ações desinteressadas e livres, a dádiva. Já o holismo desconhece a liberdade e o interesse. O interesse do agente *na relação social* leva à criação ou manutenção desta, enquanto o desinteresse *na relação social* pode levar à individualização.

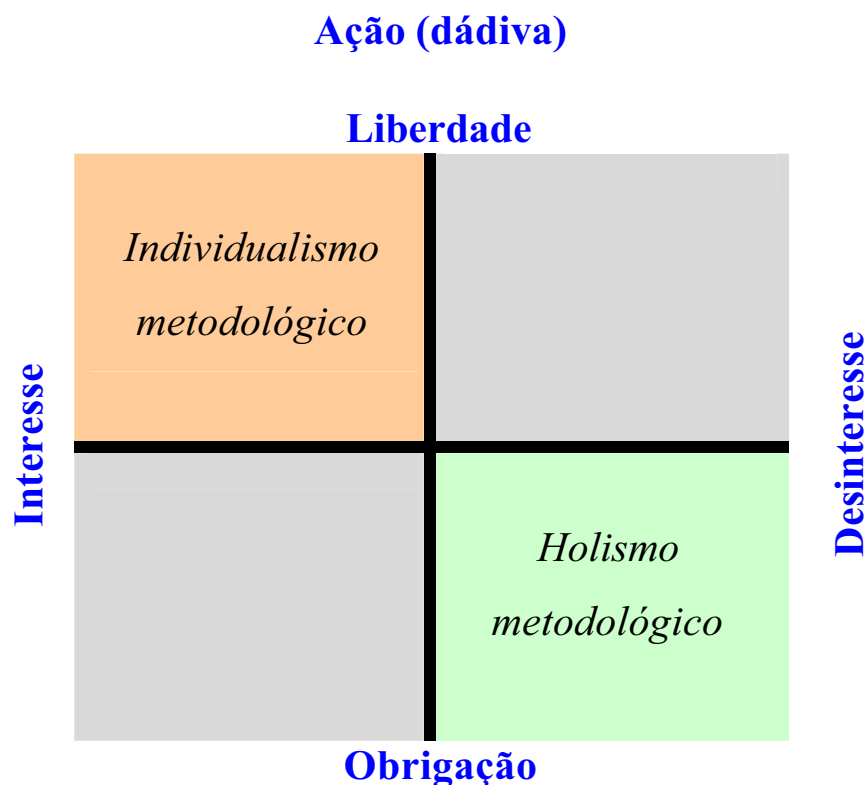


Figura 5 Teoria da Ação pela Dádiva

Dado o problema de complexidade da dádiva, tenta-se aqui fazer uma deslocação apropriada de conceitos (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 69-70), como uma tentativa de facilitar o esclarecimento do mesmo. Tomar-se-ia emprestado da psicologia a noção de *arquétipo*. Arquétipo, no resumo de Morgan (1996) para a abordagem de Jung, teria o significado literal de “modelo original”. Ele simplifica: “arquétipos são definidos como padrões que estruturam o pensamento e assim dão ordem ao mundo” (MORGAN, 1996, p.230). Dito de outra forma pelo referido autor, “arquétipos são estruturas de pensamento e experiência talvez incorporadas na estrutura da psique, ou então se referem à experiência herdada e se apresentam como um modelo a partir do qual a nossa compreensão do mundo é organizada” (MORGAN, 1996, p.230). Parece aceitável entender a dádiva como um arquétipo, uma estrutura que organiza o relacionamento social, desde o nível individual até o

nível social mais amplo. Seria algo como um alfabeto, com cujas letras se pode, num nível, construir palavras, noutra, frases, mais além livros, e assim por diante, possibilitando infinitas ou pelo menos inumeráveis combinações. Evidentemente, é algo mais ou menos assim que as pesquisas até agora realizadas procuram comprovar, aparentemente. O alfabeto da dádiva começa com a obrigação de dar, receber e retribuir livremente. A partir daí há uma possibilidade ainda não avaliada de combinações. Para simplificar, o que se pretende aqui seria obter a permissão para considerar a dádiva como o arquétipo da relação social.

Mas esse ponto não é fundamental nesta exposição. Os diagramas apresentados na seqüência representam variantes da construção básica do modelo da dádiva e, como dito, constituem uma pequena parte das possibilidades.

Dado o caráter quase auto-explicativo dos diagramas, faz-se apenas comentários ligeiros sobre os mesmos, considerando as explanações já feitas.

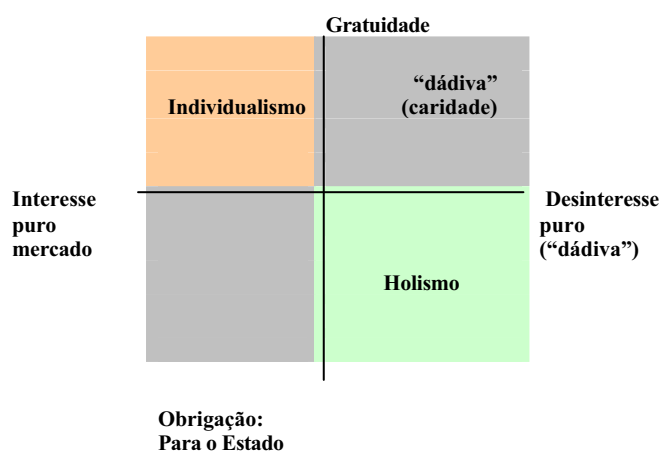


Figura 6 Dádiva e Interesse

Conforme a figura 6, a dádiva não se confunde com o altruísmo. Mas a caridade existe, e nenhum dos paradigmas tem explicação satisfatória para a sua ocorrência. Para o individualismo, dar gratuitamente é impossível, irracional, ou tem um interesse de fundo. Para o holismo, o desinteresse puro gratuito é uma obrigação do estado.

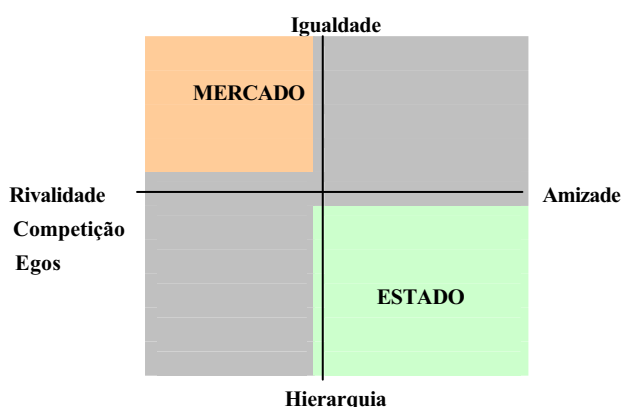
A tabela a seguir aborda as dimensões do interesse, da acumulação, da reciprocidade e da equivalência da dívida em comparação com o sistema de mercado. O interesse na dívida é antiutilitário, não tem por finalidade auferir bens ou vantagens, o interesse é de “dar” e não é o valor do bem que conta para a relação, mas a carga simbólica das trocas de dívida e contradívida. Enquanto o registro da escassez domina o mercado, induzindo à necessidade de acumulação, na dívida o interesse de acumular só faz sentido na medida que é possível usar a riqueza nas relações com o outro. Enquanto a relação mercantil se esgota na utilidade da troca, a dívida, exigindo uma reciprocidade, é anti-reciprocitária, por simbolizar uma negação do endividamento mútuo, uma desvinculação do receptor à relação. Nessa qualidade simbólica também se insere a anti-equivalência, em que o valor dos bens não tem importância, mas a dimensão simbólica das dívidas e contradívidas, o que torna mais valorizada a própria relação e não a equivalência mercantil.

	Dívida	Mercado
Interesse	Antiutilitário “dar” não é o valor do bem que rege a relação, é a relação mesma	Vantagens Bens
Acumulação	Anti-acumulativo	acumulador
Reciprocidade	Anti-reciprocitária	Utilitária
Equivalência	Anti-equivalente Pelo valor das pessoas	Equivalência: pelo valor das coisas

Quadro 3 Dívida e Interesse

Não se trata de condenar absolutamente a troca mercantil, posto que o mercado, historicamente, proporcionou “a liberação das dependências tradicionais e senhoriais” (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p.180) , mas que pode ser tornar um instrumento de servidão quando a liberdade por ele propiciada se reduz à liberdade econômica, à “satisfação dos interesses pessoais”, ao individualismo (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p.180), como Guerreiro Ramos considera no paradigma paraeconômico.

A figura a seguir indica variações analíticas possíveis tendo por dimensões a igualdade ou a hierarquia, e a rivalidade ou a amizade. No mercado, prevaleceria a rivalidade e a igualdade, e no estado a “amizade” (com sentido político) e a hierarquia. A dádiva reúne a rivalidade (dádiva agonística) e amizade (harmonia). Mostra a possibilidade da amizade entre iguais, da dádiva harmônica, mas mostra também o uso da dádiva como dominação e rivalidade, quando o agente dá para se mostrar superior, melhor, mais rico.



Dádiva reúne: rivalidade – amizade (dádiva agonística)

Figura 7 Dádiva, Aliança e Rivalidade

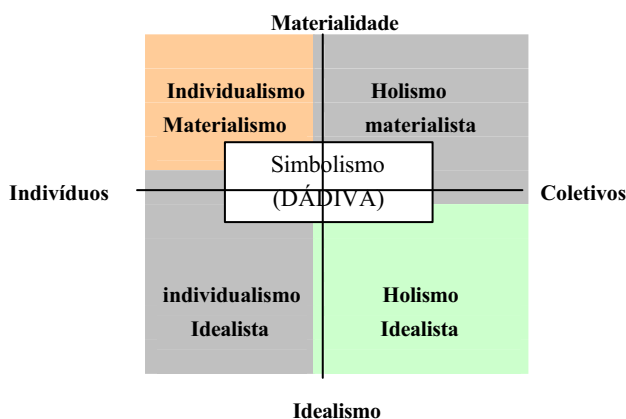


Figura 8 Dádiva e Simbolismo

A figura Dádiva e simbolismo mostra que a dádiva é essencialmente simbólica (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p.159). Como paradigma, contendo paradoxalmente todas essas dimensões, ela escapa ao dualismo entre materialidade e idealismo, e também ao individualismo e ao coletivismo. A dádiva se dá tanto individualmente quanto coletivamente,

entre grupos sociais, abrangendo tanto a esfera da materialidade, superando a equivalência, quanto a do idealismo..

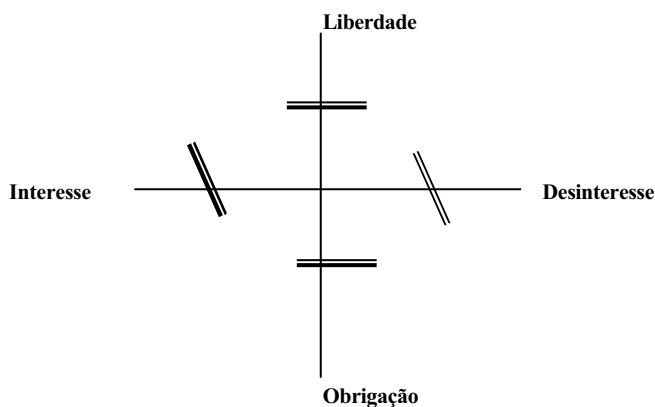


Figura 9 Dívida e Quebra da sua Circulação

A figura 9 mostra o que ocorre quando há a separação do laço social pela quebra da dívida, quando se rompem os vínculos de interesse-desinteresse, liberdade-obrigação, que é parecido com o que hoje se vivencia pela tentativa de reduzir a dívida à mera troca, e mais ainda quando esta tende para a troca mercantil. Verifica-se na figura 9 uma representação dessa tendência moderna do *homo economicus* a separar os motivos da ação, limitando-a ao comportamento pelo interesse (mercado) ou pela obrigação (estado), abandonando todas as demais dimensões das relações sociais.

4 EM BUSCA DE UM DIÁLOGO

Neste capítulo, procura-se desenvolver o cerne da pesquisa proposta. Na primeira seção, já se constata um ponto de interseção dos paradigmas, quando se verifica que o fato organizacional pode também ser um fato social total, como se dá por definição com a dádiva.

4.1 O FATO ORGANIZACIONAL COMO FATO SOCIAL TOTAL (SERVA, 2001)

Maurício Serva, em seu artigo de 2001 (SERVA, 2001), busca demonstrar que o fato organizacional é um fato social total, conseguindo, já aí, estabelecer uma aproximação entre o pensamento de Guerreiro Ramos e o paradigma da dádiva. Para tanto, examina o fato social em Durkheim, no qual se baseou o sociólogo baiano para estabelecer a definição inédita (segundo SERVA, 2001, p.133-4) de fato administrativo. Atualizando tal conceito, estabelece a definição de “fato organizacional”. Recapitulando as lições de Marcel Mauss a respeito da dádiva, como um sistema de prestações totais, explica didaticamente o conceito de fato social total, onde estão entrelaçadas as mais diversas dimensões de instituições que compõem o todo social, tais como aspectos jurídicos, econômicos, religiosos, estéticos etc. Argumentando que a transformação da sociedade em sociedade de organizações conduz o fato organizacional a se

transformar em um fato social, e, mais do que isso, em fato social total, Serva conclui que essa realidade prática e teórica traz implicações relevantes para o campo da administração

Três observações parecem cabíveis.

Como o conceito de fato administrativo em Guerreiro Ramos já tendia para uma aproximação desse sentido e como ele previa que isso poderia acentuar as distorções que já eram percebidas nas organizações em seu tempo, talvez se possa atribuir a esse fator a elaboração tentativa do paradigma paraeconômico. Se a tendência era tornar a sociedade cada vez mais organizacional, e a organização se tornando cada vez mais abrangente das esferas da vida humana associada, seria preciso uma teoria capaz de ampliar os horizontes do campo administrativo com vistas a não reduzir o social ao organizacional nos termos da organização de mercado (aqui se incluem as organizações econômicas e também do estado), com suas patologias teóricas e práticas. Pela preparação de uma disciplina administrativa ampliada prática e teoricamente talvez fosse possível alguma contraposição aos efeitos das tendências percebidas por Guerreiro Ramos e autores de outras especialidades.

Tanto Guerreiro Ramos buscava a totalidade, que sua abordagem na Nova Ciência estendeu-se a aspectos de estética (perspectivismo), de moralidade (maneirismo), de política, de cognição, etc. Sua crítica traz muitos aspectos que eram ignorados na teoria organizacional clássica para o âmbito da disciplina administrativa, legitimando, por exemplo, várias iniciativas atuais de incorporação de recursos estéticos e éticos no ensino e formação de administradores.

Outra observação é de que, conquanto Serva declare o seu afastamento relativo do pensamento de Guerreiro Ramos, parece que, sem deixar de reconhecer-lhe a independência, sua exposição parece mais contribuir para a construção da teoria a que Guerreiro Ramos nutria certa afinidade do que propriamente para recusar a validade do modelo de planejamento e análise proposto. Sua abordagem parece ser uma voz a mais a

exercer a racionalidade comunicativa na busca do debate substantivo, de que Guerreiro Ramos parece ter se ressentido em certa medida, além de realizar o justo comentário que um autor como ele deveria receber.

Serva recupera e sintetiza a definição de Durkheim sobre o fato social, para fins de delimitar o objeto da disciplina específica do conhecimento da sociedade e suas instituições: “é um fato social toda a maneira de fazer, fixada ou não, suscetível de exercer sobre o indivíduo uma coação exterior; ou ainda, que é geral no conjunto de uma dada sociedade tendo, ao mesmo tempo, uma existência própria, independente das suas manifestações individuais” (Durkheim, apud SERVA, 2001, p.133). Destaca aí a exterioridade e a coerção como “a essência do fato social” (SERVA, 2001, p.133). Assim como a definição de fato social foi importante para a constituição da sociologia, Guerreiro Ramos considerava que a administração carecia de um objeto próprio que lhe justificasse a existência. É por essa razão que avança na definição do fato administrativo (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.9-47). E novamente enfatiza tal aspecto, dizendo que “Difícilmente um campo disciplinar atingirá o nível sofisticado do conhecimento requerido para o ensino em grau superior, se não for capaz de desenvolver em caráter crítico e de si mesmo extraídas suas bases epistemológicas” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p. 118).

Relembra então que, mesmo com vários autores dos países mais avançados tendo se dedicado a uma sociologia das organizações, coube a Guerreiro Ramos buscar estabelecer um conceito para o *fato administrativo*: “é um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da ação de diferentes pessoas, escalonadas em diferentes níveis de decisão, no desempenho de funções que limitam e orientam atividades humanas associadas, tendo em vista objetivos sistematicamente estabelecidos” (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.10). Serva constata nessa definição o afastamento do requisito durkheimiano de exterioridade do fato, notando que Guerreiro Ramos considera o movimento

dialético entre das relações entre o indivíduo e o sistema social (SERVA, 2001, p.134), entre os processos individuais e o processos sociais, inter-relacionados, que constituem um processo total, uma totalidade. Constata, também, que a coerção permanece no novo conceito, como elemento definidor do caráter social do fato (SERVA, 2001, p.134). Porém, Serva critica nessa definição os aspectos vinculados às concepções funcionalistas.

O articulista em foco contesta especificamente “a concepção sistêmica e sincrônica e a concepção teleológica” claramente presentes no texto de Guerreiro (SERVA, 2001, p.135). Argumenta que o avanço da teoria organizacional e ampliação de seus horizontes, para o qual o próprio Guerreiro Ramos contribuiu, recomenda que se remova da definição tais aspectos. Cabe ressaltar que Guerreiro Ramos adota consciente e justificadamente a concepção sistêmica, por entender que “estaria em maior consonância com a terminologia contemporânea” e permite um “refinamento conceitual” (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.9). Tal ressalva, acredita-se, permanece válida, por possibilitar maleabilidade no exame das interações entre a parte e o todo e vice-versa, como requer a complexidade. Mesmo no paradigma paraeconômico, Guerreiro Ramos não abandona a abordagem sistêmica, mas isso não lhe confere um caráter funcionalista, como efetivamente se constata na definição de fato administrativo, junto com Serva (2001).

A partir daí, Serva prefere definir o *fato organizacional*: “um complexo de elementos e de suas relações entre si, resultante e condicionante da ação de diferentes pessoas no desempenho de funções que limitam e orientam atividades ligadas à vida humana associada” (SERVA, 2001, p.136). O articulista remove a frase “escalonadas em diferentes níveis de decisão”, que conferia um atributo hierárquico ao fato administrativo, e o fragmento “tendo em vista objetivos sistematicamente estabelecidos”, que dava o caráter teleológico à definição de Guerreiro Ramos, buscando a adequação a condições mais atuais. Mesmo sem discordar da argumentação de Serva (SERVA, 2001, p.135), talvez se devesse discutir a

pertinência de afastar o problema da decisão e dos objetivos, em toda a variedade possível, pois ainda parecem ser questões de interesse das organizações de qualquer natureza e tipo, porém, não cabe aprofundar essa questão aqui. Para os propósitos deste trabalho, a definição de Serva é apropriada para a demonstração por ele efetuada, e por isso é também adotada.

Continuando sua articulação, Serva expõe a concepção de fato social total, que, para Mauss, tinha o seguinte conceito:

Os fatos que estudamos são todos, permita-se-nos a expressão, fatos sociais *totais* (...) todos esses fenômenos são ao mesmo tempo jurídicos, econômicos, religiosos e mesmo estéticos, morfológicos etc. (...) são, portanto, mais do que temas, mais do que elementos de instituições, mais do que instituições complexas, mais até do que sistemas de instituições divididas por exemplo em religião, direito, economia etc. São “todos”, sistemas sociais inteiros cujo funcionamento tentamos descrever. (MARCEL MAUSS, *apud* SERVA, 2001, p.139).

Na seqüência, Serva precisa demonstrar a validade do fato social total no âmbito da organização, mediante o esclarecimento da relação entre a organização e a sociedade, de modo a completar a lógica de sua proposição. E é o que faz, recorrendo a autores como Amitai Etzioni, Robert Castel, Senneth, Aubert e Dejours. Como o articulista remarca, há “pontos de interseção entre o estudo de Castel e o conceito de ‘sociedade centrada no mercado’” de Guerreiro Ramos (SERVA, 2001, p.142). Boa parte da demonstração de Serva comprova o acerto de muitas descrições perceptivas de Guerreiro Ramos, que são atualmente vistas em tom mais acentuado. Em sua conclusão desta parte, Serva mostra “a influência que as organizações formais exercem tanto na moldagem institucional da sociedade atual quanto em sua participação ativa na dinâmica que caracteriza a vida social e a trajetória individual do homem urbano contemporâneo”. Assim, a inserção da organização na sociedade e a composição e estruturação desta autoriza que se continue no processo demonstrativo elaborado por Serva.

Segundo Serva, Guerreiro Ramos entendia “[...]o fato administrativo como um fato social total” (SERVA, 2001, p.145). Vale a pena repetir aqui a citação de Serva. Buscou-se, contudo, um trecho ampliado do texto original de Guerreiro Ramos:

Consideramos o fato administrativo como totalidade aberta, ou totalização, isto é como conjunto de elementos e interações, conjunto no qual um aspecto interno e outro externo são teoricamente distintos mas, de fato, se influenciam reciprocamente. Nossa análise do fato administrativo ilustra com clareza o nem sempre facilmente apreensível conceito de “fenômeno social total”, proposto, de início, por Marcel Mauss, e, em seguida, desenvolvido por Georges Gurvitch. Para nós, o fato administrativo é um fenômeno social total. [Reduzi-lo a qualquer dos seus aspectos parciais equivale a desnaturá-lo]¹³. O que é cientificamente imprescindível na análise de qualquer fenômeno é examiná-lo como manifestação de uma totalidade, não importa o nome que se dê a esta: fato ou sistema. (GUERREIRO RAMOS, 1966, p.41).

Serva registra a opção de Guerreiro Ramos pela abordagem de sistema. Ressalva também que as organizações formais podem não ser o centro da vida social, mas em seu papel mobilizam “um grande número de instituições e demais dimensões da vida social, afetando cada vez mais os espaços sociais disponíveis aos indivíduos” (SERVA, 2001, p.145). Pela sua importância relativa, representam grande parte do todo social, abarcando “uma dinâmica marcada pelo entrelaçamento dialético e multicêntrico de diversas instituições” (SERVA, 2001, p.145), assim como ocorre nas complexas sociedades da atualidade, numa escala que se pode supor. As organizações reúnem indivíduos expostos a uma multiplicidade de outras organizações, e assim reúnem indiretamente fatos da sociedade organizacional e da cultura maior. Por essa passagem, Serva articula a relação entre a sociedade e as organizações, e passa a examinar indicadores organizacionais que podem enquadrar os fatos organizacionais como fatos sociais totais. Serva demonstra então que (SERVA, 2001, p.145-148):

- a) “O fato organizacional é fato jurídico”, como demonstrado pelo enorme aparato institucional engendrado para o trato dos aspectos jurídicos das organizações, sendo a regulação do trabalho um exemplo notável.
- b) “O fato organizacional é fato econômico”, como é bastante evidente; Serva mostra que as organizações capitalistas estão também expostas aos fenômenos citados por Mauss: “a idéia de valor, do útil, do interesse, do luxo, da acumulação e, por outro lado, do consumo, e mesmo do gasto puro,

¹³ Inverteu-se a ordem dessa frase, na tentativa de torná-la mais clara.

puramente suntuário, estão sempre presentes” (MAUSS, *apud* SERVA, 2001, p.146).

- c) “O fato organizacional é fato técnico/tecnológico”.
- d) “O fato organizacional é fato político, tanto no âmbito interno, onde as relações de interesse e poder estão constantemente em jogo, quanto no âmbito social maior, em cujo meio as organizações exercem um relevante papel de controle. Citando Enriquez, mostra a sua influência nas esferas culturais e simbólicas, que afetam as condutas e os fenômenos sociopolíticos.
- e) “O fato organizacional é fruto do fato social geral”, posto que a influência se dá nos dois sentidos, entre a organização e a sociedade, em correlação dialética. Organizações tendem a reproduzir certas condições estruturais da sociedade, como estruturas de classes refletidas na hierarquia e funções organizacionais, e também preconceitos.
- f) “O fato organizacional é fato histórico e cultural”, pois situa-se num certo espaço, com certa duração, e em um contexto cultural, havendo uma interação constante entre organização e sociedade.
- g) “Os fatos organizacionais são fatos também de ordem psicológica”. Serva (SERVA, 2001, p.148) chama a atenção para este aspecto por não ser de ordem institucional, mas sendo intimamente relacionado à interação entre o indivíduo e a organização. Essa é uma dimensão essencial da paraeconomia, de vez que Guerreiro Ramos considera que a razão reside na psique humana, e os sistemas sociais integrativos e possibilitadores da auto-atualização são o seu principal objetivo. Constituem também aspectos do paradigma da dádiva, como se pode deduzir, por exemplo, da descrição de Caillé para o totalitarismo (CAILLÉ, 2002, p.254ss.), onde é preciso um certo grau de

manipulação social para induzir comportamentos consensualmente irracionais. Ademais, como a é a psique que trabalha no nível simbólico, ambos os modelos necessariamente envolvem a ordem psicológica, na medida em que a dialética entre o individual e o social necessitam de “mecanismos”, ou, melhor dizendo de processos de tradução e mediação.

O Professor Maurício Serva conclui dizendo que tratar o problema organizacional como um fato social total “significa lidar madura e conscientemente com a diversidade e a fragmentação” (SERVA, 2001, p.150), sem pretender unificar a teoria das organizações, mas abrindo “caminho para trabalhar responsabilmente com os conhecimentos anteriores e os novos desdobramentos, abarcando uma totalidade possível e orientada pela coerência epistemológica” (SERVA, 2001, p.150), sugerindo ainda o “paradigma científico da complexidade” como um possível aliado na missão da disciplina (SERVA, 2001, p.150).

Um ponto chave de afinidade entre o paradigma paraeconômico e o paradigma da dádiva se acha desenvolvido nesse artigo de Serva. Sendo o fato administrativo ou organizacional um fato social total, e sendo também a dádiva um fato social total, existe, notadamente, interseção entre os modelos em foco. Para tentar melhorar a noção da medida em que os paradigmas convergem, faz-se necessário avançar um pouco mais nas dimensões envolvidas.e alguns aspectos adicionais.

4.2 OUTRAS DIMENSÕES

A dimensão horizontal de ambos os paradigmas está associada ao laço ou vínculo social. Na paraeconomia, sob a ótica da racionalidade substantiva. No paradigma da dádiva, sob a ótica da livre obrigação de dar, receber e retribuir, interessada ou desinteressadamente

na criação ou manutenção do vínculo. Nas isonomias paraeconômicas, a interação se dá, substantivamente, por um permanente dar e receber, numa acepção ou modalidade de dívida onde prevalece o estado de “endividamento mútuo positivo”, e onde a dimensão política, nos dois modelos, é integrada às dimensões da vida humana associada.

A dívida tem obrigação e liberdade. A paraeconomia tem a prescrição operacional e a não-prescrição, expandindo-se da organização econômica para as demais esferas de vida individual e social. Assim, a forma particular que a dívida assume nas organizações econômicas é conformada implicitamente segundo as teorias formais – contratualismo, gerencialismo, etc. Essas teorias tendem a ocultar a dívida e submetê-la a regras limitadoras de sua existência e manifestação.

O processo descrito por Guerreiro Ramos em relação à razão substantiva pode ser visto também como exatamente esse processo de ocultação da dívida. O processo é o mesmo, embora as categorias sejam “diferentes” segundo um critério nominalista.

Quando Guerreiro Ramos adota a dimensão prescritiva dos sistemas sociais do tipo economia, ressalta o paradoxo apontado por FRANÇA FILHO e DZIMIRA (1999, p.180), e deixa de reconhecer os aspectos de liberdade efetivamente propiciados pelo mercado. Talvez esta falha seja um fator de enfraquecimento do paradigma que procura sistematizar.

Portanto, embora na dimensão horizontal se possa estabelecer uma correspondência entre as polaridades da paraeconomia e da dívida, posto que o interesse na relação constitui o social e a comunidade, enquanto o desinteresse significa um afastamento do coletivo (sem necessariamente haver oposição), na dimensão vertical não se pode traduzir a prescrição como liberdade de valores, mas também não corresponderia simplesmente à obrigação. Caso se teste esta correspondência, verifica-se que não há possibilidade de

compatibilizar diretamente os sistemas sociais idealtípicos da paraeconomia e os paradigmas, a partir dos diagramas.

Apesar disso, são tantas as afinidades entre os modelos, que não é de se descartar a possibilidade de uma solução de conversão dessas dimensões.

5. CONCLUSÕES

Guerreiro tem em si a dádiva. O paradigma paraeconômico tem muito de dádiva: nas isonomias, em que o ideal de dar e receber se torna a práxis; nas fenomenias, em que a criatividade encontra espaços de recolhimento para a plena expressão de individualidades no plano das coletividades; nas economias, onde a tendência para a submersão da dádiva gera um empobrecimento no simbólico e pode acentuar os isolamentos, anomias e motins; no tipo isolado, que não sabe bem as possibilidades da dádiva; e até nas anomias e motins, onde os rompimentos dos circuitos de dádiva diminuem as capacidades de interação social, seja pelo alheamento, seja pela rebeldia dirigida ou aleatória.

Na comparação dos modelos paraeconômico e o do sistema de obrigações sociais da dádiva, iniciou-se por examinar a razão e a dádiva. Não se chegou a uma conclusão definitiva sobre a igualdade desses dois conceitos, mas também não se pôde dizer que sejam totalmente distintos. Assim, a razão é plena de dádiva, enquanto a dádiva é plena de racionalidade substantiva. Foi por essa razão que se entendeu adequado atribuir dádiva ao modelo paraeconômico de Guerreiro Ramos, o Dom do Guerreiro, a dádiva paraeconômica, assim como atribuir razão à dádiva.

Esta dissertação, desenvolvida na forma de um ensaio tentativo de estabelecer um diálogo entre os modelos, buscou então as dimensões da razão e as dimensões da dádiva. Analogicamente, se Razão = {A, B, C}, e se Dádiva = {E, F, G}, para que ocorresse a

identidade total o requisito seria ter idênticas dimensões, $\{A\}=\{E\}$, $\{B\}=\{F\}$ e $\{C\}=\{G\}$.. Razão = {funcional~substantiva} e Dádiva = {agonística~altruística}. Tendo-se aqui uma abordagem qualitativa-conceitual, a demonstração dessas identidades foi indicada, explorativamente, pela representação gráfica dos respectivos modelos. Verificou-se que, grosso modo, ambos os modelos se utilizam de dimensões que podem ser correspondidas entre si, mas que tal fato não é suficiente para afirmar categoricamente a perfeita identidade dos modelos. Isso tornou necessário aprofundar um pouco mais a comparação, buscando as similaridades entre as categorias e suas características.

Com base nos conceitos acerca dos paradigmas paraeconômico e da dádiva foi feito um esforço de identificação dos possíveis pontos de convergência entre tais propostas. Vale ressaltar que o paradigma da dádiva ainda está sendo construído, e o paraeconômico não teve a continuidade de construção que poderia ter; daí a dificuldade de estabelecer uma correlação mais sólida entre ambos.

Não foi possível fazer a aproximação dos modelos a partir dos diagramas, como se pensava de início. Enquanto a dimensão horizontal, das fenomenias e isonomias, encontra correspondência direta no desinteresse e interesse, respectivamente, a dimensão vertical não permite estabelecer uma correspondência direta ou inversa. Isto decorre de que Guerreiro Ramos opta por ressaltar o paradoxo das economias, que se tornam altamente prescritivas sob o ponto de vista da racionalidade substantiva. O exercício de fazer essa tentativa conduziu à verificação de que isso implicaria em distorções nas categorias decorrentes dessas dimensões. Contudo, entende-se ser ainda possível estabelecer uma correlação através de conceitos, dimensões ou indicadores para mediar o diálogo entre as respectivas representações, pois as afinidades encontradas são muitas.

Nenhum dos paradigmas tratados aqui propõe a abolição do mercado ou do Estado. Trazem à tona, contudo, a existência de outros princípios, além do interesse e da

obrigação que norteiam as ações humanas. Portanto, esses paradigmas insistem em fugir da unidimensionalidade característica do paradigma utilitarista e do holista. Caillé aponta o caráter multidimensional do paradigma da dádiva apresentando dois eixos: interesse/desinteresse, obrigação/liberdade. De forma semelhante Guerreiro Ramos também propõe dois eixos: isonomias/fenomias e prescrição/ausência de normas. Pode-se perceber a semelhança entre as dimensões escolhidas para explicar estes paradigmas. Dessa forma os autores estabeleceram espectros que abarcam inclusive as ações baseadas nos interesses instrumentais, considerando no entanto que estes são hierarquicamente secundários. Ao tratar da economia moderna, por exemplo, as teorias criticam a sua emancipação com relação à ética e à política, argumentando a favor de uma subordinação “dos interesses do ter aos interesses do ser” (CAILLÉ, 2002, p.117). Ou ainda, usando as expressões de Guerreiro Ramos, o desafio é subordinar interesses instrumentais à perspectiva de atualização humana.

O antiutilitarismo é um dos aspectos centrais de convergência entre os paradigmas. Ambos se colocam de forma crítica com relação à racionalidade instrumental, sobretudo no que tange a sua generalização para todas as dimensões da vida, o que finda por transformar o homem no *homo-economicus*. Tanto o paradigma paraeconômico quanto o da dádiva se sustentam sobre outra racionalidade, cujas ações decorrentes se dão sem objetivar maximização de utilidades. A “utopia sedutora”, de que através da defesa de interesses privados a sociedades tende a atingir o bem-estar, é denunciada nas duas teorias.

Guerreiro Ramos explicitou a sua opção pela racionalidade substantiva por entender que “[...] a razão é o conceito básico de qualquer ciência da sociedade e das organizações. Ela prescreve como os seres humanos deveriam ordenar sua vida pessoal e social” (GUERREIRO RAMOS, 1989, p.23). Os textos sobre o paradigma da dádiva afirmam que a estrutura ordenadora das relações sociais é a dádiva maussiana. A possibilidade de convergência destas categorias já fora sugerida por Caillé: “[...] ficam faltando um pouco as

referências aos sentidos e as normas, [...] bem como a ação *weltrational*” (CAILLÉ, 1998: 32).

Outro ponto de interseção diz respeito à moral do dever, da obrigação, percebida na atividade humana. Guerreiro Ramos, na distinção que faz entre trabalho e ocupação, procura recuperar a importância das atividades humanas que carregam consigo valores intrínsecos. Ao executá-las o homem já se realiza, independente de recompensas extrínsecas, como a remuneração, por exemplo. A dádiva também valoriza a não obrigação nas ações sociais. Godbout afirma, de forma categórica, que “a moral do dever não se aplica à dádiva”. Quando se transforma em cumprimento de normas, ela é considerada de qualidade inferior. (GODBOUT, 1998).

É preciso ainda destacar dois aspectos importantes das teorias estudadas. O primeiro é o reconhecimento da natureza simbólica da interação humana, que lhes permite superar o paradigma do interesse material. O segundo diz respeito às noções de espaço-tempo. Elas são expressamente consideradas por Guerreiro Ramos. A dimensão temporal no paradigma da dádiva é fundamental, pois a retribuição não é instantânea¹⁴, mas também não é atrelada a qualquer noção cronológica de tempo, mas a outras variedades desta categoria.

O objetivo deste estudo consistiu em realizar uma análise comparativa do paradigma paraeconômico e do paradigma da dádiva, uma vez que as propostas contidas em tais abordagens buscam exatamente superar a unidimensionalidade dominante no campo das ciências sociais em geral. Entende-se que ambos os paradigmas oferecem bases de desenvolvimento do campo de conhecimento teórico referente às organizações e à administração.

¹⁴ Na maior parte das situações da dádiva, a retribuição no mesmo momento pode ser até ofensiva, por significar o rompimento do laço, e retirar a unilateralidade da dádiva; o intervalo de tempo entre a dádiva e a contradádiva, segundo Bourdieu, xé que demonstram a generosidade do ato (FRANÇA FILHO e DZIMIRA, 1999, p. 158-9 e 178);

Esses paradigmas buscaram uma base concreta de evidências empíricas, não somente históricas mas também atuais, que constam das próprias publicações examinadas e da literatura ali citada. Disso resulta serem aqueles modelos mais do que simples devaneios acadêmicos, mas possibilidades reais, com desdobramentos efetivos, merecedores de esforços adicionais teóricos e empíricos.

Para organizações da zona das economias, sejam elas de naturezas diversas, talvez possa ficar a observação de que reduzir a relação de trabalho a uma relação contratual, de cunho instrumental, por um lado, e incrementar as funções de controle em outro nível, o psicológico, que chega ao nível das irracionalidades, pode ter efeitos deletérios sobre as pessoas e sobre a própria entidade. A Relação de trabalho não é uma relação meramente contratual, mercadológica, restrita à esfera das materialidades produtivas, mas é um fato social total, tanto sob a perspectiva da dádiva quanto sob a perspectiva da razão humana. Assim, a questão da reciprocidade não pode ser ignorada, sob pena de introduzir irracionalidades na esfera da organizações.

Não são poucas também as implicações dos paradigmas para o ensino da administração. A se pensar na linha mais formativa, como Giroletti (2005) expõe, cresce de importância uma veiculação destes paradigmas e de suas possíveis vinculações, ou, pelo menos, dos seus principais conceitos. A própria formulação do paradigma paraeconômico de Guerreiro Ramos já teve em vista a reformulação epistemológica do campo, inclusive para o ensino da disciplina. Preocupação similar transparece em quase toda a obra de Aktouf, e também é hoje evidenciada por outros autores, entre os quais foi aqui citado Ghoshal.

REFERÊNCIAS

- AKTOUF, Omar. **A administração entre a tradição e a renovação**. São Paulo: Atlas, 1996.
- _____. Administración: de la pedagogia a la formación de dirigentes para el cambio. In **Administración y pedagogia**. Montreal: EAFIT, 2000. trad. De JARAMILLO, Maria L. (Colección Textos de Administración). [8 p.].
- _____. Ensino de Administração: por uma pedagogia para a mudança. Entrevista a MOREIRA, Luiz A. A.; DAVEL, Eduardo P. B., ago/1997. [16 p.]
- ALTER, Norbert. Théorie du don et sociologie du monde du travail. **Revue du MAUSS** n.20 –2002/2, p. 263-299.
- ALVESSON, Matz e DEETZ, Stanley. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In Clegg, S.; Hardy, C. e Nord, W. (org.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. I. São Paulo: Atlas, 1999.
- ANDREWS, Christina Windsor. Revisiting Guerreiro Ramos's New Science of Organizations through habermasian lenses: a critical tribute. **Administrative Theory & Praxis**, v. 22, n.2, p.246-272, 2000. Disponível na web.
- APGAUA, Renata. O Linux e a perspectiva da dádiva. **Horiz. antropol.** [online]. jan./jun. 2004, vol.10, no.21, p.221-240. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832004000100010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-7183.
- AZEVEDO, A; ALBERNAZ, R.O. A Paraeconomia como modelo e paradigma para a análise e a formulação de Políticas Públicas: o Resgate de uma Possibilidade / **EmTese**, Vol. 2, n. 1 (2), p. 20-32. Disponível em <http://www.emtese.ufsc.br/>.
- BICCA, Luiz. O alcance da crítica da racionalidade instrumental. In **Racionalidade moderna e subjetividade**. São Paulo: Ed. Loyola, 1997.
- BRONZO, Marcelo; GARCIA, Fernando Coutinho. As bases epistemológicas do pensamento administrativo convencional e a crítica à teoria das organizações. In Rodrigues, S. e Cunha, M. (org.) **Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas**. São Paulo: Iglu, 2000.
- BURRELL, Gibson. Ciência normal, paradigmas, metáforas, discursos e genealogia da análise. In Clegg, S.; Hardy, C. e Nord, W. (org.). **Handbook de estudos organizacionais**, v. I. São Paulo: Atlas, 1999.

_____. ephemera: critical dialogues on organization. **Ephemera**, v.1, n.1, p. 11-29, 2001. Disponível em www.ephemeraweb.org

BULGACOV, Yara L. M. Gestão da aprendizagem: “novas” formas de controle do comportamento humano na literatura gerencial. *PSI Rev. Psicol. Soc. Instit. Londrina*, v.2, n.2, p.177-196, dez. 2000.

CAILLÉ, Alain. **Antropologia do Dom: o terceiro paradigma**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

_____. A dádiva das palavras: o que o dizer pretende dar. In MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis RJ: Vozes, 2002 b.

_____. Dádiva e associação. MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis RJ: Vozes, 2002c.

_____. Nem holismo nem individualismo metodológicos: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. Out. 1998, vol.13, no.38, p.5-38. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300001&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-6909.

CHANDLER, Alfred Dupont. **Alfred Chandler: ensaios para uma teoria histórica da grande empresa**. Org. Thomas K. McCraw. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia. Introdução: organização e estudos organizacionais. In Clegg, S., Hardy, C. e Nord, W. (org.). **Handbook de estudos organizacionais**. v. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

CHANLAT, Jean-François (org.). **O indivíduo na organização: dimensões esquecidas**. São Paulo: Atlas, 1992.

CHERQUES, Hermano Roberto Thiry. O Golem laborioso. **Organizações e Sociedade**, Salvador, EAUFBA, v. 9 n.25 p.143-161 set-dez 2002.

COSTA, Frederico Lustosa da. Lembrança de Guerreiro. **Rev.Adm.Públ. RAP**, Rio de Janeiro, v.31, n.5, p.17-23, set.-out. 1997.

_____. Levantamento bibliográfico. **Rev.Adm.Públ. RAP**, v. 17 n.2 p.155-162, abril-junho, 1983.

DZIMIRA, Sylvain. O Paradigma da dádiva. Palestra realizada em Salvador, na Universidade Federal da Bahia, em 22 de julho de 2003. Tradução de Genauto Carvalho de França Filho.

FERRARI, José L.; TENÓRIO, Fernando G. Trabalho voluntário: isonomia ou economia? 1º **EnAPG** – Encontro de Administração Pública e Governança. Rio de Janeiro, 17 a 19 de novembro de 2004. Disponível em <www.anpad.org.br>

FISCHER, Tânia. Papagalli? Mapeando rotas de ensino dos estudos organizacionais no Brasil. *Org. e Soc. Salvador*, v.10 n.28 p. 47-62, set.-dez. 2003.

FOURNIER, Marcel. Para reescrever a biografia de Marcel Mauss... **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. jun. 2003, vol.18, no.52, p.5-13. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092003000200001&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-6909.

FRANÇA FILHO, Genauto Carvalho. **Economia solidária**: uma abordagem internacional. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004a.

_____. **Para um olhar epistemológico da administração**: problematizando o seu objeto. Salvador, BA: 2003a. Mimeo.

_____. _____. In SANTOS, Reginaldo Souza. **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo – Salvador: Ed. Mandacaru, 2004b.

_____. A temática da economia solidária e suas implicações originais para o campo dos estudos organizacionais. **Rev. Adm. Publ. RAP**, Rio de Janeiro, v. 38, n.1, p.11-31, jan.-fev. 2003b.

_____. Terceiro setor, economia social, economia solidária e economia popular: traçando fronteiras conceituais. **Bahia Análise e Dados**. Salvador, v. 12, n.1, jun 2002.

_____. Novos arranjos organizacionais possíveis? O fenômeno da economia solidária em questão (precisões e complementos). **Organizações e Sociedade**, Salvador, v.8 n.20, p. jan.-abr.-2001a.

_____. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**. Brasília, UNB, v. 16, n.1/2, jan-dez-2001b.

_____; DZIMIRA, S. Economia solidária e dádiva. **Organizações e Sociedade**. Salvador, v. 6, n. 14, p. 141-183. jan-abr-1999.

_____; _____. Dádiva e solidariedade. In MARTINS, P. H.; NUNES, Brasilmar F. (orgs.). **A nova ordem social**: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.

FREITAS, Maria Ester de. **Cultura organizacional**: identidade, sedução e carisma? 3.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

FREUND, Julien. **Sociologia de Max Weber**. São Paulo: Forense, 1970.

GARCIA, Ramon M. A via de um Guerreiro ... com sabedoria e senso de humor: uma sinopse da obra de Guerreiro Ramos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.107-126, jan/mar-1983.

_____. Palestra no 5º. Painel do Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra. **RAP Rev.Adm.Públ.** Rio de Janeiro, v. 17, n.2, p. 127-154, abr.-jun.-1983

GHOSHAL, Sumantra.. Bad management theories are destroying good management practices. *Academy of Management Learning & Education*, mar. 2005, v. 4 n.1 p.75-91.

GIRDWOOD, Charles Reginald. Delimitação de sistemas sociais. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.84-94, jan/mar-1983.

GIROLETTI, Domingos. Administração no Brasil: potencialidades, problemas e perspectivas. **RAE**, v. 45, ed. especial Minas Gerais, p.116-20, 2005.

GODBOUT, Jacques T. **O espírito da dádiva**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

_____. *Homo donator* versus *homo oeconomicus*. In MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

_____. Introdução à dádiva. **Rev. bras. Ci. Soc.** [online]. Out. 1998, vol.13, no.38, p.39-52. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69091998000300002&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0102-6909.

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**: uma reconceitualização da riqueza das nações. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

_____. Modelos de homem e teoria administrativa. **Rev. Adm. Públ.**, Rio de Janeiro, v.18 n.2 p.3-12, abr-jun 1984. Há uma tradução do original em inglês, de Francisco G. Heidemann, incluindo uma Nota do Tradutor e ligeira Nota Biográfica. Disponível em <http://www.pucpr.br/educacao/academico/mestrado/mest_administracao/monografia/CCSA3.doc>

_____. Homem-organização e homem-parentético. In _____. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar, 1963.218 p.

_____. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.11, p.5-31, jan/mar-1983.

_____. A nova ignorância e o futuro da Administração Pública na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.32-65, jan/mar-1983.

_____. A Teoria administrativa e o uso inadequado de conceitos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.66-76, jan/mar-1983.

_____. **Administração e estratégia do desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: FGV, 1966.

HAESLER, Aldo. A demonstração pela dádiva: abordagens filosóficas e sociológicas. In MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

HIRSCHMANN, Albert. **A economia com ciência moral e política**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

HONNETH, Axel. Organized self-realization: some paradoxes of individualization. **European Journal of Social Theory**. Sage Publications, v. 7, n.4, p.463-478, 2004.

JAGUARIBE, Hélio.

JUNG, Carl Gustav. **Tipos psicológicos**. Petrópolis RJ: Vozes, 1991.

LANNA, Marcos. Nota sobre Marcel Mauss e o ensaio sobre a dádiva. **Rev. Sociol. Polit.** [online]. jun. 2000, no.14, p.173-194. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782000000100010&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-4478.

LAVILLE, Jean-Louis. Com Mauss e Polanyi: rumo a uma teoria da economia plural. In MARTINS, P. H.; NUNES, Brasilmar F. (orgs.). **A nova ordem social: perspectivas da solidariedade contemporânea**. Brasília: Paralelo 15, 2004.

LEITE, Júlio César do Prado. Guerreiro Ramos e a importância do conceito da redução sociológica no desenvolvimento brasileiro. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.77-83, jan/mar-1983.

MARSDEN, R.M.; TOWNLEY, B. Introdução: a coruja de Minerva: reflexões sobre a teoria na prática. In CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter. **Handbook de estudos organizacionais** (v. 2). São Paulo: Atlas, 2001.

MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social**. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

MATTA, João Eurico. Alberto Guerreiro Ramos: reflexão preliminar sobre sua trajetória intelectual, em homenagem póstuma. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.85-106, jan/mar-1983.

MORGAN, Gareth. **Imagens da organização**. São Paulo, Atlas, 1996.

OLIVEIRA, André. Paradigma econômico e paradigma da dádiva: alguns aspectos de uma possível convergência. Salvador: Mimeo, 2003.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. **A sociologia do Guerreiro**. Rio de Janeiro: FGV, 1995.

_____. A sociologia de Guerreiro Ramos. **Seminário O Projeto UNESCO: 50 anos depois**, 12-14-jan-2004. Disponível em <<http://www.ceao.ufba.br/unesco/06paper-Lippi.htm>>.

_____. Guerreiro ontem, Guerreiro hoje. **Rev. Adm. Públ. RAP**. Rio de Janeiro, v.31, n.5, p. 9-14, set.-out. 1997.

OLIVEIRA, Luiz Alberto. Imagens do tempo. In DOCTORS, Márcio (org.). **Tempo dos tempos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

PAULA, Ana Paula Paes de. Guerreiro Ramos: resgatando o pensamento de um sociólogo crítico das organizações. **III EnEO – Encontro de Estudos Organizacionais**. Atibaia SP. De 6 a 8 de junho de 2004. Disponível em <www.anpad.org.br>

_____. Bases para um novo pensamento democrático: política, razão e sensibilidade. **Revista Urutágua**. Maringá - PR Ano I – n. 03 – dez. 2001. ISSN 1519.6178. Disponível em <http://www.urutagua.uem.br/03paula.htm>.

PÉREZ, Carlota. Revoluciones tecnológicas, cambios de paradigma y de marco socioinstitucional. In ABOITES, J.; DUTRÉNIT, G. (Org.). **Innovación, aprendizaje y creación de capacidades tecnológicas**. México: Universidad Autónoma Metropolitana, 2003. p. 13-46.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.

PETERS, Gabriel Moura. **Ação e estrutura em Giddens e Bourdieu**. Brasília, Universidade de Brasília, 2002. Mimeo.

_____. **Individualismo e Holismo metodológicos em Marx, Durkheim e Weber**: um estudo comparativo. Brasília, Universidade de Brasília. Mimeo. 2003.

RODRIGUE, S. B. e CARRIERI, A.P. A tradição anglo-saxônica nos estudos organizacionais brasileiros. In Rodrigues, S. e Cunha, M. (org.) **Estudos organizacionais: novas perspectivas na administração de empresas**. São Paulo: Iglu, 2000.

ROTHWELL, Roy. Inovação industrial bem sucedida: fatores críticos para os anos 90. **R&D Management**, v. 22, n. 3, 1992.

REED, Michael. Teorização organizacional: um campo historicamente contestado. In CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter. **Handbook de estudos organizacionais** (v. 1). São Paulo: Atlas, 1999.

REZENDE, Ubiratan Simões. A teoria da delimitação dos sistemas sociais. Quarto painel do Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra. **RAP Rev. Adm. Públ.**, Rio de Janeiro, v.17, n.2, p.93-126, abr.-jun.-1983.

RODRIGUES, Suzana Braga. Desafios da Administração no século XXI. **Rev. Adm. de Empr. RAE**, set-dez 2004, v. 44 n. Especial Minas Gerais p. 108-110.

SANTOS, Milton. Palestra apresentada no Simpósio Guerreiro Ramos: resgatando uma obra. **Rev. Adm. Públ. RAP**, Rio de Janeiro, v. 17, n.2, abr.-jun. 1983.

SANTOS, Reginaldo Souza (org). **A administração política como campo do conhecimento**. São Paulo – Salvador: Ed. Mandacaru, 2004.

SERVA, Maurício. O fato organizacional como fato social total. **Rev. Adm. Públ. RAP**, Rio de Janeiro, v. 35, n.3, p. 131-52, mai.-jun. 2001.

_____. **Racionalidade e organizações**: o fenômeno das organizações substantivas. V. 1. 1996. 316 f. Tese (Doutorado em Administração). Escola de Administração de Empresas de São Paulo. Fundação Getúlio Vargas.

_____. A racionalidade substantiva demonstrada na prática administrativa. **Rev. Adm. de Empr. RAE**, São Paulo, v. 37, n. 2, p. 18-30, abr-jun-1997.

SIGAUD, Lygia. As vicissitudes do "ensaio sobre o dom". **Mana**. [online]. out. 1999, vol.5, no.2, p.89-123. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-93131999000200004&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0104-9313.

SPINK, Peter. A perda, redescoberta e transformação de uma tradição de trabalho: a teoria sociotécnica nos dias de hoje. **Org. e Soc.-O&S**, Salvador, v.10, n.28, set.-dez. 2003.

TAROT, Camille. Pistas para uma história do nascimento da graça. In MARTINS, Paulo Henrique (org.). **A dívida entre os modernos**: discussão sobre os fundamentos e as regras do social. Petrópolis RJ: Vozes, 2002.

TAYLOR, Frederik W. Princípios de Administração científica. São Paulo: Atlas,

THÈRET, Bruno. As instituições entre as estruturas e as ações. **Lua Nova**, São Paulo, n.58, 2003.

VANDERBERGHE, Frédéric. Desvendando Marx: o marxismo e o fim da sociedade do trabalho. In MARTINS, P. H.; NUNES, Brasilmar F. (orgs.). **A nova ordem social**: perspectivas da solidariedade contemporânea. Brasília: Paralelo 15, 2004.

VENTRISS, Curtis; CANDLER, Gaylord George. Alberto Guerreiro Ramos, 20 years later: a new science still unrealized in an era of public cynicism an theoretical ambivalence. **Public Administration Review**, v. 65, n. 3, p.347-59, maio-junho 2005. Disponível na web.

VILLELA, Jorge Luiz Mattar. A dívida e a diferença. Reflexões a respeito da reciprocidade. **Rev. Antropol.** [online]. 2001, vol.44, no.1, p.185-220. Disponível na World Wide Web: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-770120010001000006&lng=pt&nrm=iso>. ISSN 0034-7701.

VERGARA, Sylvia Constant; VIEIRA, Marcelo Milani F. Sobre a Dimensão Tempo-Espaço na Análise Organizacional. **RAC Rev.Adm.Contemp.** V.9, n.2, p. abr.-jun. 2005.

VERGARA, S.C. A hegemonia americana em estudos organizacionais. **Rev. Adm. Públ. RAP.** Rio de Janeiro, v.35, n.2, p. 63-77, mar.-abr.-2001

ANEXO A

Bibliografia - Produção de Guerreiro Ramos
(complementado e adaptado de COSTA, 1983;)

GUERREIRO RAMOS, Alberto. **A nova ciência das organizações**: uma reconceituação da riqueza das nações. 2.ed. Rio de Janeiro: FGV, 1989.

_____. **The new science of organizations**: reconceptualization of the wealth of nations. University of Toronto Press; Reprint edition (July 1, 1984).

_____. Modelos de homem e teoria administrativa. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, FGV, v. 18, n. 2, p. 3-12, abr-jun 1984.

_____. **Administração e contexto brasileiro**: esboço de uma teoria geral da administração. (Edição revista e ampliada de Administração e estratégia do desenvolvimento, 1966). Rio de Janeiro: FGV, 1983..

_____. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.5-31, jan/mar-1983.

_____. A nova ignorância e o futuro da Administração Pública na América Latina. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.32-65, jan/mar-1983.

_____. A Teoria administrativa e o uso inadequado de conceitos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.66-76, jan/mar-1983. (republicação do artigo de 1973).

_____. Minha dívida a Lord Keynes. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro: FGV, v. 16 n.2 p. 91-95, abr-jun. 1982.

_____. **A nova ciência das organizações** : uma reconceituação da riqueza das nações. Rio de Janeiro: Ed. da Fundação Getulio Vargas, 1981. 209p ISBN 8522500134 : (broch.).

_____. **The new science of organizations**: reconceptualization of the wealth of nations. Toronto: University of Toronto Press; 1981.

_____. Models of man and administrative theory. In **Introduction to educational administration**. Victoria (Australia), Deakon University Press, 1981.

_____. Economia política reconsiderada. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 11 out. 1981, Caderno especial p. 4.

_____. Problemas alocativos da economia brasileira. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 2 ago. 1981.

_____. Notícia sobre a nova teoria econômica. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 26 jul. 1981, Caderno Especial, p.4.

_____. O governo Reagan e o fim da compaixão. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 7 jun. 1981, Caderno especial, p. 5.

_____. Aristóteles, Whitehead e a bifurcação da natureza. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 5 abr. 1981, Caderno Especial p. 3.

_____. Platão e a conversa das gerações. **Jornal do Brasil**, 8 mar. 1981. Caderno Especial p. 3.

_____. Um conceito impopular de ciência social. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 18 jan. 1981, Caderno Especial, p. 3.

_____. **O modelo econômico brasileiro**: uma apreciação à luz da teoria da delimitação dos sistemas sociais. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/CPGA, 1980.

_____. **Considerações sobre o modelo alocativo do governo brasileiro**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina/CPGA, 1980.

_____. **A inteligência brasileira na década de 1930, à luz da perspectiva de 1980**. Los Angeles, 1980. Mimeo.

_____. Um modelo corretivo do impasse econômico brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 8 jul. 1979.

_____. Modernização e declínio econômico do Brasil. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jun. 1979.

_____. Limites da modernização. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1979, Caderno Especial, p. 3.

_____. O “milagre” e a sociedade. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 13 maio, 1979, Caderno Especial, p. 3.

_____. O momento maquiavélico brasileiro. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 out. 1978.

_____. Misplacement of concepts and administrative theory. **Public Administration Review**, Washington DC, v. 38, n. 6 p. 550-557 nov-dez 1978.

_____. Abertura política. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 nov. 1978, p. 11.

_____. Endurance and fluidity: a reply. **Administration & Society**, California, USA, february 1977, v. 8, n. 4, pp. 519-523.

_____. Theory of social systems delimitation, a preliminary statement **Administration & Society**, California, USA, august 1976, v. 8, n. 2, pp. 249-272, 1976.

_____. Models of man and administrative theory. In HOUGHTON, V.; MCHUGH, R.; MORGAN, C. Management in education, **The management of organizations and individuals**. London: The Open University Press, 1975.

_____. A Teoria administrativa e o uso inadequado de conceitos. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, v.7, n.3, p.5-17, jul-set 1973.

_____. **A short note on cognitive politics and administrative theory**. Prepared for the Symposium on normative Dimensions on Administration, Los Angeles: University of Southern California, 1973. Mimeo.

_____. The new ignorance and the future of Public Administration in Latin America. In THURBER, C.E.; GRAMAN, L.S. **Development administration in Latin America**. Durham NC: Duke University Press, 1973.

_____. **The parenthetical diagraph**. Los Angeles, University of Southern California, 1972. Mimeo.

_____. **International prospects of the contemporary Brazilian Benapartist regime**. Paper delivered at the Conference on "Brasil's International Role in the Seventies". New York: University of New York, 1972. Mimeo.

_____. Models of man and administrative theory. **Public Administration Review**, Washington DC, v. 32 n.3 p. 241-246, maio-junho, 1972.

_____. The parenthetical man. **Journal of Human Relations**, Wilberforce, v. 19 n. 4 fourth quarter, 1971.

_____. Latent functions of formalism in Brasil. **Sociology and Social Research**. Los Angeles, n. 56, p. 62-82, outubro 1971.

_____. **Beyond alienation** (work and psychohistory of the future). Paper delivered at the National Conference of Comparative Administration, Syracuse, New York, 1971. Mimeo.

_____. **The parenthetical man: an anthropological approach to organization design**. Working paper delivered at the Annual Meeting of the American Association for Public Administration (Denver), Los Angeles, 1971. Mimeo.

_____. A nova ignorância e o futuro da administração pública na América Latina. **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro, v.4 n.2 p. 7-45, jul-dez 1970.

_____. Modernization: towards the possibility model. In: BELING, W. A.; TOTTEN, G.O. (Ed.). **Developing nations: quest for a model**. New York: Van Nostrand Reinhold, 1970.

_____. **Tipology of nationalism in Brasil**. : a case of political breakdown. Universidade do Sul da Califórnia, 1968. Mimeo.

_____. Toward an ecumenical social science. Paper delivered to members of the Stanford and Berkeley faculties. Stanford Faculty Club, 1967. Mimeo.

_____. A modernização em nova perspectiva: em busca do modelo da possibilidade. **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, (2): p. 7-44, 2º semestre 1967.

_____. **Some considerations on modernization**. Fortyfifth Session of the Institute of World Affairs, Los Angeles, University of Southern Califórnia, 1967. Mimeo.

_____. **Administração e estratégia do desenvolvimento**: elementos de uma sociologia especial da administração. Rio de Janeiro: Ed. da FGV, 1966.

_____. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. 2. ed. corrigida e aumentada. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1965.

_____. Discursos parlamentares (1963-1964). **Diário do Congresso Nacional**. Brasília, ago 1963 abr 1964.

_____. Desenvolvimento tecnológico e administração à luz de modelos heurísticos. In **Encontro Interamericano de Administração para o Desenvolvimento**. 1., Rio de Janeiro, 1964 (Rio de Janeiro). FGV, 1964.

_____. Pequeno tratado brasileiro da revolução. **Tempo Brasileiro**, n. 3, p. 7-51, mar 1963.

_____. **Mito e verdade da revolução brasileira**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1963.

_____. O papel das patentes na transferência de tecnologia para os países subdesenvolvidos. **Econômica Brasileira**. Rio de Janeiro, v. 8 n. 1, p. 57-61, mar 1962.

_____. **A crise de poder no Brasil**: problema da revolução nacional brasileira. Rio de Janeiro, Zahar, 1961.

_____. **O papel das patentes na transferência de tecnologia para os países subdesenvolvidos**. Discurso do delegado brasileiro à XVI Assembléia Geral das Nações Unidas (s.d.). Nova Iorque, 1961. (Publicado como apêndice em *A redução sociológica*, 1965).

_____. Discurso do delegado brasileiro à III Comissão da XVI Assembléia Geral das Nações Unidas (s.d.). Nova Iorque, 20 nov. 1961.

_____. Discurso do delegado brasileiro à II Comissão da XVI Assembléia Geral das Nações Unidas (s.d.). Nova Iorque, 16 out. 1961.

_____. **O problema nacional do Brasil**. Rio de Janeiro: Saga, 1960.

_____. **La reducción sociológica**. Introducción al estudio de la razón sociológica. México: Instituto de Investigaciones Sociales, 1959.

_____. **A redução sociológica**: introdução ao estudo da razão sociológica. Rio de Janeiro: ISEB, 1958.

_____. **Introdução crítica à sociologia brasileira**. Rio de Janeiro: Andes, 1957.

_____. **Ideologia e segurança nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. **Condições sociais do poder nacional**. Rio de Janeiro: ISEB, 1957.

_____. Considerações sobre o ser histórico. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 27 jan. 1957.

_____. Considerações sobre o ser nacional. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 20 jan. 1957.

_____. Sur Gilberto Freyre. **Arguments**. Paris, n. 1, 1956.

_____. O inconsciente sociológico. **Cadernos de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: IBESP, (5):225-236, jan-mar 1956.

_____. A problemática da realidade nacional. In **Introdução aos problemas do Brasil**. Rio de Janeiro: ISEB, 1956, p. 13-32. Departamento de Imprensa Nacional.

_____. Fundamentos sociológicos da administração pública. **Jornal do Brasil**. Rio de Janeiro: 4 nov 1956.

_____. Culturalismo menor. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 20 mai 1956. p. 1.

_____. Sobre o romantismo. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 6 mai 1956. p. 1

_____. Culturalismo. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 22 abr 1956. p.1.

_____. Sociologia francesa. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 15 abr 1956. p.1

_____. Ciência por fazer. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 1 abr 1956. p.1.

_____. Centro e periferia do mundo. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 11 mar 1956. p.1.

_____. Epocologia e marxismo. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 16 out 1955. p.2.

_____. Historicismo e marxismo. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 9 out 1955. p.1.

_____. O pluralismo dialético. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 25 set 1955. p.1.

_____. Gurvitch e o marxismo. **O Jornal**. Rio de Janeiro: 18 set 1955.

_____. Diálogo com o marxismo. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 11 set 1955. p.1.

_____. Sociologia e saúde pública. **O Jornal**. Caderno Revista. Rio de Janeiro: 10 jul 1955. p.2.

_____. A ideologia da *jeunesse dorée*. **Cadernos de Nosso Tempo**. Rio de Janeiro: Ibsp, (4): 101-112, abr-ago 1955.

_____. Patologia social do “branco” brasileiro. **Jornal do Comércio**. 1955.

_____. **Características psicossociais do povo brasileiro**. Rio de Janeiro: ESG (Reservado C-51-55), 1955.

_____. **Sociologia da la mortalidad infantil**. (Biblioteca de Ensayos Sociológicos). México: Instituto de Investigaciones Sociales de la Universidad Nacional, 1955.

_____. O regionalismo na sociologia brasileira. São Paulo, Separata de **Serviço Social**. São Paulo, 14(74), 1954.

_____. O tema da transplantação e as enteléquias na interpretação sociológica no Brasil. Separata de **Serviço Social**, São Paulo, 14(74):73-95, out-dez 1954.

_____. **Curso de história universal da sociologia**, pelo professor Alberto Guerreiro Ramos. Rio de Janeiro: Escola Técnica do Comércio, 1954.

_____. **Cartilha brasileira de aprendiz de sociólogo**: prefácio a uma sociologia nacional. Rio de Janeiro: s.n., 1954. (Est. De Artes Graf. C. Mendes Junior).

_____. Notas pra um estudo crítico da sociologia no Brasil. Separata de **Serviço Social**. São Paulo, 14(72):51-68, 1954.

_____. Para uma autocrítica da sociologia brasileira. **Diário de Notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 4 out 1953. p. 1-4.

_____. A pesquisa sociológica no Brasil. **Diário de Notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 27 set 1953. p. 2.

_____. Postura e relações de raça. **Diário de Notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 20 set 1953. p. 1-4.

_____. A industrialização como categoria sociológica. **Diário de Notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 6 set 1953. p. 4.

_____. Meditação para sociólogos em flor. **Diário de Notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 30 ago 1953. p. 2.

_____. Para um ensino em “mangas de camisa”. **Diário de Notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 23 ago 1953. p. 2.

_____. O ensino da sociologia no Brasil: um caso de geração espontânea **Diário de Notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 16 ago 1953. p. 2-4.

_____. A sociologia como instrumento de autodeterminação nacional **Diário de Notícias**, Suplemento Literário, Rio de Janeiro, 2 ago 1953. p. 2-4.

_____. **O Processo da sociologia no Brasil**: esquema de uma história de idéias. Rio de Janeiro: Candido Mendes Junior, 1953.

_____. **Curso de métodos de pesquisas sociais**. Rio de Janeiro: Escola Brasileira de Administração Pública, 1952.

_____. **A sociologia industrial**: formações, tendências atuais. Rio de Janeiro: Candido Mendes Junior, 1952.

_____. **Las classes sociales y la salud de las massas**. Rosário: 1952.

_____. Nota metodológica. **Digesto Econômico**. N. 85:133-136, dez 1951.

_____. **Relaciones humanas del trabajo**. México: 1951.

_____. **Pauperismo e medicina popular**. Separata de **Sociologia**, São Paulo, 13(3):252-273, 1951.

_____. O problema da mortalidade infantil no Brasil. Separata de **Sociologia**, São Paulo, 13(1):1-43, 1951.

_____. **Uma introdução ao histórico da organização racional do trabalho**: ensaio de sociologia do conhecimento. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

_____. Apresentação da negritude. **Revista Quilombo**. Rio de Janeiro: 2(10):11, jul 1950.

_____. **Sociologia do orçamento familiar**. Rio de Janeiro: Departamento de Imprensa Nacional, 1950.

_____. **Problemas econômicos e sociais do Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional da Criança, 1949.

_____ e GARCIA, E. da Silva. **Notícia sobre as pesquisas e os estudos sociológicos no Brasil (1940-1949)**: com especial referência a migrações, contatos de raça, colonização e assuntos correlatos. Rio de Janeiro: Conselho de Imigração e Colonização, 1949.

_____. As classes sociais e a saúde das massas: ensaio de sociologia e biometria diferencial. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 4(1):36-40, out 1949.

_____. Sociologia do orçamento familiar: normas de vida. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 3(3):11-21, set 1949.

_____. Uma experiência de grupoterapia. **Revista Quilombo**, Rio de Janeiro, 1(4):7, jul 1949.

_____. Instrumentalidades conceituais para o estudo das condições demo-econômicas. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 3(1):22-27, jul 1949.

_____. Condições de vida da população brasileira. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 1(1):107-108, jan 1949.

_____. Contatos raciais no Brasil. **Revista Quilombo**, Rio de Janeiro, 1(1):8-9, dez 1948.

_____. Duas experiências. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 3(1/2):238-239, set-out 1948.

_____. Pequena bibliografia para o estudo da assimilação e aculturação. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 2(3 / 4):179-182, jul-ago 1948.

_____. Imigração e preconceito. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 4 jul 1948.

_____. W. I. Thomas (1863-1947). **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 2(1 / 2):159-160, mai-jun 1948.

_____. Mão-de-obra e seleção de imigrantes. **A Manhã**, Rio de Janeiro, 25 abr 1948.

_____. Francisco Ayala: tratado de sociologia. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 1(3/4):112-114, mar-abr 1948.

_____. Pequeña bibliografía del estudio del padrón de vida. **Anales de Economía y Estadística**, Bogotá, set-out 1947.

_____. Karl Manheim (1893-1947). **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 3(1/2):166-168, set-out 1947.

_____. As ciências sociais em transição. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 2(3/4):136-140, jul-ago 1947.

_____. Pequena bibliografia do estudo do padrão de vida. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 2(1/2):136-140, mai-jun 1947.

_____. A pesquisa e os surveys sociais. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 1(3/4):147-151, mar-abr 1947.

_____. A hipótese da demora cultural. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 1(1/2):152-154, jan-fev 1947.

_____. O caminho da segurança. **O Jornal**, Caderno Revista. Rio de Janeiro, 2 mar 1947. p.1.

_____. A instituição da liberdade. **O Jornal**, Caderno Revista. Rio de Janeiro, 16 fev 1947. p.3.

_____. Sociologia da liberdade. **O Jornal**, Caderno Revista. Rio de Janeiro, 26 jan 1947. p.3.

_____. Notas sobre planificação social. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 4(3):163-166, dez 1946.

_____. A divisão do trabalho social. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 4(1/2):161-168, out-nov 1946.

_____. A sociologia de Max Weber. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 3(2/3):129-139, ago-set 1946.

_____. Administração e política à luz da sociologia. **Revista do Serviço Público**, Rio de Janeiro, Dasp, 3(1):5-11, jul 1945.

_____. As implicações sociológicas da puericultura. Separata da **Revista Pediatria e Puericultura**, Salvador, Imprensa Oficial, ano XV n. 1 set 1945.

_____. **Uma concepção multidimensional do comportamento**. Rio de Janeiro, 1944.

_____. **Aspectos sociológicos da puericultura**. Rio de Janeiro, 1944.

_____. **Introdução à cultura**: ensaios. Rio de Janeiro, 1939.

_____. O problema do humanismo. **Revista Norte**, Salvador, n. 1, 1938.

_____. **O drama de ser dois** (poesias). Salvador, 1937.